

2º CICLO

MESTRADO EM ESTUDOS MEDIEVAIS

**O contributo da nobreza para a formação do
património bibliográfico das instituições
eclesiásticas medievais (sécs. XI–XIV)**

Ana Margarida de Jesus Ferreira Monteiro

M

2021/2022



Ana Margarida de Jesus Ferreira Monteiro

**O contributo da nobreza para a formação do
património bibliográfico das instituições
eclesiásticas medievais (sécs. XI–XIV)**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pelo
Professor Doutor José Augusto de Sottomayor Pizarro
e pelo Professor Doutor José Francisco Preto Meirinhos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2021/2022

Ana Margarida de Jesus Ferreira Monteiro

O contributo da nobreza para a formação do património bibliográfico das instituições eclesiásticas medievais (sécs. XI-XIV)

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pelo
Professor Doutor José Augusto de Sottomayor Pizarro
e pelo Professor Doutor José Francisco Preto Meirinhos

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

A todos os bibliófilos (coleccionadores ou meros apaixonados) que procuram nos livros conforto, respostas, ou uma saída de emergência desta realidade (por vezes) distópica.

Sumário

Declaração de honra	4
Agradecimentos	5
Resumo.....	9
Abstract	10
Índice de Tabelas.....	11
Índice de Gráficos.....	12
Lista de abreviaturas e siglas.....	13
Introdução.....	14
Fontes.....	16
Estado de Arte.....	23
1.A relação do clero com o livro	29
2.A relação dos mosteiros com a nobreza	40
3.A relação da nobreza portuguesa com o livro	45
3.1. 3.1. Comparativamente a Castela... ..	59
4.O contributo da nobreza na constituição do património bibliográfico	69
4.1. O prelúdio: durante o século X.....	73
4.2. Do século XI ao século XII	74
4.3. Do século XIII ao século XIV.....	78
Conclusão	95
Referências Bibliográficas	100
Anexos.....	108
Anexo I – Lista dos indivíduos estudados e das suas disposições testamentárias (legenda na p. 118)	108
Anexo II – Excertos dos testamentos	119
Anexo III – Lista das Instituições beneficiadas	143
Anexo IV – Lista dos preços recolhidos na documentação	146
Anexo V – Livros mencionados na documentação e seu género.....	150

Declaração de honra

Declaro que o presente trabalho/tese/dissertação/relatório/... é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 1 de julho de 2022

Ana Margarida de Jesus Ferreira Monteiro

Agradecimentos

Começo por agradecer ao Professor Doutor José Augusto Pizarro, que ao longo destes anos foi um verdadeiro Amigo, sempre disponível para tudo o que eu precisasse. Recordarei e guardarei para sempre as nossas tardes de trabalho no gabinete, em que partilhou comigo várias peripécias que me faziam sempre rir. Foi o Professor que fortaleceu a minha paixão pela Idade Média, logo durante as primeiras aulas da licenciatura, e que me motivou a fazer este Mestrado num momento em que não sabia bem que caminho seguir. Foi um gosto trabalhar consigo, Professor, de verdade, e espero ter a oportunidade de o voltar a fazer em breve.

Quero agradecer também ao Professor Doutor José Meirinhos, que leciona a unidade curricular de Codicologia, uma das minhas favoritas do Mestrado em Estudos Medievais e aquela que me inspirou para o tema desta dissertação. Agradeço também a sua ajuda na “decifração” dos géneros literários dos códices que iam sendo mencionados nos documentos, e espero que trabalhemos juntos novamente para desvendar os mistérios que ficaram por resolver.

A todos os Professores de Medieval (ao Professor Doutor Luís Miguel Duarte, à Professora Doutora Cristina Cunha, à Professora Doutora Paula Pinto e ao Professor Doutor Luís Amaral) um agradecimento especial, pois eram as vossas aulas as que eu mais antecipava (e aqui entre nós que ninguém nos ouve, se eu pudesse, teria feito os três anos de licenciatura convosco).

Em seguida, quero agradecer aos meus pais. Os livros sempre foram uma das minhas maiores paixões, desde criança – aliás, a minha mãe está sempre a contar que este amor surgiu na minha mais tenra idade, quando em bebé roía os seus livros para aliviar as dores dos dentes. Apesar de não me lembrar disso, recordo-me dos meus pais me narrarem histórias todas as noites (ainda que em muitas eu escolhesse o mesmo livro, e por isso me desculpo) e de como isso sedimentou a minha paixão por este objeto e pelo mundo do imaginário. Creio que este foi o maior legado que eles me poderiam transmitir.

À minha mãe, Paula, quero agradecer pela sua (quase) interminável paciência, sobretudo nas semanas antecedentes à entrega desta dissertação, em que o meu humor

andava caótico. Obrigada por estares aqui, sempre e desde sempre, e por fazeres tudo por nós (mesmo quando isso implica colocares-te em último lugar). És a nossa constância, a nossa casa.

Ao meu pai, Paulo, quero agradecer o seu apoio incondicional. És o meu maior fã, e acredita que não há nada tão bom quanto ter um pai babado (não me importo que pensem que sou uma “menina do papá”). És tu quem me motiva a criar blogues literários, a publicar aquilo que escrevo e és sempre tu quem vai comentar primeiro. És tu quem revê os meus textos e me liga a dizer “isto está incrível, nunca li nada tão bom”, mesmo eu sabendo que leste; e quem me tece críticas (construtivas), que me fazem querer sempre escrever melhor.

À minha irmã, Francisca, devo antes de mais um pedido de desculpas, só porque ela é a irmã mais nova e se há algo que deve ser dito, é que irmão mais novo sofre (se te fiz rir, já ganhei o dia). Aquilo pelo que te quero agradecer até é difícil de explicar, porque é, no fundo, agradecer o facto de seres minha irmã: algo que a princípio não é uma escolha (obrigada universo), mas que depois se torna. Partilhar os mesmos pais não é suficiente para se ser irmão – ou é, mas apenas biologicamente. Ser irmão é ser parceiro, é falar com o olhar. É gritar, é discutir, mas acima de tudo amar completa e absolutamente. É partilhar memórias sem ter de explicar o contexto, porque aquela pessoa viveu o mesmo que tu, ao mesmo tempo que tu, e provavelmente sentiu o mesmo que tu (e se não sentiu, viu-te sentir, que é a segunda melhor possibilidade). É ter piadas que mais ninguém entende (e que nós também não queremos partilhar) e ter segredos a sete chaves que sabemos que estão seguros para sempre. Ser irmão é sermos nós contra o mundo e saber que “se o mundo te vira as costas, NÓS viramos as costas ao mundo”. Mas sobretudo, ser irmão é carregar o nosso coração nas mãos e desejar que ele bata para sempre. Obrigada, Kika. Sem ti, eu não era eu.

Ao Pedro, por não me deixar desistir, mesmo quando essa era a única solução que eu achava ser plausível. Curiosamente, a nossa relação foi assim desde o princípio: eu era uma pessoa extremamente caseira, que sempre detestou caminhar (gosto de pensar que isto se devia, pura e simplesmente, aos meus pobres pulmões e não a uma preguiça e procrastinação crónicas). Tu mostraste-me quão maravilhoso era o mundo, mantendo

sempre uma mão nas minhas costas, para, caso eu me cansasse, me conseguisses ajudar na subida. És tu quem me faz rir quando acordo com os pés de fora, e tu quem me acalma quando todos os meus cabelos ficam em pé. Ajudas-me a ser uma pessoa melhor e por isso, espero que continuemos a crescer juntos.

À Joana, pela sua amizade (correndo o risco de parecer uma senhora idosa, nem me acredito que já lá vão 10 anos) e pela sua paciência, porque eu nem sempre estive lá quando ela precisou, mas ela esteve sempre aqui. Obrigada por me escolheres. Obrigada por confiares em mim e por me deixares entrar. Ser tua amiga é um privilégio e uma animação constante, mas também é saber que tenho em ti um porto seguro.

À Raquel, a pessoa pela qual eu ia à faculdade. Acho que nunca te disse isto, mas lembro-me perfeitamente de olhar para ti durante as primeiras semanas e pensar “quero ser amiga daquela rapariga”. Irradiavas felicidade e tinhas uma energia cativante, como se nada de mau te afetasse. Para mim, o teu sorriso sabe sempre a verão: sol, mar e promessa (de uma vida feliz). Obrigada, irmã do meio.

Quero ainda agradecer à minha avó Maria, à minha tia Adriana e à minha prima Beatriz, por serem pessoas com quem posso sempre contar e por serem as minhas segundas mães (e irmã).

Por último, e correndo o risco de soar narcisista, quero agradecer à Ana Margarida por não ter desistido dos seus sonhos. Sempre foi estranho para mim pensar num tempo (histórico) antes do livro. Mas a verdade é que as histórias sempre existiram – narradas, pintadas em paredes, escritas em papiro, em rolos – e creio que sem elas, acabaríamos por ser seres destituídos de imaginação. Este mundo nunca nos foi suficiente: inventámos os Deuses, que estavam noutra plano, acima de nós, e que controlavam as nossas vidas (ora castigando-nos, ora abençoando-nos); inventámos fábulas que nos davam lições de moral através de alegorias e metáforas; lendas que enalteciam feitos que, relatados sem pompa, perderiam a sua magia; histórias que nos transportavam para outras dimensões, de tal forma que surgiu em nós o desejo de conhecer o que havia além deste planeta e daquilo que tomávamos como certo. Para aqueles que não gostam de ler, lembrem-se que os filmes são histórias, tal como o são a arte e a música. Todos nós precisamos (e todos nós precisámos, ao longo da nossa evolução como espécie) de

histórias. Foi desta crença que nasceu esta dissertação, de um desejo de descobrir as histórias da História, um desejo que muitos outros partilham. E por isso, termino a agradecer a todos os bibliófilos, por me fazerem sentir menos sozinha.

Resumo

Conhecer as bibliotecas dos nobres portugueses para o período medieval é dar mais um passo na expansão do nosso conhecimento da cultura deste período e do acesso da nobreza à mesma. Esta tarefa, contudo, não é fácil, por várias razões: primeiro, porque os inventários portugueses acerca desta temática são escassos (sobretudo inventários de nobres); segundo, porque o livro em si era um objeto caro, que muitos não conseguiam adquirir; e por último, porque os livros são raramente mencionados na nossa documentação.

Podemos, ainda assim, tentar reconstruir as bibliotecas dos nobres: nos seus testamentos e nos obituários encontramos menções a livros, que estes indivíduos davam a outras pessoas ou instituições eclesiásticas antes de falecerem. Se estes nobres davam livros, é porque os possuíam, e sabendo como é que a nobreza contribuiu para o património bibliográfico das instituições eclesiásticas, passamos parcialmente a conhecer o seu acesso à cultura medieval, aos códices e sobretudo, o seu interesse neles.

Palavras-chave: códices; Idade Média; Cultura Medieval; nobreza; bibliotecas medievais; testamentos.

Abstract

Getting to know the Portuguese nobles' libraries during the Middle Ages is yet another step in expanding our knowledge of medieval culture and the nobility's access to it. This is not, however, an easy task for several reasons: first, because Portuguese inventories about this subject are scarce (especially the ones concerning nobility's goods); second, the book itself was an expensive object that not many could afford; and lastly because these items seldom make an appearance in our documentation.

We can, however, try to reconstruct the nobles' libraries: on their wills or obituaries, we can find written records of books that they gave away to other people or ecclesiastical institutions before their passing. If nobles gave away books, it's because they once owned them. Knowing how Portuguese nobility contributed to the ecclesiastical bibliographic patrimony, partly shows us their access to medieval culture, their access to codices and their interest in them.

Key-words: codices; Middle Ages; Medieval culture; nobility; medieval libraries; wills.

Índice de Tabelas

TABELA 1 – NOBRES E CLÉRIGOS COM ASCENDÊNCIA NOBRE	108
TABELA 2 – CLÉRIGOS.....	112
TABELA 3 – DESCONHECIDOS.....	118
TABELA 4 – INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR NOBRES E CLÉRIGOS COM ASCENDÊNCIA NOBRE	143
TABELA 5 – PREÇO DOS LIVROS	146
TABELA 6 – GÊNEROS DOS LIVROS	150

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 – N.º DE DOCUMENTOS CONSULTADOS VS N.º DE DOCUMENTOS RELEVANTES	71
GRÁFICO 2 – DIVISÃO SOCIAL DOS INDIVÍDUOS PRESENTES NA DOCUMENTAÇÃO	72
GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO CRONOLÓGICA E SOCIAL DOS DOCUMENTOS REFERENTES AO PATRIMÓNIO BIBLIOGRÁFICO: SÉCS. X–XII	75
GRÁFICO 4 - GÉNEROS LITERÁRIOS DA NOBREZA ENTRE OS SÉCS. X — XII.....	78
GRÁFICO 5 – DISTRIBUIÇÃO CRONOLÓGICA E SOCIAL DOS DOCUMENTOS REFERENTES AO PATRIMÓNIO BIBLIOGRÁFICO: SÉCS. XIII–XIV	79
GRÁFICO 6 – DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS DA NOBREZA	80
GRÁFICO 7 – DIVISÃO DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À NOBREZA (SEXO)	82
GRÁFICO 8 – DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS DOS CLÉRIGOS COM ASCENDÊNCIA NOBRE	83
GRÁFICO 9 – GÉNEROS LITERÁRIOS DA NOBREZA ENTRE OS SÉCS. XIII–XIV.....	85
GRÁFICO 10 - DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS DOS CLÉRIGOS	86
GRÁFICO 11 – VENDAS DE LIVROS	90

Lista de abreviaturas e siglas

CDMM.....	CARTULÁRIO D. MAIOR MARTINS
LCBF	LE CARTULAIRE BAIO-FERRADO
LM	LIVRO DA MUMADONA
LP	LIVRO PRETO
LTCL	<i>LIBER TESTAMENTORUM COENOBII LAURBANENSIS</i>
MCG	MOSTEIRO E COLEGIADA DE GUIMARÃES
TEP	TESTAMENTA ECCLESIAE PORTUGALIAE

Introdução

Escrever sobre o passado é por vezes tão difícil como escrever acerca do futuro: enquanto escrever sobre este se assemelha a uma espécie de jogo de adivinhas com muita premonição à mistura, escrever sobre o passado é idêntico a participar numa caça ao tesouro em que estamos vendados e em que metade das pistas desapareceu e a outra metade tem palavras rasuradas ou numa língua totalmente desconhecida, de tal forma que nos vemos obrigados a seguir o nosso instinto e esperar pelo melhor.

Quando iniciámos este trabalho, não foi isto que idealizámos, e os entraves foram tantos que nos vimos obrigados a alterar o nosso percurso algumas vezes ao longo do ano.

O objetivo desta investigação, além do óbvio, que é o de dar resposta à hipótese por nós apresentada, é sobretudo o de inspirar futuras investigações acerca do património bibliográfico da nobreza medieval portuguesa, ainda em estado muito embrionário. Infelizmente não nos foi possível ir tão longe quanto gostaríamos, sobretudo porque o confinamento decorrente da situação pandémica que vivemos em 2020/2021 nos impediu de efetuar qualquer tipo de estudo *in situ*, levando-nos a recorrer, sobretudo, a fontes já publicadas.

Todos conhecemos o famoso caso de Mumadona Dias, todos sabemos a razão pela qual o cognome de D. Dinis é “o Trovador” e todos temos igualmente presente o papel fulcral que o seu filho, D. Pedro de Barcelos, desempenhou na cultura genealógica e cronística portuguesa. Contudo, quando pensamos em livros e literatura, associamo-los sobretudo ao clero (mais precisamente, ao mosteiro de Alcobaça e ao de Santa Cruz de Coimbra) ou à dinastia de Avis (particularmente à Ínclita Geração). As centúrias anteriores à subida de D. João, Mestre de Avis, ao trono português, continuam envoltas numa névoa de incerteza no que toca à cultura literária, sendo que a maior parte dos trabalhos se foca na cultura trovadoresca.

Não chegaram até nós muitos inventários de livrarias particulares de nobres portugueses para a época medieval, e são escassos (se não inexistentes) os que se referem aos primeiros séculos desta época. Não há nenhuma catalogação dos seus livros, e as notícias que recebemos acerca da sua posse são indiretas, através de

testamentos ou doações. São estas as únicas ferramentas que detemos para reconstruir o património bibliográfico da nobreza. E uma vez que a ligação deste grupo social à cultura literária é ainda bastante desconhecida, resolvemos colocar a questão de outra forma: para que os nobres pudessem doar livros, é necessário que os tivessem nas suas bibliotecas, por muito pequenas que estas fossem. Assim, ao analisar os seus testamentos ou inventários, podemos ter uma ideia do seu património bibliográfico, de quantos códices possuíam e sobre que matérias tratavam. Ainda que esta reconstituição nos possa levar apenas a conhecer uma quantidade diminuta de manuscritos, poderemos, pelo menos, identificar alguns dos interesses intelectuais e culturais da nobreza medieval portuguesa.

Fontes

Um historiador medieval é um ser peculiar que deve ler linhas, entrelinhas e trechos que outrora existiram, mas que não existem mais, pois foram rasurados para que, em cima deles, se pudesse escrever uma nova história. Assim, a máxima “ir direto à fonte” não nos é propriamente familiar – sim, ouvimo-la por aí e cobiçamo-la, mas raramente conseguimos fazer uso dela. Passo a oferecer um exemplo ilustrativo: num mundo utópico, para responder à hipótese por nós colocada, teríamos uma panóplia de inventários de manuscritos pertencentes a instituições eclesiásticas de várias ordens, inventários de códices pertencentes a nobres, um número incontável de testamentos descritivos do património das diversas linhagens portuguesas, livros de contas que nos permitiriam analisar os livros adquiridos pelos privados e cartulários com extensas informações acerca dos manuscritos doados às diversas instituições; no mundo real, raras são as vezes em que encontramos uma fonte tão direta ou tão completa como as que acabámos de descrever.

O Professor Luís Miguel Duarte costumava dizer, nas suas aulas de Teoria e Tipologia das Fontes em História, que tudo depende das questões que colocamos às fontes. Um testamento não nos indica apenas o património legado pelo testamenteiro a outrem: revela a data em que o documento foi escrito, quem o escreveu, as partes envolvidas, quem o confirmou e testemunhou, e uma outra série de elementos importantes que se nos revelam quando colocamos as perguntas “certas”. Tudo depende daquilo que procuramos. Devemos ser imaginativos e pensar fora da caixa. Por isso, para responder à questão “A nobreza medieval portuguesa possuía livros? Se sim, quais eram estes códices?”, tivemos de seguir caminhos paralelos, em vez daquele que nos levava diretamente ao pote de outro.

Uma das historiadoras hispânicas de referência que estuda a relação entre a nobreza e os livros é Isabel Beceiro, e foi para o seu trabalho que olhámos quando pensámos nas fontes a consultar. As fontes que esta autora utiliza são testamentos, inventários de bibliotecas, referências a traduções ou a cópias de códices, dedicatórias e empréstimos (Beceiro Pita, 2007, p. 20). Contudo, também no que toca a Castela (o reino em que se

costuma focar), estas fontes são escassas para o período medieval, e por isso a cronologia da maior parte dos seus estudos é posterior à nossa (tardo-medieval)¹.

No caso de Portugal, o problema é semelhante. Um dos principais entraves à nossa investigação advém da dispersão das bibliotecas medievais que ocorreu nos finais da época Moderna, não apenas em Portugal, mas um pouco por toda a Europa. Apesar de, para o caso português, terem contribuído o terramoto de Lisboa de 1755, a viagem da família real para o Brasil (1808) e as posteriores Invasões Francesas, Aires Nascimento lembra que estes eventos não foram suficientes para justificar as enormes perdas de documentação sofridas (Nascimento, 2005, p. 9).

A apropriação do património eclesiástico por parte do Estado (provocada pela extinção das ordens religiosas em 1834) foi um dos principais fatores prejudiciais à inventariação, catalogação e estudo das bibliotecas monásticas. Giurgevich e Leitão (2016, p. XV) escrevem que “até 1834, a cultura do livro em Portugal dependeu essencialmente da Igreja católica do país”. Ainda que existissem particulares ou outras instituições interessadas no livro, ao longo dos séculos o seu número é ínfimo comparado com o das instituições religiosas, que muitas vezes absorviam o espólio de livrarias menores de religiosos, leigos ou nobres². Até aqui, nenhum problema, pois espera-se então que o estudo das bibliotecas destas instituições seja possível – mas não. A extinção das ordens religiosas em 1834 teve consequências irreversíveis para o conhecimento do património bibliográfico destas instituições, uma vez que houve uma enorme dispersão do respetivo espólio pelo país. Apesar dos esforços feitos para inventariar estas bibliotecas, este processo não foi feito sem os seus percalços. Giurgevich e Leitão discutem na sua obra alguns desses problemas, que resolvemos por bem repetir aqui, uma vez que justificam em parte a arduidade do estudo do património bibliográfico medieval português. O primeiro obstáculo é relativo aos catálogos, que

¹ “Y, de todas las formas, antes del siglo XVI contamos con un número muy exiguo de inventarios. Todos son posteriores a 1429 y se reducen a diez, dos de juristas, los del bachiller en decretos Ruy Gonçales de Ormasa y el doctor en derecho y miembro del consejo real de Juan II Alonso Cota, y el resto de la nobleza” (Beceiro Pita, 2007, p. 23).

² Os autores informam-nos que em Portugal, “só no século XVIII começaram a surgir instituições não eclesiásticas de dimensões comparáveis às das grandes livrarias religiosas” (Giurgevich e Leitão, p. XV).

muitas vezes “não são exaustivos, têm falhas e estão incompletos”³, problema ao qual se associa a inadequada estimativa da dimensão das bibliotecas, que os autores dizem ser normalmente inferior à real. Também a própria dimensão e estado de conservação das bibliotecas de algumas instituições podia acabar por ser um obstáculo à sua preservação integral, tanto por causa da dificuldade em encontrar um local adequado para receber uma elevada quantidade de livros como por causa do esforço que tamanha empreitada exigia do inventariante, que devido à falta de um método generalizado e talvez também devido à falta de formação, era simultaneamente juiz e carrasco, já que as apreciações do estado e importância do livro se encontravam totalmente sob o seu controlo⁴. Os clérigos, ofendidos com o desmantelamento das bibliotecas, acabaram por contribuir para uma ainda maior dispersão deste património, uma vez que também chegavam a extraviar livros (Giurgevich e Leitão, 2016, p. XXIII).

Em Portugal, sabe-se, por exemplo, que não subsistiu intacta nenhuma biblioteca beneditina medieval⁵. Aliás, através do estudo acima mencionado, vemos que grande parte dos inventários conhecidos foi produzida entre a expulsão da Companhia de Jesus (1759) e a extinção das ordens regulares masculinas (1834). Os inventários medievais são raros, bem como a menção, em inventários modernos, a códices medievais.

Também não se conhecem muitos autores portugueses entre os séculos XII e XV, altura em que, um pouco por toda a Europa, floresciam a escolástica e a cultura monástica (Meirinhos, 2018, p. 143). Além destes desafios políticos, aliam-se os problemas causados por eventos naturais (como incêndios ou inundações) e outros agravos provocados pelo próprio Homem — além do principal, que foi a substituição do livro manuscrito pelo livro impresso, favorecendo a destruição ou reutilização dos códices (várias capas de livros de tabeliões são constituídas por pergaminhos de antigos livros); ocorreram também casos de empréstimos não devolvidos, mau uso e má

³ “As Comissões Inventariantes de 1832–34, raramente executaram o seu trabalho de maneira satisfatória, especialmente no caso de bibliotecas maiores” (Giurgevich e Leitão, p. XV).

⁴ “Na prática, as comissões inventariantes parecem ter invocado com demasiada facilidade o mau estado das livrarias para se escusar do trabalho. De facto, muitas livrarias nem sequer chegaram a ser avaliadas, porque os livros, segundo os avaliadores, «nada vallião»” (Giurgevich e Leitão, p. XXIII).

⁵ No seu estudo, estes autores apuraram a existência de cerca de 400 bibliotecas eclesásticas, número que contrapõem ao de José Adriano Carvalho, 20% superior. (Giurgevich e Leitão, p. XXI).

preservação dos códices, livros proibidos e destruídos em nome da religião, ou inventários de bibliotecas que nunca se chegaram a realizar por não existir qualquer obrigação legal (Gomes, 2007, p. 189; Nascimento, 2005, p. 15).

A uniformização da escrita caligráfica e a ausência de assinaturas também dificulta a investigação sobre a proveniência dos códices. Outro problema foi o facto de, ao tornar-se um produto “venal” (utilizando as palavras de Aires Nascimento), o espólio das bibliotecas acabar por se dispersar por diferentes locais, tanto por várias instituições eclesiásticas como por particulares, dificultando assim o seu estudo (Nascimento, 2012, p. 296). Devido à escassa informação que chegou intacta até à actualidade, o estudo das bibliotecas monásticas nem sempre é fácil. O volume de catálogos e inventários dos bens dos mosteiros não é tão numeroso quanto o desejado, e por vezes resta aos estudiosos fazer estimativas do número de códices que possuiu determinada instituição.

Outro entrave comentado por Nascimento para o estudo da cultura em Portugal é a “descontinuidade no seu conhecimento”, na qual, por vezes, o investigador se refugia. O facto de Portugal se situar no extremo mais ocidental da Europa, ao qual as novas correntes de pensamento chegavam com algum atraso, e sem centros de cultura atrativos para as mentes estudiosas da época, não são indicativos de que este reino vivesse à margem da cultura, havendo momentos de maior partilha e transmissão, com o livro como objeto central do dinamismo cultural (Nascimento, 2005, p. 10-11).

Há ainda algo importante a reter, que tanto Aires de Nascimento como Albert Gier referem: o historiador do livro tem de se lembrar das “tradições textuais próprias das nossas regiões”, focando-se sobretudo numa história local (ao invés de nacional) que tenha em conta a mentalidade da época – ainda que não fosse tão extensa como a dos países da Europa central, uma análise a centros culturais específicos valorizaria a investigação, já que daria uma resposta mais segura às questões levantadas pelos historiadores (Gier, 1988, p. 91; Nascimento, 2005, p. 10).

Apesar dos obstáculos, seguimos o exemplo de Isabel Beceiro e focámo-nos, sobretudo, na análise de testamentos, doações, e documentação relativa a

empréstimos⁶. O leitor pode estar a questionar-se sobre a razão de não nos focarmos em inventários de bibliotecas medievais – e esta é simples: para o período em causa (séculos X—XIV), este tipo de documento é escasso. Os inventários publicados até à data são referentes a Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra, São Vicente de Fora, Sé de Viseu e Sé de Coimbra. Uma vez que este tipo de fonte refere apenas o título das obras pertencentes ao mosteiro e não a sua proveniência, descartámos de imediato o seu uso⁷.

Como esta opção não nos foi viável, focámo-nos então apenas nos tipos de documentos acima descritos: nos testamentos, porque apresentam a “diversidade de posições mentais e de últimas vontades, relativamente aos livros” (Marques, 1998, p. 802) e porque, apesar de ser uma ferramenta utilizada pela nobreza antes do século XII, é precisamente entre este e o século XIII que a Igreja incentiva à sua propagação, já que a prática testamentária beneficiaria muito o aumento do património eclesiástico e monástico⁸; nas doações, porque nos indicam a tipologia do património que circulava na época e as razões pelas quais este era transmitido a outras pessoas ou instituições; e nos empréstimos, porque nos ajudam a perceber que tipo de livros saía dos mosteiros e quem os requisitava⁹.

Para isso, consultámos:

- Cartulários de mosteiros – utilizámos apenas cartulários que já estivessem editados e publicados. Dentro destes, procurámos testamentos ou doações que mencionassem livros. Ainda assim, é difícil entender o percurso dos livros dentro

⁶ Com a excepção da consulta directa de códices, uma vez que, além do tempo ser escasso, devido à pandemia também não houve possibilidade para deslocações devido, como já referimos na Introdução, à situação de confinamento em que nos encontramos.

⁷ Seria interessante fazer este trabalho no futuro, de forma a tentar averiguar a origem do património bibliográfico dos mosteiros.

⁸ O aumento da produção de testamentos está associado também “ao surto económico, ao aumento demográfico, ao aproveitamento de novas terras e de outros cultivos, ao desenvolvimento do comércio e à conseqüente multiplicação de bens a transmitir, móveis e imóveis” (Ventura e Matos, 2019, p. 178).

⁹ Uma vez que, como veremos à frente, a produção de códices era dispendiosa e, conseqüentemente, o seu valor de compra era elevado, nem todos teriam a possibilidade ou facilidade de adquirir livros. Assim, apesar deste tipo de fonte não nos indicar a influência da nobreza na constituição de património eclesiástico, indica-nos a relação da nobreza com o livro e abre os horizontes para possíveis estudos acerca desta temática.

das bibliotecas monásticas devido à falta de documentação: apesar dos testamentos nos dizerem de que pessoa provinha determinado livro, a pergunta acerca da sua origem mantém-se. Os livros que constituíam o grosso do espólio das bibliotecas monásticas seriam comprados, recebidos em doação ou testamento ou incorporados? Os cartulários por nós consultados e analisados foram:

- Cartulário de Arouca;
- Cartulário da Colegiada de Guimarães;
- Cartulário Baio-Ferrado;
- Cartulário do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde;
- Cartulário do Mosteiro de Fiães;
- Livro de Doações de Tarouca;
- Livro Preto.
- Livros de testamentos:
 - Livro de Mumadona;
 - *Liber Testamentorum coenobii laurbanensis*;
 - Livro de Testamentos do Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa;
 - *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071–1325)*.
- Fichas do arquivo do Professor Doutor José Augusto de Sottomayor-Pizarro;
- Documentos Medievais Portugueses (volume III e IV).
- Apêndice I da obra “A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI.
- Apêndice documental das obras “O mosteiro de Arouca. Do século XI ao XIII” e “Quando a nobreza traja de branco: a comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286–1299) — uma vez que estas obras possuem documentos inéditos que ainda podem pertencer à nossa cronologia.

Antes de prosseguirmos, queremos apenas referir que muitas das edições por nós consultadas são já bastante antigas e que nós não tivemos oportunidade de as

confrontar com os documentos originais. Uma vez que o nosso conhecimento acerca da história está constantemente a ser alterado (por se descobrir nova documentação) e a evoluir, poderia ser necessária uma nova leitura das fontes, para rever a pontuação, a transcrição e a sua interpretação. Esta revisão deveria ser feita por uma equipa interdisciplinar (de paleógrafos, codicólogos, profissionais da diplomática e da edição crítica, historiadores), uma vez que o livro medieval é objeto de estudo de todas estas áreas, e como tal, todas elas são necessárias para que haja uma melhor interpretação dos documentos.

Estado de Arte

Como escreve Mellot (2005, p. 27), para estudar a história do livro, é necessária a participação de diversas áreas científicas, como a arqueologia, a papirologia, a codicologia, a paleografia, a história da tipografia, a filologia, a filosofia, etc. A Alemanha, onde desde cedo é reconhecida a importância de todas estas áreas para o desenvolvimento do conhecimento do livro tal como o concebemos hoje, foi um dos primeiros países europeus onde se reuniram esforços para escrever uma história do livro nacional¹⁰. Seguiram-se-lhe países como a França¹¹, o Reino Unido¹² e a Espanha¹³, que fundam também publicações periódicas dedicadas à história deste objeto¹⁴. No que respeita a Portugal, embora não exista qualquer obra dedicada ao panorama geral da história do livro, há revistas que se dedicam a esta temática e são organizados eventos que têm o livro como objeto central¹⁵.

¹⁰ Martin (2005), refere no seu artigo as obras de J. Goldfriedrich e F. Kapp (*Geschichte des Deutschen Buchhandels*), 4 volumes publicados entre 1886 e 1903. Apesar de só o primeiro capítulo do primeiro volume ser referente ao período anterior a Gutenberg, esta obra é grandiosa, já que abrange todos os períodos da história do livro alemão.

¹¹ Martin (2005) apresenta um resumo da evolução da história do livro em França, mencionando a sua obra com Lucien Febvre (*L'apparition du livre*) publicada pela primeira vez em 1956. Após a publicação deste trabalho, Martin continuou a desenvolver esta investigação, dirigindo conjuntamente com Roger Chartier a obra *Histoire de l'édition française: le livre conquérant, du Moyen Âge au milieu du XVIIe siècle*, publicada em 1982. Chartier é outro dos nomes associados à história do livro, sendo da sua autoria obras como *L'Ordre des livres. Lecteurs, auteurs, bibliothèques en Europe entre le XIVe et le XVIIIe siècle* (1992) e *Inscrire et effacer: culture écrite et littérature (XI^e–XVIII^e siècle)* (2005). Albert Labarre, também ele historiador francês, dedicou-se a esta temática, escrevendo a *Histoire du livre et de la reliure*, publicada pela primeira vez em 1970. Ao longo da sua carreira, continuou a estudar este tema, publicando diversos artigos sobre as diferentes épocas da história do livro.

¹² Entre 1999 e 2019 foi publicada a *The Cambridge History of the Book in Britain*, em 7 volumes, que abrange o período entre o ano 400 e o século XXI. O primeiro e segundo volumes são dedicados à época medieval (e anterior). Um dos grandes historiadores britânicos da história do livro é Richard Gameson, professor de uma unidade curricular com esse nome na Universidade de Durham.

¹³ Cf. Millares, 1971.; Dahl, 1972; Faulhaber, 1987.

¹⁴ Existem revistas como a *Book History* (publicada pela Society for the History of Autoship, Reading and Publishing); a *Digital Philology: A Journal of Medieval Cultures*; a *Syntagma*, etc.

¹⁵ Como foi o caso da *Cultura: Revista de História* e a revista *Teoria das Ideias*. Alguns encontros sobre o livro em Portugal: As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais (Seminário Maior do Porto, 25 de março de 2011); Livrarias e cartórios medievais e modernos na Europa. Projetos e tendências de investigação (Novembro de 2019).

Além das histórias gerais, outro aspecto importante para o desenvolvimento desta área é a criação de catálogos online em que constem as colecções de manuscritos dispersas pelo mundo. Sabemos que muitos manuscritos produzidos na época medieval não se encontram no seu país de produção, por diversas razões (ou foram levados, pouco depois de serem produzidos, para outros países¹⁶; ou foram tomados como espólio de guerra; ou até adquiridos em leilão por particulares ou instituições). Assim, a criação de bases de dados *on-line* é uma mais-valia para o estudo dos manuscritos medievais. Apesar deste trabalho ser contínuo, vários países, como os mencionados acima, disponibilizam os seus catálogos¹⁷. Uma vez que o foco primário da nossa investigação é o reino português, daremos destaque às bases de dados dedicadas aos manuscritos da Península Ibérica, como a PhiloBiblion¹⁸ (que tem quatro subprojectos, cada um com a sua base de dados específica¹⁹) ou a do CEPESE²⁰. Existem também bases de dados locais, disponibilizadas pelas bibliotecas municipais ou nacionais²¹.

Falemos agora dos inventários, outro suporte importante para conhecer a história do livro. Em Portugal, temos o trabalho pioneiro de Giurgevich e Leitão (2016), que se dedicaram a estudar as livrarias das instituições religiosas em Portugal – ainda que a maior parte da sua investigação aborde uma cronologia posterior à nossa, é um dos trabalhos mais completos acerca das bibliotecas eclesiásticas portuguesas. O espólio da biblioteca de Alcobaça também se encontra documentado, e abrange os códices de todo

¹⁶ Como foi o caso do *Leal Conselheiro*, que é levado por Leonor de Aragão, esposa de D. Duarte, para Nápoles, ainda que se desconheçam as razões que o levaram até França (Duarte, 2006).

¹⁷ Devido à sua extensão, mencionamos apenas alguns exemplos, como a página da Washington University of St. Louis, que compila vários recursos; a página da Biblioteca da Universidade de Chicago, onde se encontra uma lista das bases de dados mais conhecidas por país; a página dos Manuscripta Medaevalia, alemã; ou ainda a página dos Manuscripta, austríaca.

¹⁸ Este projecto foi-nos dado a conhecer através do artigo de Nascimento (2005).

¹⁹ Chamamos especial atenção para o BITAGAP (que se foca em manuscritos galego-portugueses) e o BITECA (especializado em manuscritos catalães).

²⁰ Dedicada exclusivamente aos códices de Santa Cruz de Coimbra e de Alcobaça.

²¹ Para Portugal, temos as colecções digitais da Biblioteca Nacional, que disponibiliza digitalizações de vários códices alcobacenses e outros, pertencentes a diferentes colecções.

o país²², assim como o do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra²³ e de algumas sés portuguesas²⁴.

Ainda assim, continuam a ser “escassos os centros e as personalidades em torno dos quais se costuma traçar o panorama da cultura literária e dos seus agentes ao longo da história portuguesa” (Nascimento, 2005, p. 8), apesar de se começarem a associar outras instituições e outros nomes à produção cultural medieval²⁵.

Nos primórdios da investigação histórica sobre as bibliotecas da época medieval em Portugal e sobre os códices que as compunham, os mosteiros de Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra ocuparam o lugar de destaque como principais centros culturais portugueses²⁶. A razão para que isto ocorresse é simples e bastante óbvia: além de terem sido preservados inventários dos manuscritos pertencentes a estes mosteiros, os seus recheios foram também conservados, de tal forma que chegaram quase intactos até aos dias de hoje, prontos a serem estudados. Assim, nos livros de história geral de Portugal, como a que foi dirigida pelo Professor Doutor José Mattoso, nas partes dedicadas à cultura medieval, as referências à produção de livros ou à posse e circulação de manuscritos são escassas e quando existem, referem precisamente estes dois centros de produção.

²² Cf. The Fundo Alcobaça of the Biblioteca Nacional. Colleville (MN): Hill Monastic Manuscripts Library, 1988-90; Inventário dos Códices Iluminados até 1500. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1994, 2 volumes.

²³ Cf. Nascimento; Meirinhos, 1997.

²⁴ Cf. SANTOS, Ana Paula Figueira; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O património da Sé de Viseu segundo um inventário de 1331 in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997–1998, tomo XXXII; GOMES, Saul António – Livros e alfaias litúrgicas do tesouro da Sé de Viseu em 1188, in *HVMANITAS*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, vol. LIV, 2002; COSTA, Avelino de Jesus da – A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1983; *Idem* – A biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII. Braga: [s.n.], 1983.

²⁵ Os estudos de Isaiás da Rosa Pereira acerca dos livros de Direito na Idade Média ou o de Saul Gomes acerca dos livros científicos, ou até mesmo o de José Domingues acerca dos códices medievais de *Ius proprium* em Portugal abrem horizontes, uma vez que quando se fala em manuscritos medievais, associamos sempre os nomes de Alcobaça e Santa Cruz de Coimbra. Existe também a base de dados do PEM (*Portuguese Early Music Database*), que reúne digitalizações de manuscritos musicais portugueses (e de algumas cidades espanholas) anteriores a 1650.

²⁶ Além dos que fomos mencionando acima, cf. J. M. Teixeira de Carvalho, que estudou os catálogos do mosteiro de Santa Cruz e publicou o seu trabalho em 1921.

A ideia de que eram estes os centros de produção e armazenamento de códices em Portugal enraizou-se de tal forma, que ainda hoje, grande parte dos trabalhos que surgem acerca do livro medieval português, para a cronologia por nós estudada, estão relacionados com estas instituições, havendo escassa informação acerca de outros *scriptoria* medievais nacionais. Este problema deve-se, maioritariamente à escassez de fontes, ou à demorada publicação das mesmas em Portugal.

Alguns dos trabalhos mais recentes que chamam a atenção para outros mosteiros proeminentes nesta área foram liderados por José Mattoso, Aires Nascimento e José Marques. José Mattoso estudou os *scriptoria*, sobretudo os de mosteiros beneditinos²⁷. Aires Nascimento trouxe à luz da ribalta o caso do mosteiro de S. Vicente de Fora, que possuía uma biblioteca modesta e possivelmente também um *scriptorium*²⁸; ou o do mosteiro de Lorvão, que teria possuído um *scriptorium* anterior à sua transição para a comunidade feminina, bem como uma biblioteca (esta já transversal a ambas as comunidades)²⁹. Sabe-se também que os mosteiros de Pendorada, Moreira, Junqueira e Tarouquela praticavam a cópia de códices (Santos, 2001). Por sua vez, José Marques (1998) estudou algumas livrarias de mão, chamando a atenção para a posse privada de códices, pouco estudada ainda hoje³⁰. Em 1985, este investigador publicou um artigo sobre alguns *scriptoria* portugueses desconhecidos que viveram na sombra do *scriptorium* de Alcobaça, baseando-se nos inquéritos às comunidades das várias Ordens Religiosas, nomeadamente numa lista feita pela Ordem de Cister em que é apresentada uma lista dos seus copistas³¹.

²⁷ Cf. Mattoso, 1982.

²⁸ Outros mosteiros cistercienses como o mosteiro do Bouro, e o Colégio de S. Bernardo (em Coimbra) surgem também relacionados à produção de códices, ainda que estas instituições estivessem indiretamente relacionadas com Alcobaça, já que era por elas que passavam muitos monges alcobacenses (Nascimento, 2012, p. 225–236).

²⁹ (Nascimento, 2012, pp. 205–223).

³⁰ Conhecem-se alguns casos pontuais como os de Mumadona Dias ou a influência da Rainha D. Mafalda na biblioteca de Arouca, mas pouco mais à data do seu estudo.

³¹ “Os mosteiros portugueses de Cister, apesar do seu isolamento rural, não estavam à margem das correntes culturais – teológicas, filosóficas e bíblicas – e de espiritualidade vigentes na Europa, donde, por certo, procediam alguns dos exemplares utilizados na feitura de novas cópias” (Marques, 1985, p. 15).

Os estudos de Isaías da Rosa Pereira acerca dos livros de Direito na Idade Média³², o de Saul Gomes acerca dos livros científicos³³, o de José Domingues acerca dos códices medievais de *Ius proprium* em Portugal³⁴, e o de Armando José do Norte acerca dos letrados e da sua cultura em Portugal³⁵, acabam por ajudar a expandir os nossos horizontes, já que destacam outros agentes relacionados com o livro medieval português.

O único tópico que permanece em relativa obscuridade é precisamente aquele em que desejámos focar-nos ao longo deste trabalho: o da relação da nobreza com o livro. Apesar de por vezes se publicarem testamentos de nobres ou eclesiásticos que mencionam códices, ainda ninguém se debruçou sobre o tema à parte de, nesses mesmos trabalhos, se fazer uma breve análise dos itens inventariados³⁶. Para Espanha, e sobretudo para Castela, reino com o qual faremos algumas comparações, também a cultura nobiliárquica dos séculos XI–XIV permanece na obscuridade³⁷, devido à falta de fontes. Assim, a maior parte da investigação foca-se nas bibliotecas de nobres do século

³² Cf. Livros de Direito na Idade Média. *Lusitania Sacra*, vol. 8 (1967–69) pp. 81-96.

³³ Cf. Livros de ciência em bibliotecas medievais portuguesas. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 14:1 (2012) 47–61.

³⁴ Cf. *Códices medievais de “Ius Proprium” em Portugal*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2018.

³⁵ Cf. *Letrados e cultura letrada em Portugal (sécs. XII e XIII)*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2013. Doutoramento em História Medieval.

³⁶ O caso de Mumadona Dias é bastante conhecido e dado como exemplo de uma nobre que possuía uma recheada biblioteca. Os casos da Rainha D. Mafalda e de D. Dinis, cujo cognome não deixa dúvidas sobre o seu apreço pela cultura, também são famosos, mas para a cronologia em questão, são escassos os trabalhos dedicados à análise exclusiva e aprofundada desta temática. Vão-se conhecendo outros casos como o de D. Vataça (Cf. Coelho e Ventura, 1987) ou os de inúmeros homens que fizeram carreira eclesiástica e deixaram testamentos que mencionavam livros (Cf. Ventura e Matos, 2019; Morujão et al, 2010), mas só para o período final da Idade Média (com a chegada dos Avis ao trono português) se estuda a cultura associada à nobreza (e sobretudo à família real).

³⁷ Conhecemos os vários trabalhos de Manuel Díaz y Díaz, que se foca na produção de códices entre o século IX e XII. Cf. *Códices visigóticos en la monarquía leonesa*. Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1983; *Idem – Libros y librerías en la Rioja altomedieval*. Intituto de Estudios Riojanos: Ochoa, 1991; *Idem – Asturias en el siglo VIII, la cultura literaria*. Oviedo: Sueve, 2002; *Idem – La cultura altomedieval. Historia de Burgos* (coord. Jesús María Palomares Ibáñez; dir. Ángel Montenegro Duque), 1987, vol. 2, t. 2; *Idem – Bibliotecas en los reinos hispánicos en el siglo XII. Alfonso VIII y su época: seminário* (coord. Jaime Nuño González), 1992, p. 61-70.

XV em diante³⁸: destacamos os trabalhos de Sánchez Cantón³⁹, de López Martínez⁴⁰, de Elisa Ruiz García⁴¹, de Isabel Beceiro⁴², Antonio Antelo Iglesias⁴³, Ladero Quesada e Quintanilla Raso⁴⁴ – todos eles têm investigado o livro e as bibliotecas de nobres e letrados; bem como o de Elena E. Rodríguez Díaz, que tem estudado a indústria do livro medieval, dedicando-se sobretudo à produção dos códices⁴⁵. Como escreve Guijarro (2001), a história das bibliotecas medievais espanholas está ainda incompleta, faltando fazer-se estudos sistemáticos e locais. O mesmo se passa para o panorama português: apesar de existirem várias publicações e estudos acerca dos códices medievais portugueses, não há nenhum estudo dedicado à relação da nobreza com a cultura medieval literária portuguesa anterior ao século XV.

³⁸ Segundo Beceiro Pita (2007), os fundos mais ricos para o estudo do livro são os catalães e os valencianos, opostos ao castelhano, cuja informação remonta sobretudo à segunda metade do século XV, uma vez que as referências a livros em documentos são escassas no caso de Castela (Guijarro, 2001). Ainda assim, para a coroa de Aragão, também falta informação acerca de bibliotecas aristocráticas, embora se conheçam aquelas pertencentes à nobreza média aragonesa e valenciana dos séculos XV e XVI (Beceiro Pita, 2015).

³⁹ Cf. *Libros, tapices y cuadros que coleccionó Isabel la Católica*. Madrid, 1950; *Idem – La biblioteca del marqués de Cenete iniciada por el cardenal Mendoza (1470–1523)*. Madrid, 1942.

⁴⁰ Cf. La biblioteca de don Luis de Acuña en 1496, *Hispania*, t. XX, 1960, p. 81–110.

⁴¹ Cf. *Los libros de Isabel la Católica: arqueología de un patrimonio escrito*. Madrid: Instituto de Historia del Libro y de la Lectura, 2005.

⁴² Cf. La Biblioteca del conde de Benavente a mediados del siglo XV y su relación con las mentalidades y usos nobiliarios de la época. *Estudios en memoria del Profesor D. Salvador de Moxó*, I. U. C. M., 1982, p. 135–146.

⁴³ Cf. Las bibliotecas del otoño medieval. Con especial referencia a las de Castilla en el siglo XV. *Espacio, Tiempo y Forma, S. III, H. Medieval*, t. 4, 1991, p. 285–350.

⁴⁴ Cf. Bibliotecas de la alta nobleza castellana en el siglo XV. In *Livre et lecture en Espagne et en France sous l'ancien régime*. Paris: Colloque de la Casa de Velázquez, 1981, p. 47–59.

⁴⁵ Cf. La manufactura del libro en la Castilla cristiana, *Gazette du livre médiéval*, 1998, n. 33, pp. 29–34; *Idem – La industria del libro manuscrito en Castilla: fabricantes y vendedores de pergamino (sécs. XII–XV)*, *Historia Instituciones Documentos*, 2001, n. 28, p. 313–351.

1. A relação do clero com o livro

A história do códice constitui uma parte importante da história do cristianismo, uma vez que o aspecto físico dos livros de hoje, como afirmam alguns autores, “é uma invenção cristã” (Giurgevich e Leitão, 2016, XVII). Ainda que todas as religiões possuam narrativas sagradas e tenham recorrido à escrita como veículo de propagação ideológica, segundo essas mesmas opiniões, foram as comunidades cristãs primitivas as responsáveis pela passagem do rolo para o *codex*, um dos marcos mais importantes na história do livro devido às suas características inovadoras⁴⁶. Este novo formato facilitava a consulta do livro, bem como o seu estudo, uma vez que a sua organização era mais prática e, conseqüentemente, tornava a leitura e a consulta mais rápidas.

Giurgevich e Leitão (2016, p. XVII) escrevem que “o cristianismo europeu elevou a importância e o impacto cultural da biblioteca” de tal forma que as comunidades cristãs “se ocuparam em acumular e preservar livros”, actividade que acaba por se tornar característica da vida eclesiástica medieval⁴⁷. O livro esteve de tal forma no centro da religião que “marcou as comunidades cristãs de sempre: foi instrumental para os servidores da Palavra; integrou comunidades particulares em comunidades de catolicidade e formou uma mesma linguagem; (...) a liturgia sempre exigiu o livro, pelo que a fundação de uma simples igreja só se tornava efetiva quando havia os livros necessários à ordenação do culto” (Nascimento, 2012, p. 947). O papel das suas bibliotecas era tão importante que a educação e a vida intelectual estiveram, durante séculos, associadas à religião cristã. Era nos seus *scriptoria* que se escrevia, que se preservavam os livros antigos e se copiavam os mais recentes (Pianta, 2019, p. 7) e foi das suas instituições que emanou, durante séculos, a cultura e o saber (Giurgevich e Leitão, 2016, p. XVIII; Nascimento, 2012, p. 269).

⁴⁶ “Conceberam novas disposições do texto na página, em colunas paralelas, para permitir o cotejo simultâneo de diferentes versões ou diferentes traduções de um determinado texto; introduziram codificações por cor ou, mais importante ainda, sistemas de numeração e de referência cruzada que permitia o cotejo de passos relacionados com diferentes textos. (...) De todas as inovações merece destaque o desenvolvimento de índices, com técnicas cada vez mais elaboradas” (Giurgevich e Leitão, 2016, p. XVII).

⁴⁷ Leia-se, tanto do clero regular como do secular. Gomes (2007, p. 183), defende que “cada mosteiro, fosse de que Ordem fosse, possuía naturalmente uma biblioteca (...) organizada para a *lectio divina* dos seus professores e para a celebração do serviço litúrgico que cumpria aos respetivos sacerdotes satisfazer”.

Quando falamos de produção de manuscritos, pelo menos relativamente à Península Ibérica, falamos geralmente da sua produção nos mosteiros, uma vez que eram estes os maiores produtores de códices, tanto para uso interno como para uso externo (já que os vendiam ou doavam a outras igrejas) (Escolar, 1993, p. 90). Isto não significa que nas catedrais não houvesse *scriptoria*⁴⁸, mas sim que, comparavelmente, teriam uma produção diferente da monástica, focada sobretudo na satisfação das necessidades de cada catedral (Avenoz, 2019, p. 66).

Uma das ordens monásticas que mais contribuiu para a formação de uma cultura do livro e da leitura foi a ordem de S. Bento, que torna a leitura o elo de ligação entre o trabalho e a oração (Meirinhos, 2018, p. 135). Para afastar os seus seguidores do pecado da ociosidade, S. Bento propunha-lhes que lessem, coletiva ou individualmente (*lectio divina*), certas passagens ou obras consideradas essenciais para a sua formação e salvação⁴⁹, já que “a Palavra divina é que renova e que essa palavra chega através da leitura (porque, como dissera S. Cipriano de Cartago, «quando rezamos, falamos com Deus, mas quando lemos é Deus que fala connosco»)”⁵⁰.

Uma vez que nem todos os monges sabiam ler, praticava-se a leitura em voz alta (tradição greco-romana) durante as refeições, que não deveria ser interrompida⁵¹. Também se lia no capítulo (os textos da Regra, do Costumeiro e do Martirológio) e no claustro (à hora da “colação”⁵², ou conferência) (Nascimento, 2018, p. 37). Dentro da

⁴⁸ Não encontramos muitos trabalhos que referissem a produção de livros nos *scriptoria* das sés ou dos cabidos. Na sua tese de doutoramento, Maria João Oliveira, fala-nos dos *scriptores* e *notatores* da Sé do Porto, mas quando se refere especificamente à produção de livros ou à existência de uma biblioteca da Sé, diz-nos que esta é apenas hipotética, ainda que bastante provável, já que não há qualquer referência à mesma. Numa nota, cita Moreira de Sá, que dá a entender que no Porto, o mais provável é que existissem *stationarii librorum* (que vendiam ou alugavam os livros) e um *stationarii peciarum* (que assegurava a multiplicação dos códices através de uma rede de copistas profissionais) (Oliveira, 2006).

⁴⁹ Algumas destas obras são: a Bíblia (Antigo e Novo Testamentos), as Colações e Instituições de Cassiano, as Vidas dos Padres (do deserto) e a Regra de S. Basílio (Meirinhos, 2018, pp. 135–138).

⁵⁰ Nascimento, 2012, p. 273.

⁵¹ Para a leitura individual estava reservado um determinado período do dia, e para aqueles que não quisessem descansar após o almoço, incentivava-se a leitura, desde que não incomodassem os restantes irmãos. (Meirinhos, 2018, p. 137).

⁵² “Como en Cluny o en Farfa, se practicaba la *collatio*, el típico sermón o conferencia monástica que se decía dos veces en el día, en la mañana antes de principiar el trabajo manual y en la tarde, al final de la jornada. La de la mañana tenía a veces como punto de partida la lectura del refectorio, mientras que la vespertina solía partir de un tema la Sagrada Escritura, la regla de la Orden o un fragmento patristico” (Cátedra, 1999, para. 27).

própria ordem acabou por se criar um plano de leituras indispensável para a formação humana e religiosa dos monges, estabelecendo-se normas e horários para o estudo, que se alteravam consoante a estação do ano e o dia da semana⁵³. Assim, para os beneditinos, a leitura colectiva ocupava um lugar primordial no seu quotidiano, já que era uma prática associada ao ensino e à oração – ao final do dia, o monge que presidia à leitura deveria esclarecer as perguntas dos seus ouvintes e estes podiam comentar o texto, prática esta que acaba por inspirar os modelos universitários medievais. Além disso, Nascimento crê que este “ritual” provocava nos monges o desejo de explorar novas temáticas, o que por sua vez fazia com que eles procurassem códices que, de certa forma, saciassem a sua sede de saber (Nascimento, 2012, p. 273).

A importância dada ao livro e à leitura pela Ordem de S. Bento acabou por influenciar outras regras: a cisterciense (inspirada na regra beneditina)⁵⁴, a agostiniana⁵⁵ e algumas ordens mendicantes⁵⁶, incluindo mesmo as instituições do clero secular⁵⁷. Contudo, devemos ter em conta que as várias regras monásticas passam uma visão generalizada da leitura, que na prática não deveria ocorrer, uma vez que cada mosteiro era diferente e singular (Cátedra, 1999, para. 7).

⁵³ Desde a Páscoa até 14 de Setembro, os monges deviam ler entre as 10 e as 12h, e sempre uma média de 2 horas diárias. Entre as calendas de Outubro (14 de Setembro) e o início da Quaresma, por ser Inverno e a luz solar ter menor duração, os monges deviam ler entre as 8 e as 9h da manhã. Em qualquer altura do ano, podiam ler depois de almoço, e aos domingos esta actividade também era incentivada, com excepção daqueles que desempenhassem algum tipo de tarefa (Meirinhos, 2018, pp. 137–138).

⁵⁴ Era uma particularidade da regra cisterciense, por exemplo, dar ênfase às práticas litúrgicas mais individuais, introspectivas, em que se primavam a oração e a meditação. Era por isso que algumas bibliotecas cistercienses tinham uma porção de livros destinada à leitura independente (Cátedra, 1999, para. 33).

⁵⁵ Não encontramos muitos estudos que se focassem especialmente nesta ordem e na sua relação com o livro. Bell (1999) partilha alguns exemplos de mosteiros agostinianos ingleses envolvidos na compra de livros, mas não conseguimos afirmar se estas práticas eram comuns a toda a ordem ou se eram particulares a este mosteiro ou ao reino em que se encontrava (Inglaterra).

⁵⁶ Ao longo dos séculos XII e XIII, as ordens mendicantes (Franciscanos e Dominicanos) deveriam possuir património bibliográfico que utilizavam na preparação das pregações, ainda que não tivessem, geralmente, um *scriptorium*, devido à sua forte vertente itinerante — a actividade da cópia de manuscritos tornava-se desnecessária e podia ser feita por outras pessoas externas a estas ordens (Nascimento, 2018, p. 183).

⁵⁷ Ainda assim, as diferentes regras tinham diferentes atitudes perante o livro e a sua utilização (Gomes, 2007, p. 183).

Eram sobretudo os mosteiros beneditinos (e, conseqüentemente, cistercienses), os principais responsáveis pela circulação dos códices na época medieval⁵⁸. Esta circulação era alimentada pela criação de novos centros monásticos (e, no caso das instituições do clero secular, pelo estabelecimento de novas igrejas e outros locais de culto), pelas reuniões anuais (como era o caso dos Capítulos Gerais cistercienses ou dos Concílios ecuménicos ou provinciais), e pelo movimento universitário (Nascimento, 2012, p. 272).

Expliquemos mais detalhadamente cada um destes elementos e o seu papel na circulação dos códices medievais. Começemos pela fundação de novos mosteiros. Ao contrário do que ocorre hoje (graças à imprensa), a produção do livro medieval era dispendiosa e, conseqüentemente, também o seu valor no mercado. Para produzir um códice, eram necessários materiais caros e bastante tempo de trabalho, uma vez que o processo de manufatura do livro era demorado: começava com a identificação das necessidades de determinada casa monástica, seguia para a procura do texto e, por fim, a preparação da sua reprodução, tendo em conta não só o destinatário como também a situação de uso (Nascimento, 2018, p. 92).

Depois de feita esta avaliação, chegava o momento de colocar as mãos na massa (ou neste caso, o *stilo* na tinta)⁵⁹. Havia vários tipos de *scriptoria* medievais, como apresenta Aires de Nascimento (2018, p. 49–52): o *scriptorium* coletivo, em sala ampla, característico da ordem beneditina, que servia de lugar tanto à cópia de manuscritos como de biblioteca; o *scriptorium* individual, normalmente situado numa cela, mais característico dos monges cartuxos⁶⁰; o *scriptorium* localizado no claustro (sendo os nichos usados para colocar livros ou materiais de escrita, o que também podia acontecer em outros locais); ou o *scriptorium* de uso múltiplo, característico da ordem de Cister,

⁵⁸ A partir do século XIII, também o são os dominicanos, os franciscanos e os eremitas de S. Agostinho.

⁵⁹ Não vamos abordar o processo de manufatura dos códices neste trabalho, sobretudo porque esta temática já se encontra muito bem estudada em obras como MANIACI, Marilena – *Terminologia del libro manuscrito*. Milão: Instituto centrale per la patologia del libro. Editrice bibliografica, 1996; AVENOZA, Gemma; FERNÁNDEZ, Laura; SORIANO ROBLES, M. Lourdes – *La producción del libro en la Edad Media. Una visión interdisciplinar*. Madrid: Cmapress, 2019.

⁶⁰ As suas *Constitutiones* obrigavam a que cada monge tivesse na sua sela os materiais necessários à cópia de manuscritos, ainda que estes escrevêes pudessem ser homens leigos que viviam no mosteiro (Bell, 1999, p. 236).

situado na sala dos monges, próxima da cozinha – só se localizaria aqui se a cópia de manuscritos fosse esporádica, e como tal, não houvesse necessidade de ocupar permanentemente um sítio – e dividido de forma a formar celas individuais que garantissem o isolamento.

Apesar de alguns mosteiros europeus reunirem as condições necessárias para se tornarem centros de produção e de circulação de códices – por exemplo, sabe-se que em França e em Inglaterra se destinava uma parte das receitas dos mosteiros para a manutenção do *scriptorium*; e que em França havia uma taxa sobre priorados ou paróquias pertencentes ao mosteiro para ajudar nas despesas da instituição⁶¹ –, nem todos o conseguiam, quer por não possuírem os conhecimentos necessários, quer por não terem recursos suficientes para se dedicarem à actividade (Meirinhos, 2018, p. 139). Muitos podiam nem possuir recursos económicos suficientes para investir na compra dos livros essenciais à prática religiosa. Para que não houvesse discrepâncias entre mosteiros da mesma ordem, criaram-se alguns mecanismos preventivos, como o de atribuir à casa-mãe o dever de enviar os códices necessários à comunidade⁶² (dever partilhado pelos patronos e fundadores dos mosteiros) (Fuentes, 1992, p. 41; Meirinhos, 2018, p. 139). Também era possível que estas instituições obtivessem códices através de doações, trocas ou empréstimos⁶³, feitos por entidades particulares ou instituições (eclesiásticas ou políticas) que mantivessem uma relação de afinidade com o cenóbio⁶⁴.

Uma vez que as comunidades monásticas e eclesiásticas mantinham contatos frequentes com outras que se localizavam no estrangeiro (quer por pertencerem à

⁶¹ Em Portugal não se conhecem muitos livros de receitas de mosteiros medievais para se proceder a uma comparação, mas conhecem-se algumas doações isoladas, como uma de D. Afonso Henriques, que entrega dinheiro à Sé de Coimbra para se fazer um Evangeliário; ou as doações de D. Mafalda a Arouca ou de dinheiro aos Dominicanos para comprarem livros. (Nascimento, 2018, p. 55).

⁶² Para certas comunidades (como é o caso da cisterciense), estava prevista uma “uniformidade litúrgica”, sendo que os novos mosteiros deveriam possuir os livros previstos pela regra, ainda que mais tarde fosse permitida liberdade para adquirir bibliografia diversa. Também não se sabe se estes códices eram cedidos provisoriamente para serem copiados, ou se eram de facto oferecidos com o intuito de aí permanecerem, ainda que o autor tenha averiguado, à data do seu trabalho, que o mais comum era ocorrerem empréstimos, sendo que o livro regressava depois à instituição de origem (Nascimento, 2012, p. 278–279 e 290–91).

⁶³ Estes empréstimos podiam ser feitos ao mosteiro ou pelo mosteiro.

⁶⁴ Acerca dos empréstimos, Gomes (2000, p. 183 e 196) escreve, na nota 10 da página 183, que era uma prática comum entre *scriptoria* e mesmo entre as instituições monásticas e particulares, sendo comum que antes se avaliasse o livro em dinheiro, caso o exemplar fosse danificado ou perdido.

mesma regra, quer por estarem sob a tutela da Santa Sé), acabavam por se inspirar umas nas outras, recebendo orientações de leitura, sugestões e mesmo alguns códices⁶⁵. Os empréstimos contribuía, assim, para a propagação da cultura medieval⁶⁶ e podiam ser feitos internamente (como é mencionado num excerto de Fr. João Claro, apresentado por Aires Nascimento (2012, p. 212): “ho cantor, pode della [da livraria] facilmente aver livros quem os ouver mester e se vem alguu hospede letrado, nom ha dificuldade pera lha logo nom abrirem”), para outras instituições ou a particulares que desejassem requisitar o exemplar durante algum tempo⁶⁷. Cada instituição tinha os seus próprios procedimentos e tomava as precauções que considerava necessárias para que os códices não se perdessem⁶⁸.

A verdade é que os códices chegavam rapidamente ao nosso reino⁶⁹, ainda que não se conheçam nem o seu ponto de entrada nem os intermediários em causa. Como foi referido acima, as reuniões anuais das ordens ou das Igrejas provocavam uma movimentação em massa da parte do clero para determinadas cidades, podendo ser estas um local onde ocorriam as trocas de códices.

⁶⁵ Dos repositórios para já estudados, sabe-se que tanto em Alcobaça como em Santa Cruz de Coimbra, existiam livros pertencentes a outros mosteiros, bem como manuscritos provenientes de outros países. Em Alcobaça, sabe-se que os manuscritos Alc. 143 pertenciam ao Mosteiro de Lorvão; que o Alc. 162 provinha de Braga; que os Alc. 458, 205 e 455 são Bíblias francesas do século XIII; que o Alc. 439 também é francês; e ainda que o Alc. 235 tem origem italiana (Barreira, 2016, p. 101).

⁶⁶ Aires Nascimento sugere que esta seria esta uma das razões para a elaboração dos inventários, que além de registos de propriedade consistiriam num registo de uso dos manuscritos por parte da comunidade monástica – nós alteraríamos para “eclesiástica e particular”, uma vez que os livros do mosteiro poderiam ser emprestados a outras instituições eclesiásticas que não mosteiros e a privados (Nascimento, 2012, p. 226).

⁶⁷ Conhecem-se alguns exemplos de livros cedidos por Santa Cruz de Coimbra: um datado de 1207 em favor de Pedro Vicente, cónego de S. Vicente de Lisboa, que recebe três livros de Medicina; outro de 1218 ao Mestre Egídio, que podia requisitar 13 livros; e por último um ao chantre Pedro Pires, que levanta também 2 livros de Medicina. Aires Nascimento (2012, pp. 226; 309) comenta ser possível que os livros de Medicina fossem mais facilmente cedidos que outros porque as comunidades eclesiásticas não lhes davam tanto uso.

⁶⁸ O autor compara as disposições de São Vicente de Fora e da Sé de Coimbra: enquanto os primeiros não tinham regras, os segundos exigiam uma caução ou fiador (Nascimento, 2012, p. 302).

⁶⁹ Aires Nascimento (2012, p. 312) conta-nos que a *Passio* (obra sobre S. Tomás da Cantuária, escrita em 1174 por Bento de Peterborough), é copiada em Lorvão em 1185; e o *De sacramentis* de Hugo de S. Victor, escrito em 1153, dez anos mais tarde é utilizado em Coimbra.

Outro elemento seria a partida de indivíduos para o estrangeiro, com o intuito de completarem ou aprofundarem a sua formação⁷⁰. Talvez no regresso ao país de origem estes estudiosos trouxessem consigo as novidades literárias do momento⁷¹.

Também se sabe que D. Dinis fundou a Universidade de Lisboa entre 1288–90 e pediu ao Capítulo Geral de Cister uma autorização para fundar em Portugal um colégio cisterciense semelhante àqueles criados por Claraval em França⁷². Nascimento (2012, p. 279) diz-nos que a “existência de escolas [quaisquer que estas fossem], supõe necessariamente a existência de livros”. A educação universitária também cria a necessidade de existir não só uma maior quantidade de livros, como de ter acesso àqueles mais recentes – a *lectio divina* é substituída pela *questio* (de vertente escolástica), que exigia clareza e precisão, conseguida apenas se os estudantes tivessem acesso às novidades do conhecimento (Bell, 1999, p. 234). Estes códices deviam ainda ser fáceis de transportar, baratos, práticos e concisos, daí que, desde o século XII, se tenham desenvolvido as *tabulae* e *concordantiae*, e a cópia em *pecia* (Bell, 1999, p. 235). Esta necessidade incentivava, conseqüentemente, a criação de negócios que

⁷⁰ Durante séculos, a educação esteve associada ao clero, mesmo a educação superior das universidades (Nascimento, 2012, p. 272). Sabe-se que existiram, ao longo da Idade Média, escolas onde se estudava para ser clérigo e onde se exigia o conhecimento do saltério, dos hinos e dos cânticos, das epístolas, dos evangelhos e das orações (Nascimento refere que estas disposições se encontram no Capítulo 5 do Concílio de Coiança). Conhecem-se mesmo vários mosteiros portugueses em que existia um mestre escola, como foi o caso de Alcobaça, que vê um *studium* fundado em 1269 pelo abade D. Estêvão Martins (Barreira, 2016, p. 127).

⁷¹ Sabe-se que a partir do século XIII, a Universidade de Paris, contribuiu para o aparecimento dos colégios e dos *studia* mendicantes, como foi o caso do Colégio de S. Bernardo, fundado em 1224 por abades de Claraval. Os cistercienses aperceberam-se rapidamente da importância dos estudos superiores e em 1245, no Capítulo Geral, decidiram que cada província deveria ter um Colégio de Teologia, instalado num mosteiro, tornando-se obrigatório (a todos os mosteiros que tivessem mais de 20 monges) o envio de um monge (Barreira, 2016, p. 102). Este dado é importante porque todos os livros adquiridos pelos estudantes aquando dos seus estudos nos colégios de Teologia, regressaram com eles para o seu mosteiro de origem, explicando assim a existência de manuscritos estrangeiros nos diversos mosteiros, inclusive no de Alcobaça. A propósito deste manuscrito, Barreira (2016, p. 103) cita Caroline Obert-Piketty que refere que o Alc. 261 representa a relação entre o mosteiro de Alcobaça com os Colégios parisienses, já que este havia pertencido a um monge que aí estudara durante o século XIII.

⁷² Saul Gomes pensa que esta autorização foi concedida e que os colégios devem ter existido em S. João de Tarouca e em Sta. Maria de Salzedas. Aires de Nascimento crê que o local seria Lisboa (Barreira, 2016, p. 127).

alimentassem a respetiva produção, como seria o caso dos artesões de livros, que surgiam em redor dos locais de ensino⁷³.

A movimentação de códices também pode ter sido provocada pela vinda de personalidades eclesiásticas importantes para as instituições portuguesas⁷⁴, facto que contribuiu igualmente para a presença de códices estrangeiros nas suas bibliotecas (Nascimento, 2012, p. 313). Barreira crê que estes manuscritos chegavam aos mosteiros pouco depois da data da sua produção, não sendo, portanto, aquisições posteriores (Barreira, 2016, p. 127).

Independentemente de como chegaram, Aires Nascimento acredita que esta movimentação de códices era feita sobretudo do estrangeiro para Portugal e apenas raramente no sentido inverso, isto porque “a exportação requeria capacidade de multiplicação de cópia” (Nascimento, 2012, p. 305), algo que não existia em nenhuma instituição portuguesa medieval – não havia excedentes de produção, nem uma procura elevada por manuscritos portugueses (ou por cópias produzidas em instituições nacionais); aliás, isto acaba por formar uma espécie de ciclo vicioso, já que só com excedentes poderia haver um mercado assegurado, e uma vez que este não existia, não se produziam excedentes⁷⁵. Como tal, os *scriptoria* das instituições eclesiásticas davam resposta às necessidades das mesmas, sendo sobretudo recetores de manuscritos e não difusores de obras originais⁷⁶. Ainda assim, nem todas as instituições monásticas portuguesas tinham capacidade de contribuir para a movimentação de códices pelo reino – apesar das comunidades monásticas terem sido as “principais agentes de transferência de livros manuscritos do centro da Europa para esta zona ocidental” (Nascimento, 2012, p. 316), como já foi dito, nem todas possuíam os meios

⁷³ Ainda assim, o autor refere que o livro universitário possuiria características distintas do livro utilizado pelo clero, bem como circuitos próprios (Nascimento, 2018, p. 47–48).

⁷⁴ Nascimento (2012, p. 297) dá o exemplo dos bispos D. Julião (originário de Andaluzia), do bispo D. Paterno (natural de Saragoça) e do bispo D. Crescónio (natural de Tui), que eram possuidores de livros e beneficiaram a biblioteca da Sé de Coimbra, ainda que não se saiba em que locais adquiriram os seus exemplares.

⁷⁵ Nascimento (2012, p. 306) defende que este mercado reprodutivo só existiria se Portugal oferecesse textos novos ou textos que, por algum motivo, tivessem sido aqui conservados e não fossem, portanto, conhecidos noutros reinos.

⁷⁶ No que toca ao plano nacional, Nascimento (2012, p. 307-311) diz-nos que Alcobaça funcionaria mais como um local de produção e captação, e que Santa Cruz era mais um ponto de irradiação.

humanos e económicos para tal⁷⁷. A riqueza e diversidade das bibliotecas monásticas⁷⁸ dependiam da dimensão do mosteiro, das suas posses patrimoniais, da sua localização geográfica e da sua posição na rede de mosteiros da ordem (Meirinhos, 2018, p. 139). É provável que só os mosteiros mais numerosos possuíssem um *scriptorium*⁷⁹, uma vez que a cópia de manuscritos não era um ofício que contribuísse para a auto-suficiência da comunidade. Aliás, Nascimento crê que, uma vez que as necessidades bibliográficas do mosteiro fossem suprimidas, não existiria um núcleo de pessoas dedicado permanentemente àquele trabalho – estas seriam encaminhadas para outros locais em que fosse necessária mão de obra e só em caso de chegarem novidades de fora ou quando era necessário copiar pontualmente algum manuscrito se fazia novamente uso das pessoas que conhecessem essa arte, não se justificando a manutenção de uma laboração contínua (Nascimento, 2018, p. 44–57).

É importante acrescentar que a existência de um *scriptorium* estava dependente da existência de uma biblioteca (por muito pequena que esta fosse) ou um espaço dedicado ao armazenamento de livros (um local onde se pudesse guardar o espólio documental, onde ficassem os livros destinados a serem copiados, e aqueles que já o haviam sido)⁸⁰. Tal como os *scriptoria* podiam tomar várias formas⁸¹, também o podia a biblioteca. Os livros não tinham de estar necessariamente confinados a um único espaço no cenóbio⁸². As bibliotecas monásticas mais antigas não eram tanto uma divisão

⁷⁷“An active scriptorium depends upon a great library, full of exemplars, and both require significant financial resources.” (Buringh e van Zanden, 2009, p. 426).

⁷⁸ Ainda que na época de S. Bento, o termo “biblioteca” servisse tanto para designar um local onde se guardavam os livros, como para designar uma Bíblia, ou um conjunto de livros reunidos num só códice, depois da época carolíngia que o significado generaliza-se como repositório de livros (Meirinhos, 2018, p. 138).

⁷⁹ Uma comunidade precisaria de “tantos mais livros que sirvam à leitura quanto mais larga for a sua população” (Nascimento, 2018, p. 103).

⁸⁰ Maria Josefa Fuentes (1992, p. 37-56) escreve sobre a divisão do trabalho dos monges copistas e fala desta codependência entre o *scriptorium* e uma biblioteca.

⁸¹ Misteriosamente, são raras as vezes em que este espaço se encontra na planta do edifício, o que leva Pianta a pôr em causa se seria este o substantivo que designava o espaço destinado à cópia e manufactura de códices (Pianta, 2019. pp. 1–15).

⁸² Aires Nascimento (2012, p. 212) apresenta uma descrição da biblioteca de Alcobaça do século XV, feita por Fr. João Claro, em que se descreve a livraria da sacristia do mosteiro e os locais em que se encontravam guardados os livros (“archas e armarios matriaes do tempo velho”), bem como a possibilidade de aumentar os locais de armazenamento para que nele coubessem 600 livros (o autor diz

arquitectónica, mas mais um recetáculo onde se guardavam livros (como arcas, cofres ou armários), podendo tomar também a forma de locais recônditos⁸³ próximos da Igreja em que se deixavam os livros necessários ao culto (Nascimento, 2018, p. 37). O local de armazenamento dos códices dependia também da função dos mesmos: os códices litúrgicos, utilizados no quotidiano dos monges, que Gomes intitula como “livros de trabalho”, estariam um pouco por todo o mosteiro – no hospital, na sacristia, no coro –, sobretudo guardados em arcas (e não, ao contrário do que se pode pensar, em armários como os que conhecemos actualmente)⁸⁴. Na biblioteca do convento estariam os livros dedicados à *lectio divina* e à educação dos monges, próprios para uma leitura privada e silenciosa (Gomes, 2007, p. 219). Também era possível que os monges tivessem livros “seus” nas suas celas ou junto às suas camas, para que pudessem estudá-los quando quisessem, de dia ou de noite (Nascimento, 2012, p. 212).

Parece, portanto, lógico assumir que a maior parte dos mosteiros possuíam livros, mesmo que apenas os exemplares necessários à formação dos monges, tarefas litúrgicas e à oração. Nem todos os livros manuscritos medievais correspondem à imagem que vemos nas séries televisivas ou nos filmes de Hollywood: raros seriam os códices iluminados, cuidadosamente encadernados. Esses exemplares, patrocinados por mecenas ou doados aos mosteiros, estavam reservados para momentos simbólicos. Os livros do quotidiano, utilizados por todos os monges diariamente, eram exemplares mais modestos, de fácil manuseamento e menor valor (Gomes, 2007, p. 184)⁸⁵.

não existirem tantos exemplares no mosteiro, mas que se o rei desejasse, podia enviar mais exemplares para ali ficarem guardados).

⁸³ Como descreve Saul Gomes (2000, p. 187), os códices podiam estar “guardados no *armarium* central ou dispersos por outros pontos da abadia, como fosse uma dependência claustral próxima da entrada da igreja ou na nave da leitura, no tesouro, na sacristia, na sala capitular, na enfermaria, no refeitório, os livros constituíam colecções numerosas que garantiam a qualidade da formação intelectual dos monges e dos cônegos e projectavam o nome das abadias por toda a parte”.

⁸⁴ (Nascimento, 2018, p. 36).

⁸⁵ Esta seria talvez uma das principais diferenças entre as bibliotecas cistercienses e as bibliotecas cluniacenses e beneditinas: enquanto nestas últimas os códices eram mais dispendiosos, estando ricamente iluminados e encadernados, nas bibliotecas cistercienses a ostentação material do códice era reprovada, favorecendo-se mais a sua funcionalidade. É igualmente lógico que, em termos de património bibliográfico, o local e ano de fundação dos cenóbios também desempenhasse uma certa influência – seria apenas natural que as bibliotecas de origem alto-medieval possuíssem manuscritos de textos clássicos pagãos, mais do que uma biblioteca cisterciense, formada num período anti-herético (Gomes, 2007, p. 186).

É inegável o papel fundamental que os mosteiros desempenharam na preservação e transmissão da cultura da antiguidade, tanto pela sua cópia como pela manutenção e preservação dos documentos que estavam na sua posse. Além dos livros necessários ao ofício divino, nas suas bibliotecas também se podiam encontrar livros profanos, de poesia, de história, de filosofia e de medicina⁸⁶.

Nos finais do século XIII, os *scriptoria* monásticos reduzem significativamente a sua actividade, sobretudo devido ao crescimento das Universidades, que fazem com que a edição de manuscritos passe para a sociedade civil, e, conseqüentemente, esta acaba por desenvolver-se também como uma actividade de lazer⁸⁷.

⁸⁶ Contudo, importa referir que, para o caso português, os núcleos manuscritos das comunidades monásticas respondiam sobretudo às necessidades da vida claustral, ainda que no seu estudo, Nascimento se refira apenas aos fundos das bibliotecas de Santa Cruz de Coimbra e de Alcobaça (Meirinhos, 2018, p. 139; Nascimento, 2012, p. 290).

⁸⁷ Isso não impediu, contudo, que certos mosteiros, como Alcobaça, mantivessem a sua actividade, recorrendo mesmo ao reino vizinho como fornecedor de material. Nascimento (2018, p. 56 e 113) apresenta o exemplo de João Rodriguez, pergaminheiro de Castela, que em 1438 recebe 1500 reais de Alcobaça por lhe ter fornecido pergaminho. É inevitável pensar que, se existia circulação de códices, existiria também circulação de materiais necessários à execução de manuscritos, e que, como hoje em dia, se procurasse uma melhor relação de qualidade-preço, ou apenas um preço mais barato.

2. A relação dos mosteiros com a nobreza

Durante a época visigótica, os direitos do fundador de um mosteiro eram reduzidos: só o próprio podia apresentar o capelão ou o abade; ele e os filhos teriam direito a ajuda em caso de pobreza; e os seus descendentes teriam o direito de vigilância. Contudo, no final do século IX, fruto do desenvolvimento dos direitos senhoriais, as igrejas e oratórios construídos em terras senhoriais eram anexados à propriedade senhorial, constituindo parte integrante do seu território e, como tal, sujeitos à sua alienação (Pizarro, 1995, p. 99–103). A aquisição de igreja própria era, aliás, uma das estratégias das famílias nobres para demonstrar o seu prestígio (Amaral, 1994, p. 169).

Esta estratégia não agradava ao clero, que inventou rapidamente um mecanismo que agradasse a ambas as partes: na segunda metade do século XII, o Papa Alexandre III cede aos fundadores das igrejas e aos seus herdeiros o direito de padroado, em troca do direito de propriedade. O direito de padroado baseava-se no *jus praesentandi* – que permitia que o patrono nomeasse o clérigo que dirigiria o mosteiro ou igreja em causa –, e no *jus fruendi* – que incluía os direitos de aposentadoria (pernoitar no padroado), comedoria (aí receber alimento), cavalaria (subsídio para armar os seus filhos cavaleiros) e casamento (subsídio para o casamento da filha no dito local). Estes direitos, transmitidos de geração em geração, acabariam por se alargar a todos os descendentes de cada família (Pizarro, 1995, p. 99).

Assim, ao entrarmos no século XIII, o patronato era a principal relação que existia entre os mosteiros e a aristocracia portuguesa. Este direito podia ser adquirido por dotação inicial, herança, escambo, doação ou compra (Mattoso, 2002, p. 59–61).

No caso de ser um direito transmitido por herança, era comum que o mosteiro acabasse por possuir diversos patronos, uma vez que, até aos séculos XIV e XV, e ao contrário do que se observa noutros reinos europeus, em Portugal não havia exclusão dos filhos segundos, que só começaria a ser consolidada a partir do século XIII com a crescente imposição do direito romano (Pizarro, 2011; 2014). Assim, a propriedade de

um mosteiro encontrava-se quase sempre repartida, tanto entre homens como mulheres, em partes iguais⁸⁸.

A realidade é que os fundadores de um mosteiro acabavam, inevitavelmente, por ser seus patronos, a não ser que, como já vimos acima, vendessem, doassem ou escambassem esse direito.

Além das vantagens inerentes a este papel, havia também alguns deveres. Os patronos de um mosteiro deviam fornecer aos monges os bens fundiários exigidos pelo concílio de Braga de 572 para fundar uma igreja, e a maior parte das vezes eram também eles que facultavam ao mosteiro os livros e os objetos de culto essenciais à vida religiosa. Cabia-lhes também preservar a unidade do mosteiro e dos seus bens e proteger a comunidade em caso de necessidade, garantindo-lhes rendimentos suficientes. Era igualmente comum que os patronos e os seus descendentes desejassem ser sepultados no mosteiro do qual eram patronos, usufruindo assim do seu direito de inumação – sendo uma das vantagens os monges estarem obrigados a recitar orações pelas suas almas (Mattoso, 2002, p. 60–67). Contudo, os patronos podiam desfrutar dos bens temporais e espirituais da comunidade, ainda que deles não se pudessem apropriar, já que os bens do clero eram inalienáveis⁸⁹.

Se um mosteiro fosse fundado por um clérigo ou por um monge, este passava-o, com frequência, ao abade sucessor, permanecendo assim o cenóbio livre de patronato leigo. Contudo, na maior parte das vezes, os mosteiros livres acabam por tornar-se propriedade do rei. Como escreve Mattoso (2002, p. 61), o poder civil considera-se, pelo menos desde finais do século XI, proprietário dos mosteiros sem patrono, podendo também apoderar-se dele por confiscação ou aquando do desaparecimento da família patronal. Também podia acontecer que certos patronos legassem o domínio da comunidade ao abade da mesma – ambos estes cargos, quando acumulados na mesma entidade eclesiástica, libertam o mosteiro da possível ingerência de entidades laicas,

⁸⁸ Só durante a segunda metade do século XIV, com a criação do morgadio, é que começa a surgir a primazia dos filhos varões, primogénitos (Pizarro, 2013, p. 32–34).

⁸⁹ Apenas durante o século XIII começam a surgir leis que impedem este abuso de poder. Pizarro (1995) escreve sobre as várias tentativas por parte do poder régio (mais concretamente de D. Afonso III e D. Dinis) de regularizar a situação dos padroeiros.

apesar de o deixarem sem uma autoridade externa que o defendia (Coelho, 1988, p. 29–30).

O segundo tipo de relação entre a nobreza e clero (neste caso feminino) é uma relação simbiótica, que surge durante o século XIII, quando D. Mafalda, D. Teresa e D. Sancha, filhas de Sancho I, ingressam nos mosteiros de Arouca, Lorvão e Celas, respetivamente. Os atos de piedade das rainhas inspiraram muitas mulheres de múltiplos escalões da aristocracia portuguesa a seguir-lhes os passos⁹⁰. O estatuto social destas mulheres era importante para a sua admissão, sobretudo em Lorvão e em Arouca, uma vez que a manutenção do *status quo* do mosteiro dependia do estabelecimento de uma rede coesa de religiosas que tivessem algum tipo de relação familiar, clientelar ou de vassalagem entre si⁹¹. Como escreve Luís Rêpas (2005, p. 74), “transpunham-se para os mosteiros as redes de solidariedade e de estruturação social que pautavam a sociedade medieval portuguesa”, de tal forma que era bastante comum que se criasse uma espécie de linha de sucessão para o cargo de abadessa, normalmente entre tia/sobrinha, e que os vassallos da família das abadessas acabassem por colocar as suas filhas no mosteiro em que estava a família do seu senhor⁹². Ainda que estivessem entregues à vida religiosa, as mulheres nobres que ingressavam nos mosteiros continuavam a contribuir para o prestígio familiar e para a ascensão social da sua linhagem, sobretudo quando alcançavam cargos de prestígio, como o de abadessa ou prioresa (Rêpas, 2005, p. 89). Estas mulheres estavam conscientes do peso das suas linhagens e da influência das pessoas com quem se relacionavam, tanto que algumas chegaram a manter relações íntimas com nobres e reis, tanto antes como depois de professarem⁹³.

⁹⁰ Tanto mulheres da alta nobreza como da nobreza regional entravam nesses mosteiros e tornavam-se professoras (Rêpas, 2005, p. 66).

⁹¹ No seu estudo, Rêpas (2005, p. 74, nota 39) refere que, para o século XIII, não encontrou senão mulheres de linhagem nobre entre as monjas de Arouca e Lorvão. Já Celas mostra-se mais aberto à burguesia coimbrã.

⁹² Para perceber melhor a presença de elementos de vassalagem nos mosteiros femininos cistercienses, cf. Rêpas (1999; 2003).

⁹³ Como expõe Rêpas (2005, p. 90, nota 103), um dos casos mais conhecidos é o de Mor Martins de Riba de Vizela, barregã de Afonso II e mulher de Ponço Afonso de Baião, de quem teve quatro filhos antes de professar e ser abadessa de Arouca.

É ainda importante analisar o valioso papel que as várias comunidades monásticas do reino tinham para a nobreza, já que eram um recurso de que muitas famílias se socorriam para uma melhor gestão de património. Como já foi dito acima, em Portugal não havia a exclusão de filhos segundos na divisão do património familiar. Assim, a entrada para a vida religiosa era muito vantajosa para evitar que o património fosse tão escrupulosamente dividido⁹⁴. Para começar, o celibato inerente a este estatuto permitia não só a diminuição de futuros herdeiros, como também às famílias alargarem a sua esfera de influência (Rêpas, 1999, p. 116). Apesar de não ser tão comum que os homens nobres ingressassem na vida monástica ou eclesiástica (Pizarro, 2014, p. 34), os mosteiros femininos tinham muitas mulheres da alta e baixa nobreza, precisamente com o intuito de que, à sua morte, os bens familiares que tinham herdado dos seus pais regressassem à família. Contudo, isto acabava por não acontecer, uma vez que as monjas podiam deixar o seu património ao mosteiro em que professavam, a outros mosteiros, ou mesmo a outras monjas. Assim, ao dote inicial que as acompanhava na adesão ao mosteiro⁹⁵, acabava por se adicionar tudo aquilo que as professoras adquirissem em vida (Rêpas, 1999, 2003).

Havia, contudo, casos de mosteiros que tinham para com as famílias patronais atitudes mais permissivas, já que grande parte da sua comunidade provinha de famílias nobres, acabando por favorecer as suas propriedades ou mesmo permitindo que as famílias continuassem a usufruir dos bens durante a sua vida, desde que à morte da professa estes fossem revertidos em favor do mosteiro. Como escreve Morujão (2001, p. 502–503), "prescindindo temporariamente do usufruto de algumas propriedades, [os mosteiros] garantem o entendimento e a protecção desses nobres e avivam o seu interesse no encaminhamento do excedente feminino para o convento".

Vemos então que a relação entre as monjas e a sua família não terminava a partir do momento em que as mulheres seguiam a vida religiosa. Elas mantinham relações

⁹⁴ Havia também outros mecanismos, como nos relata Pizarro (2014, p. 35), como os casamentos endogâmicos, de forma que, na geração seguinte à partilha de bens, uma parte do património pudesse ser recuperado. Esta medida só se manteve, contudo, até ao século XI.

⁹⁵ As monjas provenientes da alta aristocracia portuguesa levavam consigo para o mosteiro os luxos a que estavam habituadas, incluindo servos e outros servidores (Rêpas, 2003).

económicas, recebendo, doando e escambando bens, muitas vezes aos seus próprios familiares. De forma a gerirem o seu património (administrado à parte do da comunidade), chegavam a contratar procuradores privados, podendo mesmo, mediante autorização da abadessa, saírem elas próprias do mosteiro⁹⁶. Não sabemos se foi o facto de as filhas de D. Sancho aderirem aos mosteiros que induziu o aumento do celibato feminino, ou se este começou a aumentar porque se passou a privilegiar o filho varão primogénito na herança familiar. O certo é que, a partir do século XIII, o número de monjas portuguesas aumenta consideravelmente (Rêpas, 2003, p. 53, nota 27).

Ainda sobre com esta relação simbiótica entre nobreza e mosteiros, está o papel dos conversos, mulheres e homens de ascendência nobre que viviam no mosteiro sem nunca professar. Em troca de alojamento, alimentação e vestuário, serviam o cenóbio “ora de forma material, deixando-lhes bens, ora como auxiliares de tarefas para as quais eram incumbidos” (Rêpas, 2003, p. 57). Além dos conversos, existiam também pessoas leigas que queriam fazer parte da família religiosa – estas pessoas, apesar de estarem sob a autoridade da abadessa, não prestavam serviços ao mosteiro. Eram pessoas que procuravam algum apoio quando estavam doentes, ou envelhecidas, um refúgio para viverem os últimos anos que lhes restavam com alguma paz⁹⁷.

Os conversos e leigos foram particularmente importantes após serem promulgadas as leis da desamortização, uma vez que ajudavam os mosteiros a aumentar o seu património apesar das proibições que lhes haviam sido feitas sobre a compra de bens de raiz e herança de bens de professos.

⁹⁶ Situação a que os Capítulos Gerais tentaram pôr fim (Rêpas, 1999, p. 1121).

⁹⁷ Rêpas (2003, p. 67) apresenta os casos de Garcia Soares Ribeira e Margarida Pires de Portocarreiro.

3. A relação da nobreza portuguesa com o livro

A época medieval foi vista, durante muitos séculos, como a Idade das Trevas, um período em que a mentalidade do homem estava vocacionada para a guerra e não para o conhecimento intelectual, algo que o humanismo viria mudar para sempre (Clanchy, 2013, p. 12). A verdade é que Idade Média foi, como se tem vindo a comprovar ao longo das últimas décadas, um período de produção e reprodução de conhecimento. Para apreciarmos o seu potencial, devemos apenas evitar compará-la com outras épocas históricas e, sobretudo, evitar aplicar as nossas definições contemporâneas de cultura, literacia ou conhecimento a uma época tão longínqua e diferente daquela em que nos encontramos.

Como escreve Clanchy (2013), quantificar a literacia da população medieval é virtualmente impossível, uma vez que é difícil encontrar parâmetros suficientemente representativos⁹⁸, já que, na altura, haveria mais cidadãos que saberiam ler do que aqueles que saberiam escrever, algo que o autor justifica através da fé católica. A população medieval europeia era maioritariamente cristã. Sendo a fé católica uma religião apoiada no Livro (como tivemos oportunidade de ver acima) e na palavra de Deus, era provável que muitas pessoas fossem alfabetizadas, mesmo que tudo aquilo que conhecessem fossem partes da Bíblia ou algumas orações⁹⁹. Esta alfabetização era, normalmente, doméstica, feita no seio familiar: era um conhecimento que passava de um indivíduo para outro e era feito, sobretudo, por mulheres (Clanchy, 2013, p. 13). Uma vez que o lugar da mulher era no lar, era ela que ficava responsável pela educação dos filhos durante os seus primeiros anos de vida: era ela que lhes ensinava as bases da

⁹⁸ O autor dá o exemplo de um estudo em que os investigadores utilizam o número de assinaturas em diversos documentos para comprovar que, em Itália, a literacia era superior aos outros reinos medievais, e refere que este parâmetro pode ser erróneo, uma vez que, na época medieval, haveria mais pessoas que saberiam ler do que escrever e é impossível quantificar o número de pessoas que sabia ler por não ser algo quantificável.

⁹⁹ Clanchy (2013, p. 13) escreve que talvez metade da população católica da Cristandade soubesse ler, sendo que ler é a “capacidade de reconhecer as palavras escritas das orações mais conhecidas”. Ainda assim, este autor defende que o importante não é a quantidade de pessoas que saberiam ler, mas que a literacia era uma dimensão inerente à religião.

gramática, da leitura e por vezes da escrita (Kersey, 1980)¹⁰⁰. Assim, rapazes e raparigas teriam a mesma educação inicial (Beceiro Pita, 2007, p. 131). À medida que cresciam e dependendo daquilo que as suas famílias desejassem, é que a educação passava a divergir: os homens poderiam seguir os estudos, a vertente espiritual ou bélica; e a mulher poderia integrar a vida religiosa¹⁰¹, caso não quisesse ser desposada (Beceiro Pita, 2007). Claro que devemos olhar para estas afirmações com algum cuidado, para não incorrer em generalizações.

Outro elemento que não podemos esquecer quando falamos de literacia é o facto de a leitura ser, pelo menos até aos finais do século XIV, oral e colectiva. O contato com as obras literárias, doutrinárias ou religiosas era feito em serões e momentos de convívio, em que alguns indivíduos dramatizavam peças conhecidas, comentavam textos litúrgicos ou declamavam trovas e poesias épicas. Estes momentos culturais não ocorriam apenas na corte régia, mas também na corte de várias famílias nobres, que procuravam prestígio cultural requisitando a presença de jograis ou trovadores nas suas casas para que animassem os momentos de convívio social (Nascimento, 2005, p. 8). Nem todos os nobres possuíam códices, mas é possível que a maioria conhecesse as obras da época, ou parte delas (Beceiro Pita, 2015). Isto faz com que não seja fácil “acompanhar o percurso das bibliotecas de outras casas senhoriais”¹⁰², conhecendo-se sobretudo a cultura literária produzida ou apoiada por membros da monarquia portuguesa¹⁰³.

¹⁰⁰ Esta autora escreve ainda acerca do papel da mulher medieval na medicina, algo que, infelizmente, não teremos tempo para abordar, mas deixamos a referência a um outro trabalho, para apaziguar a curiosidade do leitor. Cf. GREEN, Monica H — Books as a source of medical education for women in the Middle Ages. *DYNAMIS. Acta Hisp. Med. Sci. Hist. Illus.* 2000, 20, 331-369

¹⁰¹ É possível que nos mosteiros a sua educação linguística prosseguisse, mas ainda não há estudos suficientes sobre este tema. Sabemos que D. Afonso X aconselhava as religiosas a dedicarem-se à fição ou à confecção de roupa, mas também sabemos que em alguns mosteiros, existiam monjas copistas (cf. RADINI, Anita; TROMP, Monica; BEACH, Alison et al. — Medieval women’s early involvement in manuscript production suggested by lapis lazuli identification in dental calculus. *Science Advances*, 2019.)

¹⁰² Nascimento, 2005.

¹⁰³ Como as cantigas de amigo ou de amor produzidas por membros da nobreza ou as conhecidas obras compiladas por D. Pedro, Conde de Barcelos.

Neste capítulo vamos contrastar, sobretudo, o panorama do reino português com o de Castela, uma vez que é, de acordo com Beceiro Pita (2007), a comparação mais plausível, pois as “diferenças na evolução dos grupos sociais, os contatos geográficos, políticos e culturais, e a tradição histórica”¹⁰⁴ destes territórios é menor do que, por exemplo, aquela de Aragão, que foi exposto e influenciado pelas correntes francesas e mediterrâneas¹⁰⁵.

O interesse da nobreza peninsular por livros remonta ao início da época medieval, a reis visigodos como Sisebuto, Recaredo e Wamba, que já nos séculos VI e VII colecionavam códices e possuíam ricas bibliotecas (Escolar, 1993). Várias foram também as figuras da época que produziram textos literários que viriam a ser utilizados ao longo dos séculos posteriores: nomes como o de Santo Isidoro¹⁰⁶, o de São Frutuoso ou o de São Leandro¹⁰⁷ ficaram imortalizados, sendo estudados ainda hoje¹⁰⁸ (Escolar, 1993, p. 52–53). Também para o período Alto-Medieval, se conhecem bibliotecas de monarcas como a de Afonso III das Astúrias¹⁰⁹ ou de Fernando I de Castela, assim como o papel de vários mosteiros peninsulares no desenvolvimento da cultura literária hispânica¹¹⁰.

Para o reino português, ainda há muitas lacunas no que toca à temática das bibliotecas de nobres da época medieval. Ao falarmos do movimento cultural medieval português, a dinastia que salta à memória é, sobretudo, a avisina, mais precisamente a Ínclita Geração. Todos conhecem a famosa biblioteca de D. Duarte e de seu irmão,

¹⁰⁴ Beceiro Pita, 2007.

¹⁰⁵ Contudo, para uma leitura mais aprofundada acerca da cultura literária deste reino, ou do de Navarra, cf. Escolar, 1993, cap. 10.

¹⁰⁶ Para quem, como nos relata Escolar (1993, p. 54), o livro era um instrumento ao serviço da religião, um meio de instrução e de expansão da inteligência. Na sua obra *Etimologías*, Santo Isidoro fala mesmo sobre a importância das bibliotecas e das diferentes classes de livros.

¹⁰⁷ Este recomendava às monjas uma alternância entre a leitura e a oração, e que se estivessem ocupadas com outras tarefas (ou mesmo durante as refeições), que pedissem a alguém que lhes lesse em voz alta para evitar os maus pensamentos (Escolar, 1993, p. 54).

¹⁰⁸ Cf. López Serrano, Matilde – La escritura y el libro durante la dominación del pueblo visigodo. *Historia de España*, t. III, Madrid, Espasa-Calpe.

¹⁰⁹ Op. cit. Manuel Díaz y Díaz (2002).

¹¹⁰ Cf. MENÉNDEZ PIDAL, Gonzalo – Mozárabes y asturianos en la cultura de la Alta Edad Media. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 134, 1954; SARRIÁ, Amalia — Los reyes bibliófilos. *Europalia*, Bruxelas, 1985. Não encontramos nenhum artigo ou obra focado apenas nas bibliotecas destes dois monarcas.

D. Fernando. Contudo, já os borgonheses tinham vindo a contribuir para o movimento literário medieval português (Nascimento, 2012, p. 314). A produção literária do reino português nasceu com a Reconquista. D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, recorreu a cruzados estrangeiros para o ajudarem a conquistar o território a sul e, posteriormente, decidiu recorrer às várias ordens militares como ferramentas locais de incentivo ao repovoamento. Como rei de um novo território, D. Afonso Henriques necessitou também de legitimar a sua independência de Leão e de Castela e, como tal, serviu-se do poder eclesiástico e da sua formação erudita, não só para salvaguardar a memória dos feitos por si alcançados, como para promover o culto cristão e a fé católica¹¹¹ (Nascimento, 2012, p. 960–61). Um dos principais centros de apoio cultural a este novo rei foi, precisamente, o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que graças à proteção régia se tornou um dos polos culturais mais ativos do país e o centro espiritual da nação¹¹². É possível que também tenham sido produzidas, na corte de D. Afonso Henriques algumas canções de gesta, ainda que não tenham chegado até nós muitos testemunhos¹¹³. Sabemos, contudo, que a produção deste género literário começa sobretudo no século XII e, portanto, é mais fácil analisá-la para os reinados posteriores.

Sigamos com D. Sancho I. Apesar de não se saber até que nível este esteve envolvido na produção cultural do reino¹¹⁴ (se praticava algum tipo de mecenato, se apoiou transcrições de livros, se ofereceu livros a instituições eclesiásticas ou verbas para a sua produção, etc.), sabemos que esteve interessado em rodear-se de pessoas

¹¹¹ Os textos hagiográficos do século XII “são testemunho bastante da capacidade de trabalho literário e do interesse de uma comunidade textual; não tendo servido para o culto litúrgico, abrem para a dimensão da criatividade sem outro fim anunciado que não fosse o da recordação pela escrita, embora seja patente também a função edificante, na constituição de modelos de vida” (Nascimento, 2012, p. 486).

¹¹² Esta instituição foi de tal forma apreciada por D. Afonso Henriques que este a consagra panteão nacional, prestígio que manterá até ao reinado de D. Afonso II, que decide ser sepultado em Alcobaça (Mattoso, 2006).

¹¹³ Nascimento (2012, p. 487) cita António José Saraiva, que, ao escrever acerca da épica medieval portuguesa, crê ser possível terem existido cantos de jograis na corte de D. Afonso Henriques, no final do seu reinado, ainda que as versões que chegaram até nós sejam do século XIII–XIV.

¹¹⁴ Durante alguns anos associou-se a este monarca a autoria de uma das cantigas de amigo presentes no Cancioneiro da Ajuda, mas actualmente esta teoria foi já desacreditada. Sabemos também que ele tinha bobos na sua corte, o Bonamis e o Acompaniado, aos quais ofereceu um casal em Canelas pelos serviços que lhe haviam prestado e os quais lhe prometem, em troca, fazer e representar um “arremedilho” perante si, na corte (Branco, 2006).

cultas, uma vez que concedia benefícios a quem se formasse no estrangeiro (Nascimento, 2005, p. 8). A Universidade de Bolonha, fundada já em 1088, só no século XII consegue estabelecer as bases institucionais que viriam a fazer dela uma universidade de renome, graças à reanimação do *Decreto de Graciano* e ao estudo do direito civil (Branco, 2006). O desenvolvimento do estudo do direito civil fez com que muitos dos monarcas da época começassem a chamar para as suas cortes novos juristas que os ajudassem a fundamentar os seus atos políticos, jurídicos e legislativos (Branco, 2006). Ainda que, até então, não fosse necessário a um soberano saber ler, é nos finais do século XII que este conhecimento começa a ser valorizado¹¹⁵. Pouco se conhece ainda acerca da educação dos monarcas portugueses da dinastia de Borgonha: sabemos apenas que, nesta época, os infantes não eram criados pelas suas mães, mas antes por uma família nobre. Não se têm certezas acerca do educador de D. Afonso Henriques¹¹⁶, mas sabemos que foi Teresa Afonso, mulher de Egas Moniz, a educadora das filhas deste monarca, D. Teresa e D. Sancha, e possivelmente de D. Sancho I, seu sucessor (Branco, 2006; Mattoso, 2006). Assim, tendo sido educado nas cortes dos Riba Douro e dos Sousa, é de crer que este rei tivesse contato com a tradição cultural cultivada por estas famílias e, como tal, seria bastante improvável que fosse iletrado¹¹⁷. Ainda assim, isto são apenas conjeturas e especulações baseadas no facto de, como veremos em seguida, ser no seio destas e de outras famílias nobres que irão despontar os conhecidos trovadores que marcaram o século XIII, autores de várias cantigas conhecidas ainda hoje.

Estas cantigas, que eram sobretudo escritas em galego-português, influenciam de tal forma a língua vernácula que a partir do reinado de D. Afonso II (1211–1223), a língua

¹¹⁵ Como afirma Branco (2006, p. 45), João de Salisbúria escreve, em 1159, na sua obra *Policraticus*, que “um rei iletrado é como um burro coroado”. A autora escreve ainda que os espelhos de príncipe começam a surgir na última vintena do século XII na restante Cristandade, especialmente em França e na Inglaterra, valorizando a literacia dos monarcas, que fazia deles melhores governantes.

¹¹⁶ Como nos diz Mattoso (2006, p. 24–26), esse papel foi atribuído durante muitos anos a Egas Moniz de Ribadouro, ainda que este autor não concorde com essa afirmação, atribuindo-lhe interesses políticos da parte de João Soares Coelho, trovador do tempo de D. Afonso III, e considerando ter sido mais provável Ermígio, irmão de Egas Moniz, o seu verdadeiro educador.

¹¹⁷ Branco (2006, p. 46) relembra ainda que, tendo passado tantos anos perto do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, fosse talvez possível que os cónegos regrantes tivessem tido alguma influência na sua formação.

portuguesa começa a ganhar algum prestígio¹¹⁸. Mais uma vez, pouco conhecemos acerca da educação deste monarca, ainda que ele cresça durante um período em que as obras clássicas da Antiguidade e alguns tratados de filosofia e de ciências ressurgam nos círculos da alta sociedade e dos letrados¹¹⁹ (Vilar, 2006). Em termos de cultura escrita, o seu reinado é marcante porque foi durante este que foram exaradas as primeiras leis escritas e que, em 1220, se realizaram as primeiras Inquirições¹²⁰, ambas fruto de uma política centralizadora (Vilar, 2006). A centralização do poder é uma novidade que este monarca traz à política medieval do reino, equiparada, muitas vezes, a um ensaio de supremacia do Estado – apesar de já D. Afonso Henriques se ter tentado separar das famílias condais do Entre-Douro-e-Minho, libertando-se da imagem de *primus inter pares* e favorecendo uma nova nobreza de infanções, é D. Afonso II que implanta as bases centralizadoras da monarquia portuguesa, que continuarão a ser desenvolvidas pelos seus sucessores (Mattoso, 2006; Mattoso e Sousa, 1997). As medidas acima apresentadas, às quais somamos a lei da desamortização, não caíram bem no seio nobiliárquico e eclesiástico. O reinado deste monarca é, aliás, pontilhado de conflitos, nomeadamente com as suas próprias irmãs, D. Mafalda, D. Teresa e D. Sancha, que considerava terem sido beneficiadas no testamento de seu pai¹²¹. Este conflito fraternal é extremamente fracionário no seio da nobreza, e vai agravar-se nos reinados de D. Sancho II e, conseqüentemente, no de D. Afonso III, seu irmão.

Mattoso refere-se ao período entre 1190–1250 como uma época de crise, não só devido aos conflitos externos (contra os almóadas e contra os reinos de Leão e Castela), como internos (entre a nobreza, o monarca e o clero). Este período, sobretudo a

¹¹⁸ É do seu reinado que datam os primeiros documentos redigidos em português, nomeadamente o seu próprio testamento (Mattoso e Sousa, 1997; Nascimento, 2012, p. 968).

¹¹⁹ É durante estas primeiras décadas do século XIII que Toledo se torna um importante centro de tradução de obras gregas e árabes. Começam também a surgir obras de direito, história, matemática e medicina nos centros monásticos portugueses (Vilar, 2006).

¹²⁰ Que tinham como objetivo controlar o património régio e criar registos financeiros das propriedades (Vilar, 2006, p. 188).

¹²¹ Sobre os conflitos políticos do reinado de D. Afonso, cf. Mattoso, 1997, pp. 93–104; Vilar, 2006.

transição para o século XIII, ficou também marcado por algumas catástrofes naturais que provocaram fome e o agravar da peste¹²².

A nossa ignorância relativamente à educação dos monarcas seguintes mantém-se¹²³. Sabemos apenas que D. Sancho II terá como aia Estevainha Soares da Silva, irmã de Estêvão Soares da Silva, de ascendência nobre¹²⁴, e viúva de Martim Fernandes de Riba de Vizela (Mattoso e Sousa, 1997; Vilar, 2006). Menos ainda se sabe acerca da educação do futuro D. Afonso III, seu irmão, que raras vezes aparece mencionado na documentação régia referente aos seus primeiros anos de vida¹²⁵ – deverá ter sido criado por Marinha Martins e João Garcia¹²⁶, e alguns autores acreditam que, por crescer tão perto dos meios senhoriais de Entre-o-Douro-e-Minho, esteve em contato com as trovas galego-portuguesas (Oliveira, 2006, p. 225).

Os Sousa foram a principal família a apoiar os primórdios do movimento literário galego-português, de tal forma que, em seu redor, acaba por surgir a primeira corte trovadoresca do reino (Ventura e Oliveira, 2012, p. 182). No seu seio reproduziam-se as cantigas de amor de estilo provençal. Foi também no Alto Minho que, durante os anos 20 do século XIII, começam a surgir as cantigas de amigo, tendo como principal autor Fernão Rodrigues de Calheiros (Oliveira, 2006, p. 225–226). Esta “imersão cultural” vivida pelo Infante Afonso foi interrompida pelo seu exílio em França, por razões que ainda hoje se desconhecem. Ventura (2006, p. 43) sugere que, antes de falecer em 1220, D. Urraca tenha pedido às suas irmãs que cuidassem de seus filhos (ainda que estas

¹²² Para um estudo mais aprofundado acerca dos problemas políticos e sociais que afectaram os reinados dos três primeiros monarcas Borgonheses, cf. Branco, 2006; Mattoso, 2006; Mattoso e Sousa, 1997; Vilar, 2006.

¹²³ Este é aliás, o padrão no que toca ao nosso conhecimento acerca da educação dos monarcas ao longo de todo o período medieval. Peter Russell justifica este facto argumentando que “os biógrafos medievais não sabiam, claro, que os anos da infância são tempos de formação e tendiam a dedicar-lhes pouca atenção” (Russell, 2004).

¹²⁴ Por parte de seus pais, Soeiro Pires Escacha e Fruilhe Viegas de Lanhoso. Esta personagem acabaria por se tornar mestre-escola e arcebispo de Braga (Vilar, 2006, p. 59).

¹²⁵ Além das menções na *intitulatio* de D. Sancho I e na enumeração da sua família, o documento seguinte em que aparece nomeado é de 1222.

¹²⁶ Foi colação de Estêvão Anes, Martim Anes e Pedro Anes, e conviveu desde cedo com nobres como João Peres de Aboim, Pedro Martins Casevel, Rodrigo Pais de Valadares e Afonso Novais, entre outros.

estivessem distantes), confiando a tutela de Afonso a D. Branca de Castela, rainha de França; e a tutela de Sancho a D. Berengária, rainha de Castela. Independentemente das razões que tenham conduzido o Infante à corte da sua tia, a verdade é que D. Sancho II assume o trono português sem qualquer oposição.

Com apenas 13 anos, acaba por tomar o partido das suas tias e castigar os nobres que haviam apoiado o seu pai na luta contra as mesmas (Mattoso e Sousa, 1997, p. 105). Isto fez com que as divisões no seio da nobreza se acentuassem de tal forma que o rei perde o controlo deste grupo, que passa a viver consoante a sua própria agenda política (Fernandes, 2006, p. 156). A verdade é que os problemas internos da nobreza acabaram por afetar o clero, que via o património dos seus mosteiros e igrejas sofrer inúmeras violações. Os conflitos em Portugal tornaram-se de tal maneira graves, que o papa Gregório IX acaba por tomar conhecimento do assunto e em 1239 emite várias bulas apoiando o infante Fernando de Serpa, irmão mais novo de D. Sancho II e de Afonso (Mattoso e Sousa, 1997, p. 111–113). Não se sabe se Fernando e os seus apoiantes tentaram, de alguma forma, tomar o poder, mas sabemos que ele acaba por perder o apoio da Santa Sé após a morte de Gregório IX. Em 1245 vemos de novo a intervenção papal nas questões políticas portuguesas, quando Inocêncio IV, na bula *Inter alia desiderabilia*¹²⁷, culpa D. Sancho II pela situação caótica do reino. Meses depois, emite a bula *Grandi non immerito*, em que depõe D. Sancho II, declarando-o *rex inutilis* e nomeando Afonso de Bolonha como governador e defensor do reino (Ventura, 2006, p. 114). Esta notícia não é recebida pacificamente por D. Sancho II e pelos nobres que o apoiavam – as lutas entre a sua facção e a que apoiava Afonso arrastam-se até finais de 1247, altura em que D. Sancho II se retira para Toledo, falecendo meses depois, em 1248. Pouco se sabe acerca da forma como este monarca apoiou a cultura portuguesa, ou se a apoiou de todo. Com um reinado tão turbulento, é natural que a documentação não se tenha focado nos momentos lúdicos por ele vividos. O mesmo não irá acontecer com D. Afonso III, que sobe ao trono em 1248.

¹²⁷ As acusações enumeradas nesta bula tinham sido apresentadas ao papa por João Viegas de Portocarreiro (Mattoso e Sousa, 1997, p. 113).

Falámos já um pouco das especulações em torno da sua educação na infância, mas falta-nos agora referir as influências culturais a que esteve exposto durante a sua estadia de 16 anos em França. Além de presenciar diretamente a aplicação das medidas centralizadoras postas em prática pelo seu primo¹²⁸, Luís IX, ganhou prestígio nas batalhas em que lutou em seu nome, adquirindo fama de valeroso cavaleiro (Mattoso e Sousa, 1997, p. 113). Como escreve Ventura (2006, p. 53), “Afonso formou-se nesse desenvolvimento do centralismo monárquico” em que circulavam já romances de cavalaria populares da época, como o do ciclo bretão, as trovas francesas e os novos tratados de espelho de príncipe, que discorriam sobre os principais atributos que um governante deveria possuir. É por isso que a figura de D. Afonso III está já envolta numa aura de cavaleiro, guerreiro, chefe de guerra e de homem culto.

Ao regressar a Portugal, não hesitou em aplicar algumas medidas centralistas, sobretudo porque tinha então a difícil tarefa de reunir e apaziguar dois grupos sociais: a nobreza e o clero¹²⁹. Para isso, vai recorrer intensivamente ao ato escrito, sendo a sua chancelaria uma das maiores produtoras de documentação até então¹³⁰. É sobretudo neste período que a tradição da oralidade é substituída, e que os monarcas tomam consciência da importância do ato escrito e da sua conservação. A corte de D. Afonso III foi a principal impulsionadora da língua vernácula, e estas circunstâncias tornaram-na um local propício ao “cruzamento de livros de devoção, com livros de cultura ou com

¹²⁸ As medidas centralizadoras estavam já a ser postas em prática desde o tempo de Filipe Augusto, avô deste, mas Luís IX segue-lhe os passos, conseguindo fazer surgir um sentimento de comunidade nacional que sustenta a estrutura feudal do reino e utilizando a teocracia como a fonte do seu poder, alegando que, sendo Deus o centro do universo, é Ele a única fonte do poder do monarca e é Ele que nomeia os reis (Ventura, 2006, p. 54).

¹²⁹ Algumas das medidas que vai aplicar serão “no plano administrativo, a promulgação de forais e a melhor organização das cobranças de direitos pelos mordomos nos reguengos e terras da coroa; no plano executivo e, de certo modo, policial, a criação do cargo de meirinho-mor” (Mattoso e Sousa, 1997, p. 123). Também vai publicar leis que reprimem a vingança privada e os abusos dos poderes senhoriais, proceder a novas Inquirições, e, sobretudo, tentar recuperar uma economia destruída pela guerra. Para um maior desenvolvimento sobre estas suas medidas, cf. Mattoso e Sousa, 1997; Ventura, 2006.

¹³⁰ Ventura (2006, p. 133) compara os três livros que compõem a chancelaria de D. Afonso III, em que constam mais de um milhar de documentos, com aquelas dos seus antecessores: 190 documentos da chancelaria de D. Afonso II, 98 documentos da chancelaria de D. Sancho II. A autora lembra ainda que nestes três livros correspondentes ao seu reinado, se conservam apenas uma parte dos documentos expedidos pelo monarca.

livros necessários ao exercício da administração” (Nascimento, 2012, p. 281). Muitos autores acabam mesmo por atribuir ao seu regresso a Portugal o ponto de entrada das obras que compunham o ciclo arturiano, traduzido para português por Frei João Vivas, seu contemporâneo (Nascimento, 2012, p. 314; Ventura, 2006, p. 55; Ventura e Oliveira, 2012, p. 192).

Durante o século XIII, os géneros literários conhecidos na França e nos reinos alemães medievais (como o ciclo bretão, dramas profanos e religiosos, fábulas, épicas e outros) não estão muito presentes na Península Ibérica (pelo menos não em igual diversidade ou quantidade)¹³¹. Gier (1988) afirma mesmo que, comparada com a literatura da Europa central, a literatura ibérica tem um enorme défice, tanto em número de exemplares¹³² como em géneros literários¹³³, isto porque ao contrário do que sucede na França e na Alemanha, onde a literatura medieval era conhecida e divulgada pelos vários estratos sociais¹³⁴, na Península, pelo menos até ao final do século XIII, a literatura só era conhecida em determinados centros culturais propícios ao seu desenvolvimento. Uma das maiores razões para que tal aconteça pode ser a inexistência de um “negócio literário”, tal como referimos acima (Gier, 1988). Como nos diz Nascimento (2012, p. 288), “optar por um texto implica, em âmbito medieval, não apenas pretender adquirir o livro em que ele se encontra, mas também intervir, na maior parte das vezes, na constituição material dos códices: uma vez que não há um mercado estabelecido e, embora seja possível encomendar, as instituições de origem, sobretudo quando são de carácter monástico, têm frequentemente tantos

¹³¹ Gier, 1988, p. 89.

¹³² A maior parte das obras medievais chegou até nós graças à existência de um único exemplar preservado, ou então copiado posteriormente ao período da sua “publicação”. Gier (1988, p. 90) dá o exemplo das canções de gesta, comuns na Península, mas das quais só temos notícias porque alguém as parafraseou ou mencionou em algum outro documento; isto quando não se dá o caso de chegar apenas uma obra que representa todo um género literário.

¹³³ Sobretudo se se incluírem também os manuscritos em latim, uma vez que a Inglaterra, a França e a Alemanha mantêm esta língua na teologia, ciência e poesia. Este autor também relaciona a falta de literatura cortesã com o facto de em Castela e em Portugal não existir o sistema feudal característico dos países da Europa central, onde a nobreza se envolvia mais no mecenato das artes (Gier, 1988, p. 89).

¹³⁴ O autor defende que a maior parte das pessoas tinham tido contato, por exemplo, com a literatura da vida dos santos; e que para os géneros vocacionados para cada tipo de classe, a maior parte delas conhecia as obras principais – por exemplo, ele afirma que, provavelmente, toda a nobreza francesa conhecia as cantigas de amor ou os romances arturianos (Gier, 1988, p. 91).

condicionamentos como as instituições de procura”. Esta situação não implica que os reinos hispânicos não conhecessem essas obras, mas dificulta uma identificação certa do momento ou ponto de entrada da cultura literária estrangeira nestes reinos. Gutiérrez García e Lorenzo Gradín (2001) defendem que as relações políticas entre os reinos, o caminho de Santiago e a circulação de jograis e trovadores são fatores que potenciam o contato literário com novas matérias¹³⁵, teoria que se aplica perfeitamente ao exemplo de D. Afonso III.

Apesar de os seus recursos estarem focados na reestruturação económica e financeira do reino, desenvolveu-se à sua volta a cultura escrita galego-portuguesa, influenciada também pelo papel de D. Afonso III na resolução dos conflitos que assolavam o reino. Alguns membros do seu séquito, de ascendência nobre, que o acompanharam, inclusive, a França, vão dedicar-se à produção de trovas – é o caso de João Peres de Aboim, Rui Gomes de Briteiros e talvez até Fernão Garcia Esgaravunha¹³⁶. Sabemos também que junto ao Infante Fernando de Serpa, irmão de D. Afonso III e D. Sancho II, se encontra, em meados de 1235, João Soares Coelho, outro trovador importante da época. Personalidades como Afonso Lopes de Baião, Fernão Fernandes Cogominho, Gonçalo Garcia, João Lobeira e Mem Rodrigues de Briteiros estão presentes na corte régia de D. Afonso III, que se vai tornando um centro cultural profícuo¹³⁷. Estes homens eram trovadores e, simultaneamente, figuras que desempenhavam importantes funções político-administrativas, posições que lhes davam conhecimento daquilo que se passava no reino e informação que não hesitavam em utilizar nas suas composições¹³⁸. Devido ao seu envolvimento nas lutas entre os dois irmãos, alguns

¹³⁵ Ainda assim, no seu trabalho, estes autores acabam por estimar a data de entrada do ciclo arturiano em Portugal no século XII, sendo o século XIII aquele em que ocorre, de facto, a difusão e consolidação da matéria, com a chegada ao trono de Afonso III, o Bolonhês (p. 36 e 42).

¹³⁶ Porém, não há muita documentação referente à composição do séquito do Infante, o que impede que se conheçam os nomes de outros trovadores com mais segurança (Oliveira, 2006, p. 226).

¹³⁷ Conhece-se também um regimento da casa real, datado de 1258, em que se mencionam as soldadeiras e se estabelece a presença de três jograis na casa real (Oliveira, 2006, p. 228).

¹³⁸ Como foi o caso de Afonso Lopes de Baião, sobrinho de Ponço Afonso de Baião, que havia casado com uma das barregãs de D. Afonso II, Dona Mor Martins, que acabaria por se tornar, depois de viúva, abadessa do mosteiro de Arouca (Oliveira, 2006, p. 249; Rêpas, 2003, p. 28-29).

destes nobres foram alvo de crítica por parte de outros trovadores peninsulares, como Aires Peres Vuituron, trovador galego que apoiava D. Sancho II¹³⁹.

Não desejamos focar-nos em demasia na produção literária desta época¹⁴⁰, uma vez que há inúmeros trabalhos respeitantes a esta temática. O nosso intuito é apenas o de chamar a atenção para o facto de existirem nobres portugueses envolvidos na cultura portuguesa de Duzentos, nobres que conheciam as correntes literárias dos outros reinos, nobres que, muito possivelmente, saberiam ler e escrever, sobretudo num período em que, como já mencionámos, se começava a adotar a tradição escrita em detrimento da oral. Continuar-se-ia a representar e declamar as trovas, mas teria surgido também a necessidade de utilizar um suporte escrito. Todos aqueles que já se sentaram a uma secretária e tiveram de escrever um artigo, um conto ou um poema, sabem que até chegarmos a um resultado final que nos satisfaça, produzimos inúmeros rascunhos. Há estudos que referem que a memória dos nossos antepassados estava muito mais treinada, e talvez isso se aplique, em parte, à memória das pessoas de Duzentos. Não havendo a facilidade que há hoje para comprar um caderno ou em rasgar as folhas em que nos enganámos, é provável que grande parte do processo criativo ocorresse sem necessidade de o apontar num suporte físico. Mas é também possível que estes nobres possuíssem meios económicos que lhes permitissem, caso fosse necessário, adquirir um suporte onde apontar as suas ideias, ou até que contratar alguém que as apontasse por eles¹⁴¹.

Deixemos de lado as especulações e prossigamos. Eis-nos finalmente no último monarca da nossa cronologia, D. Dinis, filho de D. Afonso III. Basta olhar para a corte de seu pai e para as pessoas que a integravam para percebermos como cresceu num meio

¹³⁹ Este homem integrou o exército de D. Afonso X de Castela que veio para Portugal a pedido de D. Sancho II para lutar contra os nobres que defendiam o conde da Bolonha (Oliveira, 2006, p. 234).

¹⁴⁰ As cantigas trovadorescas portuguesas encontram-se em compilações como o *Cancioneiro da Ajuda* (organizado nos finais do século XIII), no *Cancioneiro da Vaticana* e no *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, ambos cópias italianas do século XVI de um original português do século XIV (Oliveira, 1986, p. 6).

¹⁴¹ A propósito disto, recordamos uma citação da *General estoria* que Sánchez Mariana (1993, p. 188) transcreve, a propósito do papel de Afonso X na produção de códices “el rey face un libro, non porque él escriba con sus manos, mas porque compone las razones de él, e las emienda e yegua e enderesza e muestra la manera de cómo se deben facer, e de sí las escribe qui él manda”.

culto e letrado (Pizarro, 2005, p. 250). Associado ao trono em 1278, havia sido criado perto de Lourenço Gonçalves Magro, Nuno Martins de Chacim e teve, provavelmente, como percetor, Domingos Anes Jardo (Ventura, 2006, p. 209). Ao longo do seu percurso de vida, podemos observar como foi um monarca altamente interessado na cultura do reino, não só por ser, ele próprio, trovador¹⁴² (como nos indica o seu cognome), mas também pelo investimento que fez no ensino nacional, fundando a primeira universidade portuguesa em Coimbra¹⁴³, entre 1288–1290¹⁴⁴, e o primeiro Estudo Geral em Lisboa em 1288. O seu reinado ficará marcado, tal como o do seu pai, pelas políticas de centralização do poder régio, agora mais do que antes, de controle senhorial¹⁴⁵. Estas políticas acabaram por influenciar, entre os finais do século XIII e meados do século XIV, várias transformações no seio da cultura nobiliárquica portuguesa. O progressivo abandono da oralidade em prol da escrita¹⁴⁶ incentiva o aparecimento da memória histórica e da memória das linhagens. Na segunda metade do século XIII, os Riba de Vizela e os Aboim (Portel) contribuem para a produção de genealogias¹⁴⁷ e da crónica com a compilação do *Livro Velho de Linhagens* (feita pelos Riba de Vizela) e com a tradução da *Crónica do Mouro Razis* (feita por um clérigo ligado aos Aboim)¹⁴⁸.

¹⁴² Cf. SHARRER, Harvey L. – Fragmentos de sete cantigas d’amor de D. Dinis, musicadas: uma descoberta in Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval, Lisboa, Ed. Cosmos, I, 1991.

¹⁴³ Tanto a fundação da Universidade como dos Estudos Gerais foram muito importantes para o monarca, que defendia a importância do conhecimento das leis; e para os clérigos, que poderiam obter melhor preparação (Pizarro, 2005, p. 139).

¹⁴⁴ Pizarro (2005), afirma que a data para a fundação não é certa, sendo até possivelmente anterior a 1288. Sobre a fundação e funcionamento da universidade, cf. História da Universidade em Portugal, vol. I, Coimbra: Universidade de Coimbra – Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

¹⁴⁵ Como foi o caso da lei das Apelações (1282), em que se afirma a superioridade da justiça régia sobre a privada; as leis da desamortização (1282 e 1286) sobre os bens do clero; as Inquirições de 1284, etc. Cf. Pizarro, 2005; Mattoso e Sousa, 1997.

¹⁴⁶ Ainda assim, a nobreza e os letrados praticavam uma leitura litúrgica silenciosa e privada, excepto nos momentos de celebração religiosa (Beceiro Pita, 2007, p. 26 e 34)

¹⁴⁷ De acordo com Mattoso (2001, p. 28-29), as genealogias eram “obras independentes que se destinavam a dar a conhecer a descendência de uma família ou de um conjunto de famílias ou indivíduos. (...) Parecem derivar de um género oral. Na sua origem seriam, portanto, cantadas ou recitadas de cor, pois se sabe que os interessados conseguiam, eventualmente, recordar-se dos nomes dos ascendentes até à sétima geração.”

¹⁴⁸ Oliveira, 2007; Ventura e Oliveira, 2012.

As produções genealógicas e trovadorescas surgiram como ferramenta não só de registo histórico como de afirmação do poder nobiliárquico face à pressão do poder régio (Oliveira, 2007). Para a nobreza, o manuscrito era uma ferramenta de consciência de classe e de defesa ideológica, já que durante os séculos XIII e XIV a “centralização do poder régio, o auge da cavalaria cortesã e os passos incipientes da economia cidadã, monetária e mercantil, punham em perigo a estabilidade desta classe” (Paredes Núñez, 1988, p. 499). Os *Livros de Linhagens* tinham, portanto, objetivos bem claros: defender os direitos patrimoniais das famílias e mostrar a ascendência da sua linhagem, que lhes garantia importância e estatuto. Não tivesse o ditado “tal pai tal filho” uma centelha de verdade, vemos o conde D. Pedro de Barcelos, filho ilegítimo de D. Dinis, escrever três obras importantes para a cultura nobiliárquica portuguesa: uma compilação de várias canções trovadorescas que formam o *Livro de Cantigas*; tratou de redigir a primeira obra historiográfica da literatura galego-portuguesa, intitulada como *Crónica Geral de Espanha* de 1344; e por fim reúne no *Livro de Linhagens* valiosíssima informação genealógica referente às principais famílias do reino português (Ventura e Oliveira, 2012, p. 182–83). Sabemos que ele esteve em contato com as produções genealógicas e historiográficas da sua época, já que foi ele que trouxe um texto semelhante à versão navarra do *Libro de las generaciones*, que acabou por copiar para o nobiliário (Mattoso, 2001, p. 31).

D. Dinis também apoiou a produção de manuscritos durante o seu reinado: o *Livro da Falcoaria*, escrito por João Martins Perdigão, falcoeiro do rei; o *Livro da Alveitaria* de Mestre Giraldo; e as traduções da *Crónica do Mouro Razis* e do *Tratado de Cetraria do Rei Duncus* são exemplos de como este monarca se interessava pela instrução e pela sua reprodução, sobretudo se esta pudesse ser feita em língua vernácula¹⁴⁹. É ele que faz do português o idioma oficial do reino, apresentando-se este como um dos fatores mais importantes para a cultura da época, já que o aumento do uso das línguas vernáculas contribuiu para uma maior difusão dos textos medievais (fossem eles literários ou obras

¹⁴⁹ Foi também durante o seu reinado que se produziram várias obras hagiográficas, nomeadamente algumas que tomaram a sua esposa, a Rainha Santa Isabel, como personagem central (Nascimento, 2012, p. 971).

religiosas), uma vez que a crescente utilização da língua favorecia um aumento do número de traduções para a mesma (Nascimento, 2005, p. 22). A sua postura relativamente à língua é semelhante àquela que teve o seu avô, D. Afonso X, autor das *Cantigas de Santa Maria*, escritas em galego-português¹⁵⁰.

Penso que neste momento estará o leitor a interrogar-se acerca das bibliotecas dos nobres, temática central da nossa dissertação. Pois bem, também nós nos questionamos sobre onde se poderá encontrar a chave que abrirá esta autêntica caixa de Pandora. Como mencionámos em capítulos anteriores, não existe notícia de nenhuma biblioteca pertencente a membros da nobreza anterior à dinastia avisina. Sabemos de nobres que possuíram livros graças a menções deixadas em testamentos ou doações, e através destes podemos conceber uma ideia dos livros que esta classe possuiria. Contudo, não se conhece, até à data, nenhum inventário de uma biblioteca nobiliárquica¹⁵¹. Mesmo dos membros da nobreza que seguiram a vida eclesiástica, as notícias acerca das suas bibliotecas pessoais são raras. Como escreve Nascimento (2012, p. 282), “estando longe dos centros, sem possibilidade de neles influir, [Portugal] mantinha-se suficientemente próximo para enviar intermediários que colhessem os frutos. (...) A nossa cultura participava da do resto da Hispânia, mas nunca formou com ela uma unidade alternativa à da Europa cristã, pois os centros de cultura que da Península irradiaram para fora situavam-se geograficamente fora das nossas fronteiras”.

Acima afirmámos que iríamos comparar o caso português com o reino de Castela, uma vez que é com ele que existiriam mais semelhanças. Vejamos, então, o que se passava além da nossa fronteira.

3.1. 3.1. Comparativamente a Castela...

Até ao reinado de D. Afonso X, pelo que conseguimos apurar, ainda pouco se sabe acerca da produção literária da corte castelhano-leonesa, sendo que os trabalhos

¹⁵⁰ De referir que apenas se trocam cópias de cancioneros e de Livros de Linhagem entre as cortes de D. Dinis e Afonso X (Nascimento, 2012, p. 280, 306 e 968).

¹⁵¹ À exceção, talvez, da de D. Vataça.

anteriores ao século XIII se focam sobretudo nos mosteiros de ambos os reinos¹⁵², ou, como vimos acima, em zonas específicas da península¹⁵³.

Observemos então o panorama castelhano-leonês a partir do reinado de D. Afonso X de Castela (1252–1284), contemporâneo de D. Sancho II, de D. Afonso III e de D. Dinis.

A influência deste rei na cultura é incomensurável, e Sánchez Mariana (1993, p. 188) sugere a possibilidade deste monarca se ter inspirado no seu tio, Luís IX, que possuía uma grande biblioteca e apoiava a literatura francesa da época. A verdade é que Afonso X e D. Dinis vão tomar decisões muito semelhantes quanto à cultura durante os seus reinados, sendo um dos exemplos a declaração da língua vernácula como língua oficial da chancelaria – no caso de Afonso X, esta língua era o castelhano. Em seguida, vemos este monarca apoiar a tradução de diversas obras que, à época, só estavam escritas em árabe ou latim, como era o caso do *Lapidario*, dos *Libros del saber de la astronomía*, o *Libro de las cruces* ou o *Libro de los juicios de las estrellas*. Incorporada nesta faceta, está também a sua preocupação em conservar saberes de outras culturas, como a judaica ou a muçulmana (Sánchez Mariana, 1993, p. 192).

Relativamente aos nobres do seu tempo, a sua presença na cultura castelhano-leonesa é também bastante evidente, ainda que se torne mais proeminente a partir do século XIV. Os seus interesses envolviam, sobretudo, os textos historiográficos, já que muitas vezes era neles que se demonstrava a grandeza de determinada linhagem, a sua aproximação ao rei ou o papel que a família desempenhara na formação do reino. Beceiro sublinha ainda o gosto e influência da nobreza pelo género épico, que valorizava os ensinamentos transmitidos desde a antiguidade e tinha como premissa feitos heroicos; e pela poesia trovadoresca ou canções de gesta, que, de acordo com Afonso X, serviam para “manter os ânimos belicosos em tempos de paz” (Beceiro Pita, 2007, p. 131).

¹⁵² Cf. Sánchez Mariana, 1993.

¹⁵³ Op. cit. nota 48.

Ainda assim, a nobreza castelhana não possuía códices em número elevado, e estes estavam geralmente relacionados com as suas actividades quotidianas (como a caça, a albeta, a guerra, a cavalaria), com o ensino (gramática, política, filosofia, direito) e com a liturgia (um género comum a todas as classes sociais)¹⁵⁴. Estes géneros literários refletem bem a união entre a atividade bélica característica da nobreza e o seu papel na corte como conselheiros régios, ao serviço do monarca nas mais diversas ocasiões (Beceiro Pita, 2007, p. 113). Em Castela, a procura de letrados que ajudassem na administração do reino (tanto a nível régio como senhorial) torna-se crescente, sobretudo a partir do reinado de Afonso XI (1312–1350), e a progressiva ascensão deste grupo fez com que nobres da pequena e média nobreza quisessem investir numa educação mais especializada, muitas vezes universitária¹⁵⁵; ou que integrassem o clero, para seguirem uma educação religiosa (Beceiro Pita, 2007, p. 122). Nascimento (2018, p. 153), diz-nos mesmo que “a reforma monástica cisterciense coincide com o alargamento do uso do livro na cultura europeia. Ao lado da nobreza de sangue e do prestígio ganho pelas façanhas militares, surge a classe dos letrados saída das novas Escolas e orientada tanto para a gestão dos negócios temporais (...) como para o usufruto dos bens da cultura, através da leitura, metódica e estruturada em comentários, dos textos legados pela tradição.”

Relativamente às bibliotecas dos nobres castelhano-leoneses, as notícias que nos chegam são, como dissemos acima, relativas ao século XV¹⁵⁶, não havendo muitos estudos que revelem a existência do património bibliográfico até então. Beceiro (2007) escreve que o espólio das bibliotecas destes nobres era diversificado no que se refere à cultura geral, já que, com o abandono progressivo do latim por parte deste grupo social, aumenta a necessidade de se produzirem traduções na língua vernácula. Esta autora acredita também que as bibliotecas dos nobres estariam abertas ao seu círculo familiar

¹⁵⁴ Os códices litúrgicos, as gramáticas e os livros de direito seriam talvez os géneros mais consumidos, simultaneamente, pela nobreza e pelo clero (Beceiro Pita, 2007, p. 42).

¹⁵⁵ Beceiro Pita (2007, p. 115) refere que vários nobres eram educados na casa real, disposição referida nas *Sete Partidas*.

¹⁵⁶ Conhecem-se a biblioteca do Marquês de Santillana (cf. SCHIFF, M — *La bibliothèque du marquis de Santillane*. Paris, 1905) dos condes de Benavente e do conde de Haro (op. cit. Beceiro Pita, 1982; Paz y Meliá, 1897).

e aos membros da sua casa, já que isto serviria para justificar a quantidade de exemplares de uma só obra que por vezes existia nas bibliotecas; ou livros especializados (como de direito ou medicina), que possivelmente seriam utilizados por praticantes da profissão “contratados” pela família, mais do que pelos detentores da coleção (Beceiro Pita, 2015, p. 217).

É também da nobreza, de forte espírito tradicionalista e sempre próxima do exercício do poder, que sai um grande número de escritores que tratam de temáticas políticas e sociais¹⁵⁷. Estes textos pouco interesse teriam para o clero – ainda que possamos encontrar exemplares científicos ou de teor legislativo enumerados no catálogo de uma livraria monástica, raras serão as vezes em que entre eles se encontram exemplares de poesia trovadoresca (Beceiro Pita, 2007, p. 27).

Ainda assim, é importante referir que não havia uma relação direta entre a situação económica de um nobre e a sua biblioteca, já que os livros eram objetos que podiam ser herdados ou oferecidos (Beceiro Pita, 2007, p. 117). Esta afirmação é complementada por um estudo posterior de Buringh e van Zanden (2009), que defendem que a procura por livros (leia-se aqui procura como um processo que envolve um ato de compra) é condicionada pelo nível de literacia de determinada população (ou estrato social), pelo seu rendimento, pelo preço dos livros e pelas influências culturais (nomeadamente, a religião). Para estes autores, o livro é um produto de luxo cuja procura cresce com o aumento da riqueza: momentos de prosperidade económica incentivam a produção desta indústria; momentos de depressão económica (causados por guerras, invasões ou revoltas) provocam uma diminuição na sua procura e produção. Se tentarmos aplicar este estudo à Península Ibérica, e apenas ao consumo de livros por parte da nobreza, podemos questionar-nos se não será por isso que não há notícias de inventários de bibliotecas nobres para o período por nós estudado, nem para Castela nem para Portugal. Sendo anos de crise, de guerra e de estabelecimento de fronteiras, a atenção desta classe social estava voltada para outros aspetos que não o

¹⁵⁷ “Los libros que posee la aristocracia castellana del siglo XV responden, más bien, a su papel ideológico y su posición preeminente en el conjunto de la sociedad” (Beceiro Pita, 2007, p. 28).

da posse material de livros, sobretudo porque até D. Afonso III, a cultura e os momentos de leitura eram sobretudo orais, preparados para grupos de várias pessoas¹⁵⁸.

Relativamente aos sucessores de Afonso X, apesar de seguirem as suas passadas, não estiveram tão investidos na cultura castelhana como ele. Sancho IV, seu filho, conclui a *Estoria de España*, e manda escrever outras obras, entre as quais a *Grant estoria de Ultramar* e *Castigos y documentos para bien vivir*; pede também que se traduzam o *Libro del tesoro* (tarefa executada por Alonso de Paredes, físico do príncipe D. Fernando, seu filho) e, possivelmente¹⁵⁹, o *Fuero Juzgo*, uma versão castelhana do *Liber iudiciorum visigodo* (Sánchez Mariana, 1993, p. 198-99). Sánchez Mariana refere ainda que, apesar da sua dedicação à guerra, este monarca conseguiu conjugar as duas vertentes (política e cultural) ao longo do seu reinado. Do seu filho, não há notícias acerca da produção de manuscritos, ainda que se tenham escrito alguns textos acerca da respetiva morte¹⁶⁰.

Só com o seu filho e herdeiro Afonso XI, é que produção textual recupera, mandando este escrever o *Ordenamiento de Alcalá*, o *Libro de la montería* (traduzido do árabe, Afonso XI manda ampliá-lo) e a *Crónica Troyana* (de Benoit de Sainte Maurs, cuja tradução se completa apenas no reinado de Pedro I (Sánchez Mariana, 1993, p. 201).

A partir do século XIV, mas sobretudo do século XV, a nobreza começa-se a interessar por obras históricas e filosóficas da época clássica. Como tal, é também durante este período que ocorre uma generalização da leitura privada e silenciosa — como nos diz Beceiro, até esta ter ganhado terreno, os nobres não viam necessidade de aumentar o espólio das suas bibliotecas. Assim, a criação de bibliotecas por parte da

¹⁵⁸ Só com D. Dinis é que as fronteiras do reino português ficam definidas, no Tratado de Alcanizes, assinado a 12 de setembro de 1297.

¹⁵⁹ Não se sabe ao certo se esta foi realizada durante o seu reinado ou o do seu filho, D. Fernando IV (Sánchez Mariana, 1993, p. 199).

¹⁶⁰ Devido às misteriosas circunstâncias que a rodeiam, e das quais provém o seu cognome, “o Emprazado” (ao acusar os irmãos Pedro e Diego Carvajal de matar Juan Benavides, estes, de forma a provarem a sua inocência, emprazaram o rei a um juízo perante Deus, e no dia deste juízo o rei faleceu). Acerca das histórias que relatam os eventos desse dia fatídico, Cf. STEFANO, Giuseppe di – Emplazamiento y muerte de Fernando IV entre prosas históricas y romancero: Una aproximación. *Nueva revista de filología hispánica*. México: Editores El Colegio de México: Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios, 1988, 36:2.

nobreza só cresce significativamente depois de ocorrer este fenómeno (Beceiro Pita, 2007).

No seu trabalho, Buringh e Zanden (2009, p. 427) relacionam os mosteiros de diversos locais europeus com a produção de livros e mostram que em períodos em que há uma maior concentração de mosteiros em determinado reino, também a produção de livros aumenta – no caso da Península Ibérica, este aumento de produção de manuscritos ocorre entre os séculos X e XIV.

3.2. A mulher nobre e os seus livros

Susan Bell (1982) escreve que o facto de as mulheres medievais não possuírem, geralmente, conhecimento das línguas clássicas, faz com que muitos pensem que o seu interesse por livros fosse diminuto e que, como consequência, elas não desempenhassem um papel na sua produção ou transmissão. A verdade é que, a partir do período tardo-medieval, as mulheres patrocinavam obras vernáculas, sobretudo de teor religioso, contribuindo assim para a propagação da cultura. “Como mães responsáveis pela educação dos seus filhos¹⁶¹, como mecenas literárias que encomendavam livros e as suas traduções e como mulheres que casavam além das fronteiras geográficas e culturais por si conhecidas¹⁶², elas tinham uma influência específica e singular”¹⁶³. Devido ao seu estatuto “inferior” na sociedade cristã da época, a autora sugere que a mulher teria uma necessidade maior que a do homem em refugiar-se na leitura, quer para o seu enriquecimento mental quer para o espiritual (Bell, 1982, p. 743). Ainda assim, o número de mulheres proprietárias de livros aumenta significativamente nos últimos séculos da Idade Média (mais especificamente entre os

¹⁶¹ A autora refere o papel da mulher nobre na educação dos filhos em páginas posteriores do seu artigo, mencionando que São Jerónimo defendia que era dever desta ensinar a moral e a literacia aos seus filhos, recomendação adotada pelas cortes francesa e italiana do século XIII. Como já referimos acima, não podemos ter a certeza que este modelo se aplicasse ao reino português, devido à falta de informação (Bell, 1982, p. 755).

¹⁶² Ao casarem com homens de diferentes reinos, as mulheres acabavam por desempenhar um papel de embaixadoras culturais, difundindo a cultura das suas pátrias nos círculos das suas novas casas (Bell, 1982, p. 763).

¹⁶³ Traduzido por mim. O original: “(...) as mothers in charge of childhood education, as literary patrons who commissioned books and translations, and as wives who married across cultural and geographical boundaries, women had a specific and unique influence” (Bell, 1982, p. 743).

séculos XIV e XV¹⁶⁴), o que vai de encontro a tudo aquilo que viemos a referir até agora – a literacia, a prática da escrita e o interesse pela literatura aumentam a partir do século XIV de forma generalizada. A maior parte dos livros na sua posse eram livros litúrgicos, e estes passavam de geração em geração, de mães para filhas, de forma que, desde cedo, as raparigas conhecessem os exemplos das mulheres referidas na Bíblia, que deveriam servir de modelos para o seu futuro¹⁶⁵. Esta teoria acaba por apoiar aquilo que dissemos sobre as bases educativas ensinadas a rapazes e raparigas nobres da época medieval ser a mesma: ambos os sexos aprendiam a ler, e normalmente esta competência era ensinada por uma mulher¹⁶⁶.

Se, para Portugal, ainda falta estudar a relação da nobreza com o livro, é de esperar que também pouco se saiba acerca do papel particular da mulher. Contudo, recentemente, estão a ser publicados alguns estudos espanhóis acerca da influência da nobreza feminina na literatura. O primeiro exemplo que desejo mencionar é o de Helena Carvajal González, que expõe no seu trabalho vários casos de mulheres medievais influentes no universo bibliófilo. Apesar de escrever também acerca de Maria de Navarra, preferimos focar-nos no caso de Leonor Plantageneta, uma vez que se enquadra na cronologia da nossa análise. Figura proeminente da época, era filha de Henrique II de Inglaterra e de Leonor da Aquitânia, tornando-se rainha de Castela pelo

¹⁶⁴ Bell (1982, p. 744–75) apresenta uma tabela com a quantidade de mulheres que possuíam livros e a quantidade cada uma possuía. A sua amostra é, contudo, demasiado abrangente (a sua recolha de testemunhos enquadra-se num período de tempo entre o século IX e o século XVI e, geograficamente, abrangeu informação de vários países, entre os quais Inglaterra, Escócia, Itália, Sérvia e Polónia) e Portugal não é um dos países em estudo. A autora justifica este aumento da posse de manuscritos com a melhoria de aquecimento e luminosidade nas casas (as chaminés também têm um papel importante, já que aumentavam a segurança no interior das habitações, permitindo que o fumo saísse); pela invenção das lentes que corrigiam qualquer nível de miopia e permitiam que mais pessoas conseguissem ler; pela diminuição do custo de produção de livros e por uma maior facilidade de reprodução (com a criação da imprensa). É difícil aplicar estas conclusões ao caso do reino português, sobretudo porque, fugindo da nossa cronologia, não tivemos oportunidade de ir em busca de corroboração. Ainda assim, achámos interessante fazer menção a este estudo, já que poderá sugerir uma outra linha de investigação futura (a relação da mulher medieval portuguesa com o livro).

¹⁶⁵ Esta transmissão de livros entre pessoas do mesmo seio familiar é mencionada no *Sachsenspiegel*, um livro de costumes Saxão. Curiosamente, e como veremos mais à frente, este costume não se aplicava apenas à figura feminina, mas, segundo conseguimos apurar, também aos homens portugueses do período medieval. (Bell, 1982, p. 744-49; 753).

¹⁶⁶ Era costume que um dos livros mais utilizados para a alfabetização fossem os Salmos. A leitura era importante para as raparigas porque as mantinha livres de terem pensamentos impuros e impróprios (Bell, 1982, p. 752–56).

casamento com Afonso VIII. Além de ter contribuído para a criação do Estudo Geral de Palência, é ela a fundadora do Mosteiro das Huelgas, um dos mais importantes mosteiros femininos de Castela. Como nos diz Carvajal, muitos autores acreditam que tenha sido ela a trazer consigo uma cópia da *Historia Regum Britanniae* (de Monmouth) para a Península Ibérica, contribuindo assim para a difusão da literatura artúrica no território peninsular (Carvajal González, 2015, p. 303). Este apreço pelos livros acaba por transitar para a sua filha Constança, abadessa das Huelgas, que também encomenda o *Beato* para que fizesse parte do espólio da biblioteca desse lugar (Carvajal González, 2015, p. 303).

Também Sancha I, filha de Afonso V de Leão e esposa de Fernando de Leão, praticava o mecenato, contribuindo, juntamente com o seu marido, para a realização de obras importantes do século XI, destinadas ao mosteiro de São João Batista e São Pelaio (atual Santo Isidoro de Leão), entre as quais vários livros de orações, as *Etimologias*, e livros de horas. Como já mencionámos acima, a palavra escrita era um instrumento importante para a legitimação do rei e da sua família, um objeto político incontornável – uma vez que Fernando só havia ascendido ao trono leonês devido à morte do irmão de Sancha, o casal aposta no mecenato para passar uma imagem sofisticada e exemplar (Carvajal González, 2015, p. 314–315). Outro exemplo da importância da palavra escrita, ainda que mais travesso, é aquele seguido por Maria de Molina, esposa de Sancho IV de Castela, de quem era prima em terceiro grau. Estes casamentos entre familiares, proibidos pelo menos 100 anos antes de Maria de Molina vir ao mundo, só podiam ser celebrados após uma autorização papal. Maria de Molina, numa tentativa de acelerar o processo e evitar uma recusa, pediu a um frade dominicano para forjar esta bula, de forma a que o casamento se pudesse realizar. A sua influência vai, contudo, além deste episódio, uma vez que também contribuiu para a produção cronística da época através do seu patrocínio à realização da *Crónica de tres reyes* (Carvajal González, 2015, p. 316). Carvajal expõe ainda os casos das várias esposas e filhas de Jaime II de Aragão, rei bibliófilo que várias vezes oferece livros às mulheres da sua vida: Branca de Anjou, mãe dos seus 10 filhos e sua esposa entre 1295–1310, recebe dele oito códices de diferentes temáticas; duas das suas filhas deste casamento, Maria e Branca, monjas de Sigena,

recebem também livros do seu pai; Maria do Chipre, sua segunda esposa, idem. Elisenda de Montcada, sua última esposa, recebeu também do rei vários livros para uso pessoal (nomeadamente missais, evangeliários, livros de horas, saltérios, perfazendo um total de 22 códices) e ainda um conjunto de 9 livros para o mosteiro de Pedralbes, fundado pela nova rainha (Carvajal González, 2015, p. 306–307).

Para o reino de Castela conhecem-se também algumas mulheres nobres escritoras do século XV, como Leonor López de Córdoba, Teresa de Cartagena e Florencia Pinar (Beceiro Pita, 2007, p. 123), o que reflete a mudança de paradigma na educação do final da Idade Média, altura em que se começa a considerar vantajosa a educação das mulheres da alta sociedade (rainhas, princesas, ou mulheres da alta nobreza)¹⁶⁷.

Conhecidas autoras são também Hildegarda de Bingen ou Trota da Salerno, mulheres do século XII que escreveram tratados de medicina; ou o de Hiltgart de Hurnheim, uma freira alemã que traduziu a obra *Secretum secretorum* com a ajuda da sua abadessa¹⁶⁸. Quando consideramos o uso do livro pelas mulheres, é interessante considerar que as leituras piedosas e devocionais, características das nobres, encontra um novo espaço entre as monjas, uma vez que, como já vimos acima, estas provinham do seio da nobreza. Assim, como escreve Pedro Cátedra (1999, para. 47–48), “la patrimonialidad económica y jurídica es también una patrimonialidad ‘intelectual’, que explica mucho del cultivo literario en el ámbito del convento. (...) a apertura y la homogeneización del espacio femenino de la lectura, compartido por laicas y por monjas, merced también a la mayor dependencia de esos conventos — por lo general pequeños — de un organigrama patriarcal nobiliario y laico, que, entre otras cosas, permite un intercambio continuo entre las patronas y su ‘corte’”.

Apesar de os exemplos acima apresentados respeitarem a mulheres exteriores ao reino português (e por vezes à Península Ibérica), ajudam a evidenciar o papel da mulher na literatura e na propagação dos livros, bem como a sublinhar a importância de

¹⁶⁷ Beceiro Pita, 2007, p. 124.

¹⁶⁸ Cf. GREEN, Monica H. – In Search of an «Authentic» Women’s Medicine: The Strange Fates of Trota of Salerno and Hildegard of Bingen. *Dynamis*, 1999, 19, 25–54.

continuar a estudar a sua influência na literatura medieval. Esperamos, assim, ver nascer mais trabalhos em Portugal acerca deste tema, que tem ainda tanto por descobrir.

4. O contributo da nobreza na constituição do património bibliográfico

Quando estudamos o livro medieval, devemos ter em consideração que a conceção medieval deste objeto nada tem a ver com a nossa imagem moderna. Não há uma “unidade material coincidente com uma unidade de conteúdo”¹⁶⁹, mas sim uma obra que possui diversos autores (sendo que um códice pode integrar mais do que uma obra em si mesmo). Assim, “um códice medieval resulta (...) da convergência de um projecto singular, que o delimita como livro único, com um projecto mais global, onde a atividade programada, o exercício analítico, e a fruição contemplativa se cruzam com um terceiro elemento, a sua funcionalidade de uso e referência”¹⁷⁰.

Ainda que sejam raros os testamentos como o de Mumadona Dias¹⁷¹ (não apenas por ser uma mulher que doa livros, mas pela sua doação ser tão vasta), e que casos como este sejam difíceis de encontrar para o período em questão¹⁷², não podemos deixar de a usar como exemplo, já que a sua existência foi a nossa maior inspiração para este trabalho, uma vez que nos abria espaço para pensar que: a) não era apenas a monarquia a possuidora de livros durante a época medieval; b) a nobreza influenciou a constituição de bibliotecas monásticas em Portugal durante a época medieval.

Ao longo desta investigação, consultámos aproximadamente 3120 documentos, pertencentes às fontes por nós consultadas¹⁷³. Estes documentos eram compostos por

¹⁶⁹ Este autor não sabe se isto acontece por pura causalidade ou se certas leituras determinam a sua integração em determinado códice, mas crê que haveria uma articulação entre os textos e um sentido sequencial (Nascimento, 1988, p. 485).

¹⁷⁰ Nascimento, 1988, p. 490.

¹⁷¹ Senhora de linhagem nobre cuja existência é anterior à fundação do reino português. No seu testamento, deixou “20 livros eclesiásticos” ao mosteiro de Guimarães, do qual era fundadora (cf. Marques, 1997, 270).

¹⁷² Nascimento (2012, 297) refere que os documentos que mencionam a posse de livros estão em “núcleos fechados que têm em si mesmos uma justificação e não pressupõem necessariamente uma procura orientada; nascem de um acto alheio e ficam reduzidos ao grupo primitivo ou desapareceram com a instituição que esteve na origem da sua criação ou não temos deles mais notícias.”

¹⁷³ Não contabilizámos neste número as fichas do acervo do Professor Doutor José Augusto Pizarro, uma vez que nestas está apenas uma síntese do documento e, muitas vezes, estes documentos não foram ainda publicados. Vimos largas centenas de fichas que mencionavam documentação que não era relevante para a nossa investigação: emprazamentos, documentos de compra e venda, quitações, aforamentos, processos judiciais, etc. Assim, acabámos apenas por utilizar as fichas onde era já apresentado um resumo que referia a existência de livros.

doações, testamentos, obituários, cartas de fundação de mosteiros ou igrejas, entre outros.

Houve fontes que, após consultadas, foram colocadas de parte por não possuírem nenhum documento referente a livros. Foram elas:

- Livro de Testamentos de São Salvador de Paço de Sousa;
- Cartulário do Mosteiro de Sta. Clara de Vila do Conde;
- Cartulário do Mosteiro de Fiães;
- Cartulário do Mosteiro do Castro;
- Livro de Doações de Tarouca;
- Documentos Medievais Portugueses, vol. III;
- Apêndices documentais das obras “O mosteiro de Arouca. Do século XI ao XIII” e “Quando a nobreza traja de branco: a comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286–1299)”.

Ficámos, então, reduzidos às seguintes:

- Apêndice I da obra “A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra”¹⁷⁴;
- Cartulário de D. Maior Martins;
- Cartulário Baio-Ferrado;
- Cartulário da Colegiada de Guimarães;
- Documentos Medievais Portugueses, vol. IV;
- Fichas do arquivo do Professor Doutor José Augusto de Sottomayor-Pizarro;
- *Liber Testamentorum coenobii laurbanensis*;
- Livro de Mumadona;
- Livro Preto (Cartulário da Sé de Coimbra);
- *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*.

¹⁷⁴ Deste apêndice só foram analisadas as primeiras 62 entradas, uma vez que os seguintes já saíam da nossa cronologia.

Como vimos acima, estas fontes incluem vários tipos de documentação, mas para o nosso trabalho, os únicos documentos que encontramos referentes a livros foram testamentos, obituários e um inventário. A nossa amostra acabou por ficar reduzida, assim, a 139 documentos¹⁷⁵.

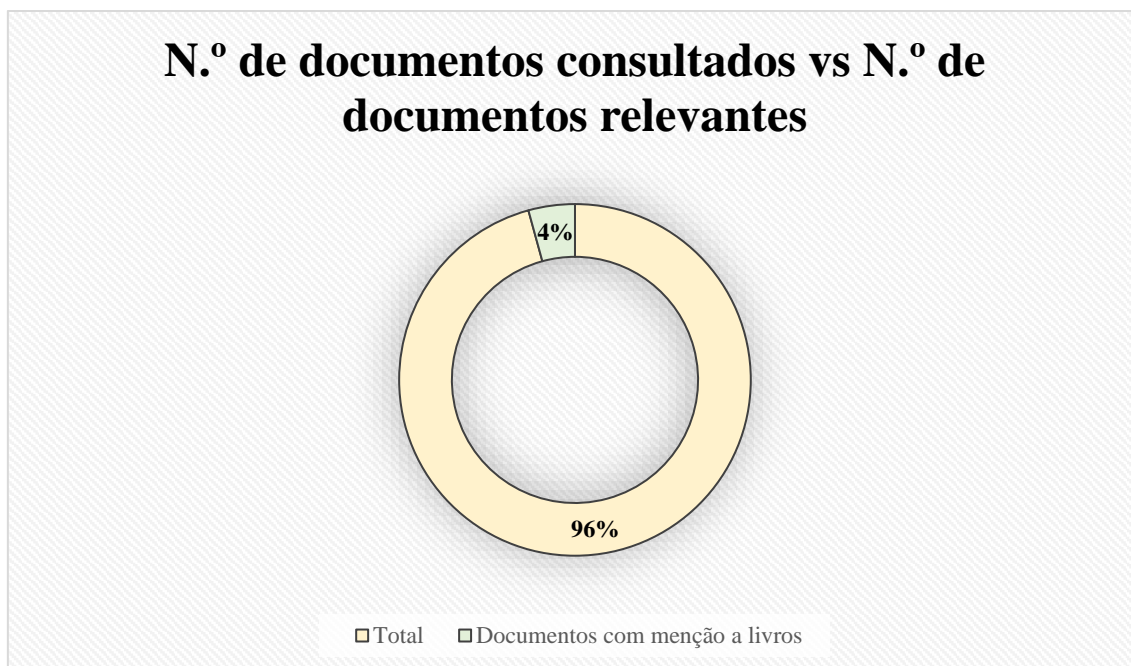


Gráfico 1 – N.º de documentos consultados vs N.º de documentos relevantes

Impôs-se então uma segunda divisão – uma vez que a nossa tese é acerca dos livros que transitam do património nobiliárquico para o património eclesiástico, decidimos dividir os documentos de acordo com a classe social da nossa amostra. Mas o que faríamos com os nobres que tivessem escolhido seguir uma carreira eclesiástica? Decidimos criar para eles uma categoria à parte, que explicaremos em breve.

¹⁷⁵ Para este gráfico também não foram contabilizadas as fichas do Professor Pizarro (vd. nota 172).

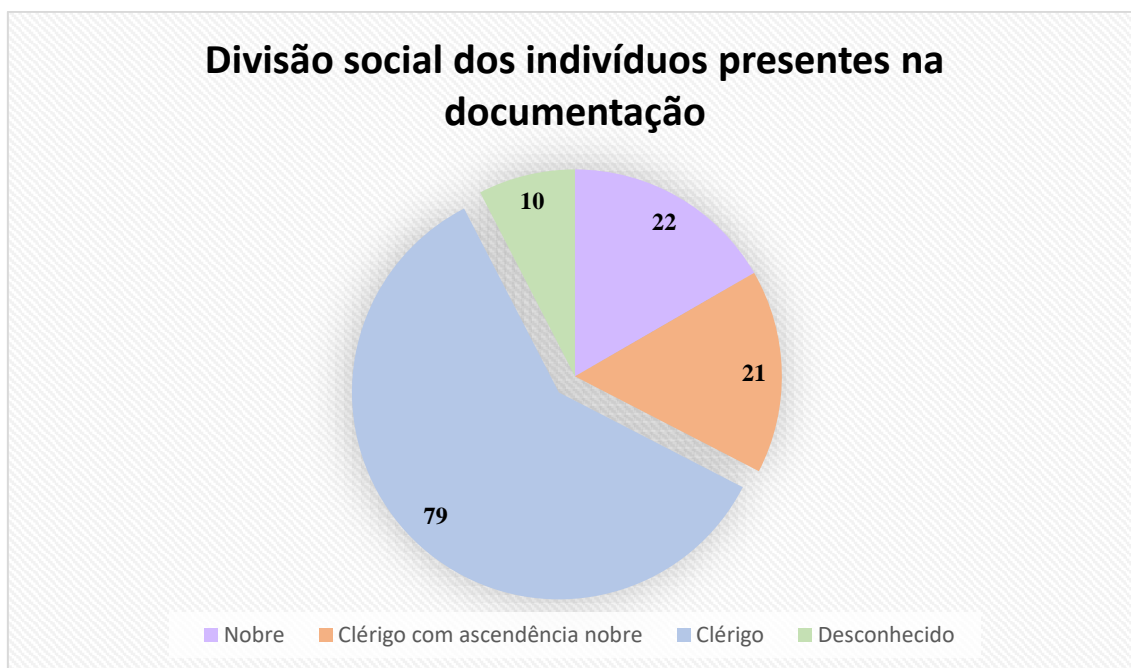


Gráfico 2 – Divisão social dos indivíduos presentes na documentação

Ficámos então reduzidos a 52 indivíduos de ascendência nobre¹⁷⁶ (e, por sua vez, a 44 documentos)¹⁷⁷. Convém apenas esclarecer que houve muitas pessoas cuja ascendência desconhecemos, quer por não ser mencionado o seu patronímico; por existirem homonímias que complicam o cruzamento de informação; quer ainda por existirem muitos indivíduos cuja genealogia se mantém desconhecida. Assim, pode

¹⁷⁶ É importante esclarecer alguns pontos importantes. O primeiro é que somámos agora os nobres cuja informação foi retirada das fichas do Professor José Augusto Pizarro (cinco pessoas, que equivalem a cinco documentos). O segundo ponto importante é que foram eliminadas ocorrências repetidas (por exemplo, os *Testamenta* englobam várias fontes, e por vezes já tínhamos conhecimento da existência de determinado indivíduo, como é o caso, por exemplo, de Egas Fafes, que aparece no apêndice da obra do Tesouro da Biblioteca da Sé de Coimbra e nos *TEP*). Para os casos de haver mais do que um documento que menciona a mesma pessoa, colocámos excertos das várias fontes no Anexo II para que o leitor possa comparar os documentos e as suas nuances. Foram também removidas as pessoas que achámos que poderiam ser a mesma (homónimos próximos temporalmente), e esses casos estão também devidamente assinalados no Anexo I (Tabelas 1 e 2). Por último, é importante referir que, em quase todas as fontes, vinha já assinalada a profissão e a classe social dos indivíduos. Contudo, sempre que possível, confirmámos a sua genealogia em Pizarro (1997), no *Livro de Linhagens de D. Pedro* e no *Velho Livro de Linhagens*.

¹⁷⁷ Esta disparidade nos números é porque alguns documentos eram relativos a doações de mais de uma pessoa (casais, mãe e filho, ou familiares de outro grau). Para ver a lista completa dos nobres, consultar o Anexo I (Tabela 1).

existir algum clérigo (Anexo I, Tabela 2) com ascendência nobre que desconheçamos, sobretudo porque há vários homónimos ou só se apresentam com o seu primeiro nome.

Chegados a este número, começámos a organizar os documentos por período. Antes de apresentarmos este gráfico, deixamos uma advertência ao leitor. Como qualquer historiador poderá afirmar, é muito difícil respeitarmos ao pormenor as cronologias que nos impomos a nós mesmos – há sempre uma descoberta que nos alicia a dar um passo ao século anterior, ou um salto até ao seguinte; um documento tão “delicioso” que é impossível ignorar. Como tal, depois de lermos a documentação e de a organizarmos, achámos por bem falar brevemente do século X, para que o leitor pudesse observar juntamente connosco, as mudanças que vão tomando lugar ao longo da nossa cronologia. Este prelúdio é essencial, não só para as nossas conclusões, mas também para a própria análise dos dados, uma vez que evidencia certos padrões que não esperávamos encontrar.

4.1. O prelúdio: durante o século X

Como já mencionámos em capítulos anteriores, entre o século X e o XI, o livro tem um papel importante associado à fundação de mosteiros e igrejas e à inerente necessidade destas instituições em possuírem estes objetos litúrgicos para conseguirem praticar os seus rituais. Estas doações não eram feitas apenas pelos fundadores das instituições ou pelas suas famílias, mas também por pessoas que tinham alguma ligação a esses locais de culto, quer por proximidade geográfica, familiar ou devocionária. A maior parte dos documentos para este período mencionam apenas a palavra “*libro*” (por vezes no plural)¹⁷⁸ ou “*biblioteca*”, não nos permitindo, portanto, ter a certeza de que tipo de livros se tratavam¹⁷⁹. O único documento explícito (além do tão conhecido testamento de Mumadona Dias), é o de Fromarico e de sua mulher, que juntamente com outro casal, fundam a igreja de S. Miguel e dotam-na com um livro *Ordinum Comitum* e um *Passionário de São Cristóvão*.

¹⁷⁸ Consultar no Anexo II, os testamentos de: Ansur e Eileuva, Châmoa Rodrigues, Gonçalo Mendes, Mónia e Soeiro Fromarigues.

¹⁷⁹ Embora seja provável que quando aparece “*biblioteca*”, signifique “*Bíblia*”.

Comparado com o testamento de Mumadona, este documento é consideravelmente menos impressionante, mas serve para ilustrar o desinteresse da nobreza pré-condal pela descrição do seu património bibliográfico. Curiosamente, pelo que nos foi possível averiguar, este desinteresse acaba por ser comum aos eclesiásticos do mesmo período que doam livros, abstendo-se de nomear quais¹⁸⁰.

Quanto mais tardio é o documento, mais complicado é averiguar a ascendência dos sujeitos envolvidos. Pelo que nos foi possível perceber, nenhum dos seis eclesiásticos deste período teria ascendência nobre; e, por sua vez, nenhum dos seis nobres decidiu dedicar-se à carreira eclesiástica. Isto é algo que não se repetirá para nenhum outro período ao longo do nosso trabalho.

4.2. Do século XI ao século XII

Para os séculos XI e XII, encontrámos apenas 11 documentos que referiam livros, sendo que seis são referentes a património de nobres e cinco de nobres que decidiram seguir a carreira eclesiástica. Não sabemos o que pode estar por detrás desta drástica diminuição – é possível que em parte, a criação do Condado, a sua transformação em reino e todos os conflitos daí provenientes, tivessem tido alguma influência no interesse das pessoas por livros (vd. p 62). Se os bens imóveis eram já os protagonistas dos testamentos e doações, agora tornam-se a preocupação central. O livro deixa de ter lugar, ou pelo menos é isso que podemos concluir deste silêncio ensurdecedor das fontes¹⁸¹. Contudo, como podemos ver através do Gráfico 3, ao longo do século XII, o interesse do clero pelo livro ressurgiu, existindo 19 documentos em que são mencionados livros.

¹⁸⁰ Por vezes podem descrevê-los como "*libros ecclesiasticos et spirituales*", como é o caso de Martinho e Azeidão (*Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis*, doc. 16. ff. 11v-12r).

¹⁸¹ Todos os documentos analisados referentes a estes séculos são doações feitas a mosteiros ou igrejas, à excepção do testamento de David, Madredona, Cid, Ximena e Godinho, que oferecem um mosteiro que já tinha livros (mais especificamente um Antifonal e um Saltério) ao presbítero Garcia.

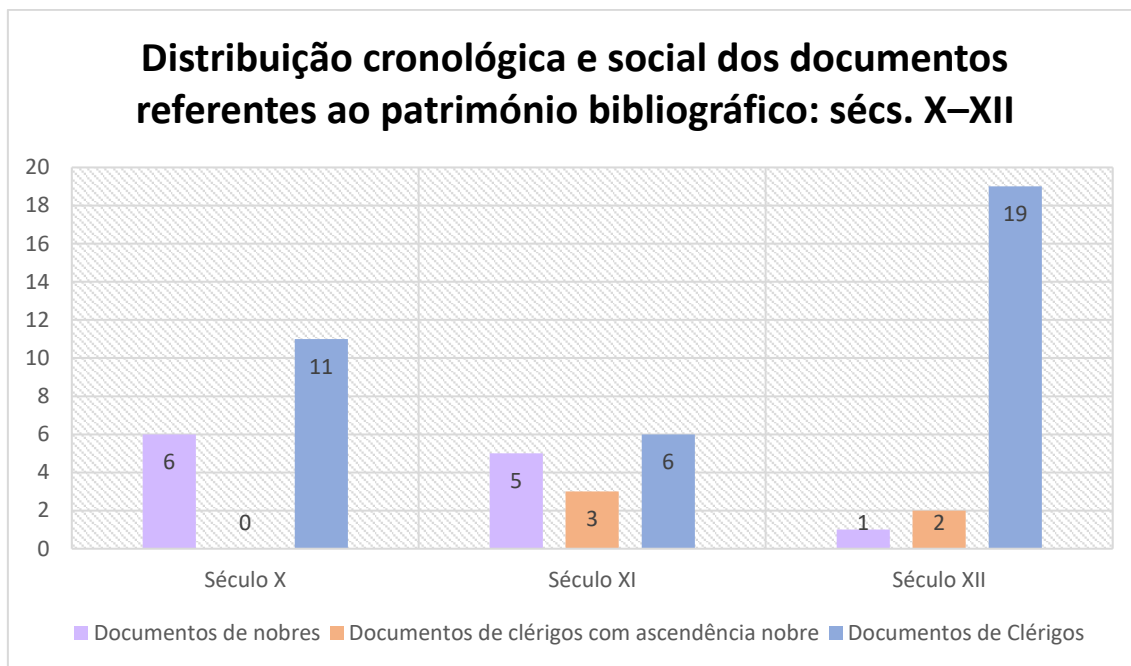


Gráfico 3 – Distribuição cronológica e social dos documentos referentes ao património bibliográfico: sécs. X–XII

No caso dos nobres, a tendência para utilizar a generalização que víamos no século X (“*libro*” ou o seu plural) diminui consideravelmente, ocorrendo apenas em dois dos documentos¹⁸². Em todos os outros está discriminado o tipo de livros que são doados ou o montante destinado à aquisição de que livros, bem como as instituições beneficiadas¹⁸³. Passamos a chamar a atenção para algumas doações, começando pela de Dona Unisco e de Dom Osoredo, que oferecem ao mosteiro da Vacariça um *Antifonal*, um *Comito*, um Livro *Ordino*, um *Sermonário*, uma *Regra*, um *Passionário*, um comentário de *Sancti Asciscli usque Sancto Sebastiano* e um *Saltério*. A quantidade de livros que mãe e filho doam é extraordinária para este período, sobretudo se considerarmos que o testamento conhecido mais “rico” até à data é o de Mumadona Dias. Se quisermos, aliás, comparar o seu testamento com outros deste período (como o de Châmoa Ansures), vemos quão extraordinário ele é. Não nos passou também

¹⁸² São estes o caso de Soeiro Fromariges e Toda Viegas.

¹⁸³ Anexo III, Tabela 4.

despercebido o facto de não haver qualquer interesse por parte da mãe em deixar os livros ao filho, ou deste em ficar com os livros da sua progenitora. Não sabemos ao certo as razões que levam a este desapego, mas a verdade é que não há, em nenhum dos testamentos para este período, a transmissão de património bibliográfico para as famílias (ver Gráfico 6). Poder-se-ia dar o caso de, caso houvesse outros livros além daqueles mencionados no testamento, que estes passassem “automaticamente” para a família, e que depois ficasse ao encargo de cada herdeiro escolher os volumes com que desejariam permanecer, mas esta ideia parece-nos um pouco improvável, sobretudo se nos lembrarmos que a alfabetização, para este período, não era ainda uma preocupação. Questionamo-nos, assim, de onde terá surgido a necessidade de se passar a descrever mais detalhadamente o tipo de livros doados. Qual seria a motivação?

O segundo documento para o qual desejamos chamar a atenção é o obituário de D. Afonso Henriques, que representa também o único documento de um nobre (que não tenha seguido a carreira eclesiástica) que encontramos para o século XII fazendo alguma referência a livros. O primeiro monarca de Portugal deixa à Sé de Coimbra dez morabitinos para um Novo Testamento. Como já vimos acima, um dos principais centros de apoio cultural a este novo rei foi, precisamente, o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, daí a necessidade deste monarca em dotá-lo com um livro.

Por último, resta-nos falar de dois documentos um pouco diferentes, por serem obituários. O primeiro é o de D. Paterno, que doa livros diferentes daqueles que vimos até agora, deixando à Sé de Coimbra a *Cidade de Deus*, de Sto. Agostinho, umas *Crónicas* com as *Etimologias* de Sto. Isidoro, um livro canónico escrito em árabe e livros *Spalenses*. Surgem assim na nossa análise os primeiros livros de direito e de teologia¹⁸⁴.

O último é o obituário de João Anaia, no qual, em lugar de aparecer uma doação em dinheiro ou dos livros em si, está escrito que ele mandou fazer alguns livros para a Sé, nomeadamente o *Ivonis*, o *Lucidário*, um livro de *Sermões*, um *Antifonário*, um *Lecionário*, um livro do *Ofício* e um *Epistolário*. Este tipo de contributos também era essencial para as instituições, uma vez que era outra forma de conseguirem livros para

¹⁸⁴ O leitor pode ir acompanhando estas doações (que livros eram doados e o seu “género”) no Anexo IV.

além das doações diretas¹⁸⁵. Não sabemos se este bispo possuía livros, mas facilmente se conclui que se interessava por estes objetos e que os considerava essenciais ao património da Sé.

Analisar os géneros literários da época é uma tarefa bastante complicada, sobretudo porque, maior parte das vezes, os códices não tinham títulos como hoje em dia, sendo referidos, pelo seu autor (ou comentador), pela sua temática ou mesmo pela primeira linha com que iniciavam. Ainda assim, decidimos tentar apresentar um gráfico dos géneros que fomos conseguindo apurar. Este gráfico não estará dividido entre nobres e clérigos com ascendência nobre, precisamente porque para este período, a amostra dos segundos não é representativa o suficiente para alterar evidentemente o gráfico (relembramos que, para o período entre os séculos XI e XII, só encontramos cinco eclesiásticos com ascendência nobre). Aproveitamos para referir ainda que, muitos testamentos para este período, não eram tão descritivos como posteriormente, sendo referidas, várias vezes, apenas a palavra “*libro(s)*” como foi já referido acima.

Observemos então o gráfico 4: ao longo do século X, os livros que a nobreza possuía correspondiam sobretudo a livros religiosos (regras, bíblias, livros litúrgicos, etc.). Até ao século XII, este panorama mantém-se (vemos que os livros litúrgicos continuam a ter um número muito expressivo), ainda que surjam novos “géneros”, como é o caso dos livros de Direito, de Nigromância e Historiografia.

¹⁸⁵ Como podemos ver através do anexo I, para este período entre o século XI e XII, apenas duas pessoas mandam fazer livros: João Anaia e Pedro Viegas (cavaleiro).

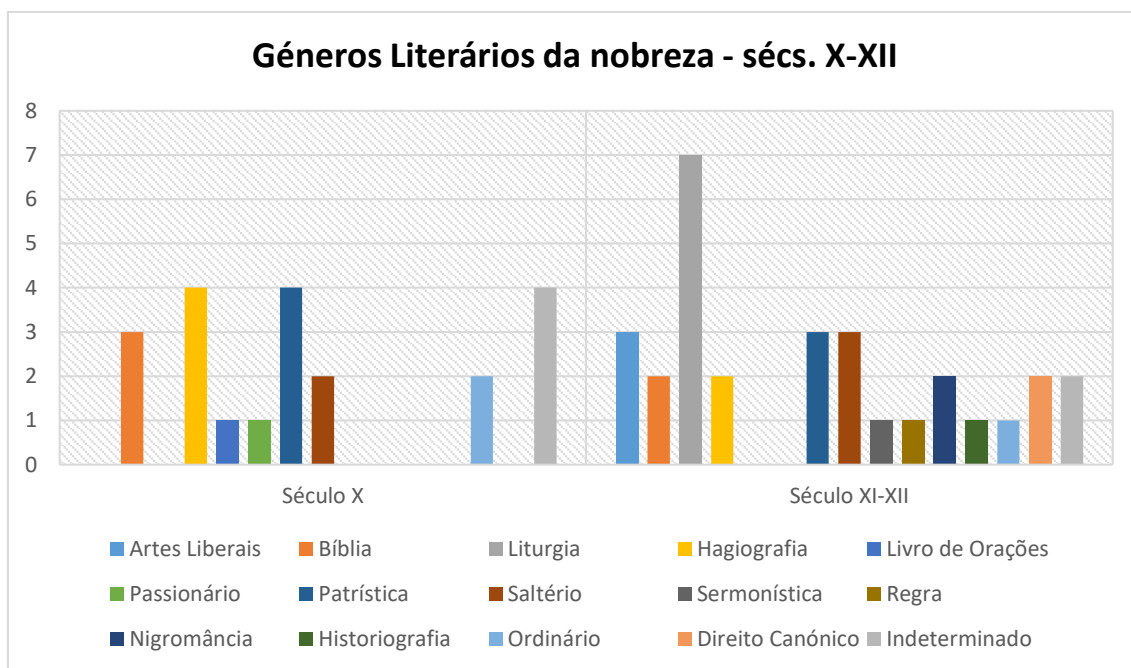


Gráfico 4 - Géneros literários da nobreza entre os sécs. X — XII

4.3. Do século XIII ao século XIV

É para este período que conseguimos obter um maior volume de informação, mesmo não abarcando a totalidade do século XIV¹⁸⁶: encontrámos nove documentos de nobres que mencionavam o seu património bibliográfico e 16 documentos de nobres que seguiram a carreira eclesiástica. Ainda assim, a documentação que encontrámos referente ao património bibliográfico de clérigos foi quase o dobro (47).

¹⁸⁶ Para evitar trabalhar com uma cronologia arbitrária, relembramos que escolhemos como limite o ano da morte de D. Dinis (1325), ainda que haja um documento, o de Egas Lourenço Barroso, que ultrapassa essa cronologia por cinco anos.

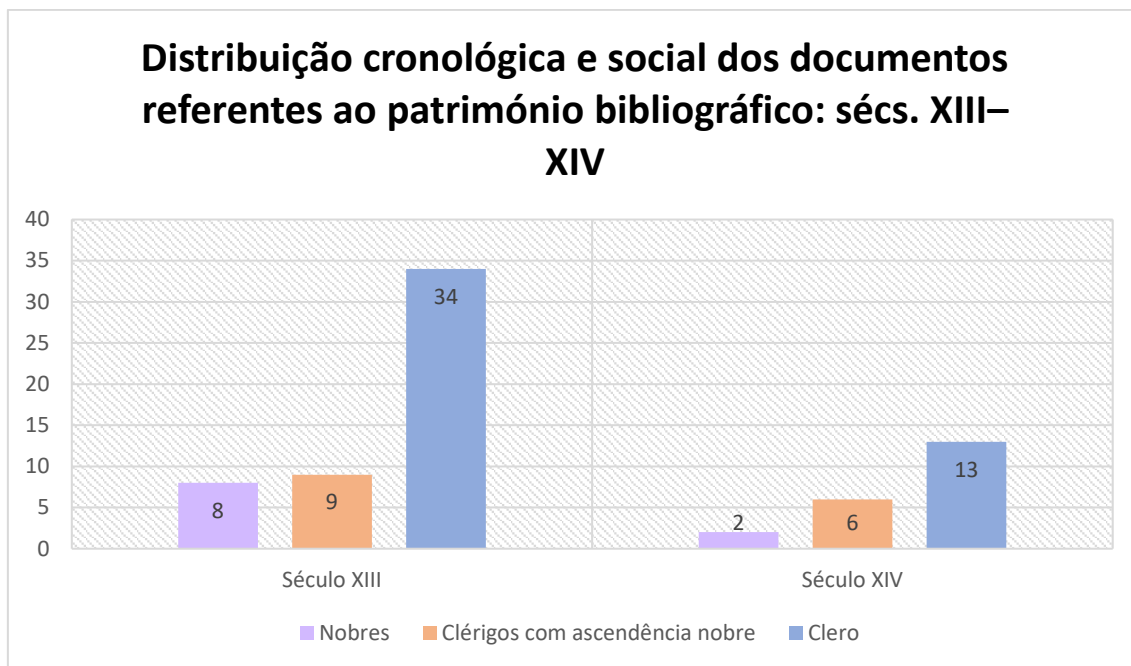


Gráfico 5 – Distribuição cronológica e social dos documentos referentes ao património bibliográfico: sécs. XIII–XIV

Chegou, finalmente, a altura de explicarmos o porquê de fazermos a divisão entre nobres e clérigos com ascendência nobre, uma vez se torna importante falarmos da tipologia das doações.

Antes de mais, queremos advertir para o cuidado a ter na leitura destes gráficos, uma vez que não podemos tomar os números neles apresentados como valores únicos. No documento de um só indivíduo podemos encontrar doações a várias pessoas ou instituições diferentes, e por isso os gráficos seguintes servem apenas para ilustrar a tendência das doações ao longo da nossa cronologia.

A primeira coisa que fizemos foi averiguar a quem é que as doações eram feitas, e distinguimos três grupos: instituições (do clero regular ou secular), particulares (membros do clero, confessores, criados, etc.) ou familiares.

Depois, vimos que tipo de doações existiam e encontrámos dois grandes grupos: doação do objeto em si; ou doação de dinheiro para adquirir livros.

Ao analisarmos os dados referentes a nobres e clérigos com ascendência a nobre para realizarmos os gráficos, reparámos logo, surpreendentemente, que havia notáveis

diferenças entre eles. Os clérigos com ascendência nobre são uma espécie de “grupo limbo” porque, *a priori*, poderíamos pensar que não haveria necessidade de os destacar dos demais. Poderíamos ter decidido integrar estes indivíduos no grupo dos nobres ou no grupo dos clérigos, visto que no fundo, pertencem simultaneamente a ambos. Contudo, estes seres híbridos – produto de duas “espécies” diferentes –, acabam por formar um grupo distinto em diversos aspetos, e isto tornou-se ainda mais claro quando fizemos o gráfico das disposições testamentárias dos clérigos. Observemos, então, o primeiro gráfico, correspondente às disposições testamentárias da nobreza.

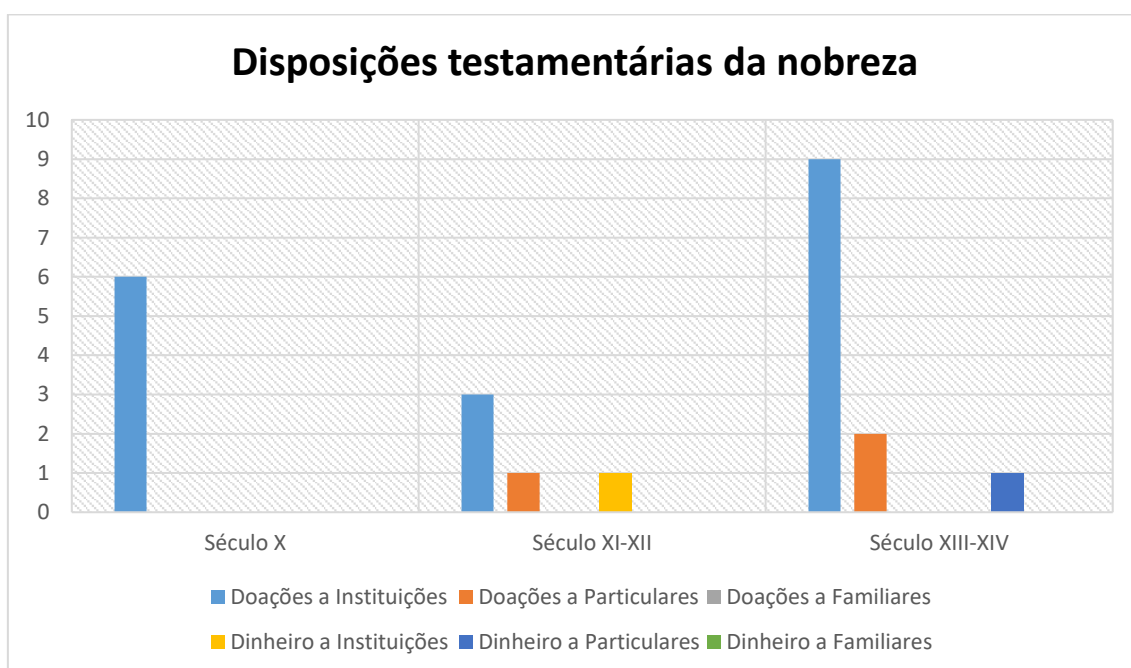


Gráfico 6 – Disposições testamentárias da nobreza

A primeira diferença que reparámos entre este período e os séculos anteriores é a nova tendência para deixar livros a particulares, além das instituições. E curiosamente, estas doações a particulares são feitas por mulheres, mais precisamente por:

1) Châmoa Gomes Tougues, que doa os seus livros da ordem de São Francisco e duas Bíblias (uma boa e outra pequena) ao mosteiro de Santa Clara d’Entre-os-Rios, que fundou, e os seus livros da ordem de São Bento ao mosteiro de Tuias. Dá ainda a sua

Bíblia velha ao bispo de Cidade (que cidade é que não sabemos), juntamente com 20 morabitanos para a restaurar, e presenteia duas senhoras com 12 morabitanos a cada uma para comprarem um *Breviário*, como compensação dos serviços que lhe prestaram;

2) D. Mafalda, que além de doar um *Saltério* bom e 200 morabitanos ao cuidador dos livros do mosteiro do Porto, doa um *Livro de Horas da Virgem Maria* à sua meia-irmã, Urraca Sanches;

3) D. Vataça, que além de criar uma capela e de lhe doar livros como ditava a tradição (um *Missal* e dois *Breviários* em quatro volumes), deixa a D. Isabel um *Saltério* francês de letra grande, a Leonor de Aragão um *Saltério* com muitas figuras, e a Constança Afonso, freira de Celas, um *Saltério* pequeno. D. Vataça é, aliás um caso muito curioso, sendo a única nobre da nossa cronologia que possui um inventário dos seus bens, feito em 1336, no qual estão identificados uma série de livros¹⁸⁷. Ventura e Coelho (1987) já analisaram este documento, comentando que a quantidade de livros possuída por esta nobre (15, se se contar os 5 cadernos do *Breviário* como 1 exemplar), era bastante incomum para a época (fato atestado em parte também pela nossa tese). As autoras comentam ainda que a educação desta senhora havia provavelmente sido cuidada – apesar de ter crescido na corte de Aragão, é possível que também tivesse sido introduzida às influências da civilização oriental, uma vez que era de lá que provinha. Como aia de Isabel de Aragão (futura Rainha de Portugal), deve também ter partilhado com a sua senhora algumas ideias, opiniões ou conhecimento, já que D. Isabel também era uma senhora extremamente culta.

Antes de compararmos este grupo com o dos clérigos com ascendência nobre, gostaríamos apenas de chamar a atenção para um último dado importante: a maioria da documentação que encontrámos, para este período (sécs. XIII-XIV), é de homens nobres que seguiram a carreira eclesiástica (Gráfico 7), sendo ainda importante referir que, as mulheres que seguem uma carreira eclesiástica, pertencem sempre ao grupo da nobreza, nunca ao grupo híbrido.

¹⁸⁷ Anexo II.

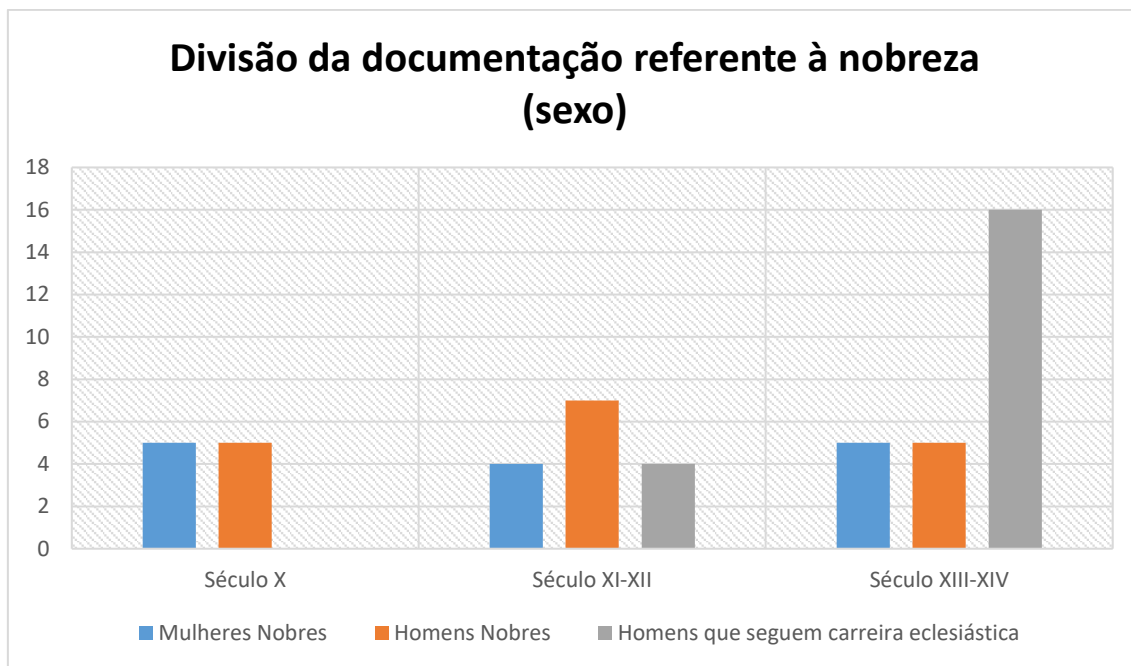


Gráfico 7 – Divisão da documentação referente à nobreza (sexo)

Como poderemos observar já em seguida, é precisamente este grupo híbrido, constituído apenas por homens, que faz as doações a particulares e que acrescenta uma terceira variável: a família.

Apesar do exemplo das três mulheres que apresentámos acima, a preferência da nobreza mantinha-se em doar livros ou dinheiro às instituições que lhes eram mais queridas¹⁸⁸.

Vejamos então o nosso grupo híbrido:

¹⁸⁸ Consultar o Anexo III (Tabela 4) em que colocámos as instituições beneficiadas pelos membros da nobreza ao longo da nossa cronologia.

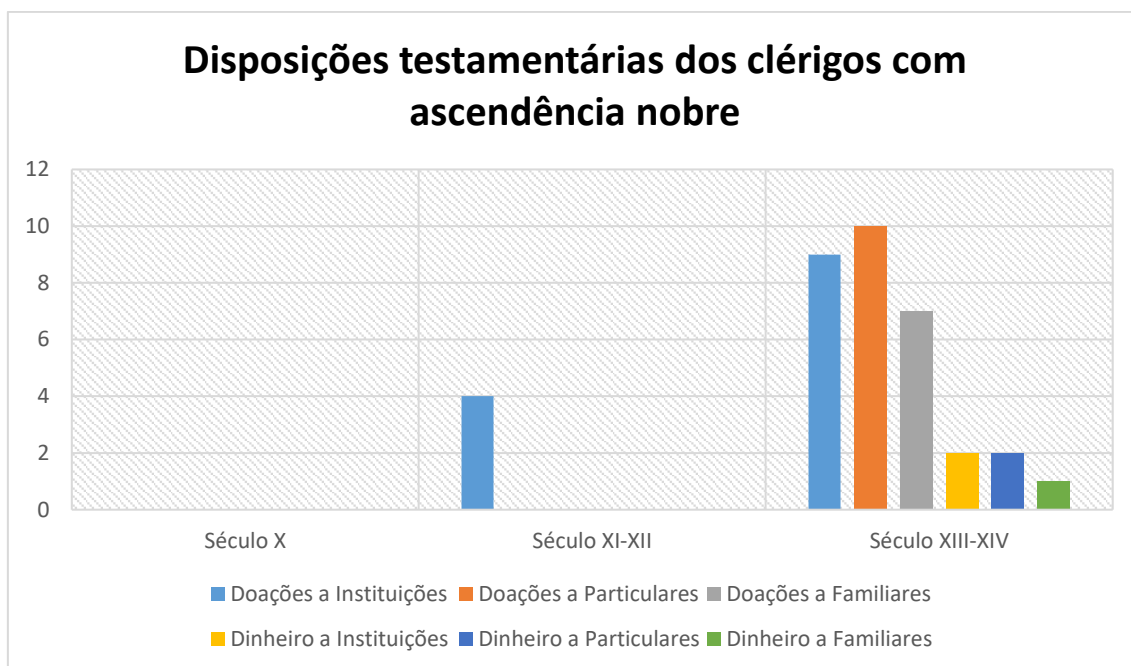


Gráfico 8 – Disposições testamentárias dos clérigos com ascendência nobre

Aquilo que se destaca automaticamente, como podemos observar pelo Gráfico 8, é o fato de não termos encontrado, entre os documentos por nós consultados, nenhum nobre que tenha seguido a carreira eclesiástica para o período do século X. Isto pode dever-se à enorme proximidade que a nobreza deste período tem com as instituições eclesiásticas da altura. Como vimos acima, o fato de os patronos serem considerados “familiares” dos monges e poderem usufruir de muitas das “regalias” da vida eclesiástica deve ter criado uma espécie de área cinzenta que fazia com que houvesse este desinteresse por seguir uma carreira eclesiástica.

A segunda característica distinta são as doações que ocorrem durante os séculos XI e XII por parte deste grupo, que são todas feitas a instituições, não havendo um único testamento entre a nossa amostra que nos indique outro tipo de destinatário, que é o que acontece tanto com os nobres como com os clérigos (ver Gráficos 6 e 10), que escolhem já oferecer a outras entidades além das instituições¹⁸⁹. Contudo, este grupo, deixa também livros ou dinheiro a familiares: o que mudará na mentalidade destes

¹⁸⁹ Consultar o anexo VI, em que colocámos as instituições beneficiadas pelos nobres que seguiram carreira eclesiástica ao longo da nossa cronologia.

indivíduos para agora se sentirem compelidos a legar livros a irmãos, sobrinhos ou conhecidos, quando, nos séculos passados, os únicos beneficiados eram as instituições? Há um número semelhante de doações de livros a instituições, particulares e familiares. Se compararmos estes dados com os Gráficos 6 e 10, vemos que este grupo “híbrido” é o mais equilibrado, não havendo uma grande disparidade entre as doações. Esta necessidade de “agradar a todas as partes” contrasta sobretudo com o gráfico 6, da nobreza, uma vez que, como pudemos observar, esta se manteve fiel às instituições.

No caso dos nobres que escolheram seguir uma carreira eclesiástica, observamos a tendência de doarem os seus livros a particulares (confessores¹⁹⁰ ou a pessoas que lhes tenham desempenhado serviços importantes¹⁹¹), a familiares que quisessem seguir uma carreira eclesiástica (ou que fossem já membros do clero¹⁹²) ou àqueles que desejassem prosseguir estudos noutras áreas, como foi o caso de D. Egas Fafes, que doa a Fernando Soeiro, seu sobrinho, uns *Decretos*; ou de D. Sancho Pires de Froilão, que deixa os dois *Digesto* ao seu sobrinho-neto, Fernão Rodrigues Redondo; ou ainda o de D. Pedro Martins, que deixa ao seu sobrinho Pedro Soares os seus livros de medicina, um sobre a natureza (Livro sobre a Natureza e dos Animais) e todos os seus livros *minutos* (talvez por este sobrinho estar já a estudar medicina e os livros serem caros).

Estes exemplos ilustram assim que as relações pessoais passam a ser tão importantes como as relações institucionais. Os livros ganham um valor mais sentimental, passando a ser oferecidos como sinal de reconhecimento, agradecimento ou mesmo com o propósito de educar (ou ajudar a educar) aqueles que nos são mais próximos. Deixam de ter um carácter obrigatório (das doações às instituições) e passam a ser presentes valiosos que se oferecem àqueles que nos são mais queridos, ou que fizeram por nós serviços meritórios. E quando não se dispunha de livros, oferecia-se

¹⁹⁰ D. Egas Fafes doa ao frade Miguel, da Ordem Menor, um dos seus confessores, 10 libras para ajudas com livros (*TEP*, doc. 2.28).

¹⁹¹ D. Sancho Peres de Froilão, de ascendência nobre, dá a João Redondo, filho de Nicolau Pelágio, umas *Decretais*, por serviço que o seu pai lhe tinha prestado. (*TEP*, doc. 7.9).

¹⁹² Como o fizeram, por exemplo, D. Egas Fafes, que doa um *Saltério* ao Padre Lupo, seu sobrinho; ou D. Pedro Mendes, arcebispo de Braga, que doa ao seu sobrinho Domingos Pelágio as suas *Decretais*, que o bispo de Lamego tinha reservadas para ele, uma vez que queria ir para a escola e que as tinha de estudar. Após a sua morte, Domingos deveria devolver estas *Decretais* à Sé de Lamego.

dinheiro aos beneficiários, para que os conseguissem, de alguma forma, comprar ou mandá-los fazer.

Vejamos então agora quais os gêneros mais utilizados entre os nobres e os clérigos com ascendência nobre. Para esta cronologia ocorre o inverso da anterior, sendo que o número mais expressivo são os de clérigos com ascendência nobre, existindo apenas quatro referências a nobres. Assim, pedimos que analisem o gráfico com esse fator em mente, sobretudo porque, como podem observar através do Anexo I (Tabela 1), os livros pelos quais a nobreza se interessava continuavam a estar relacionados com a religião.

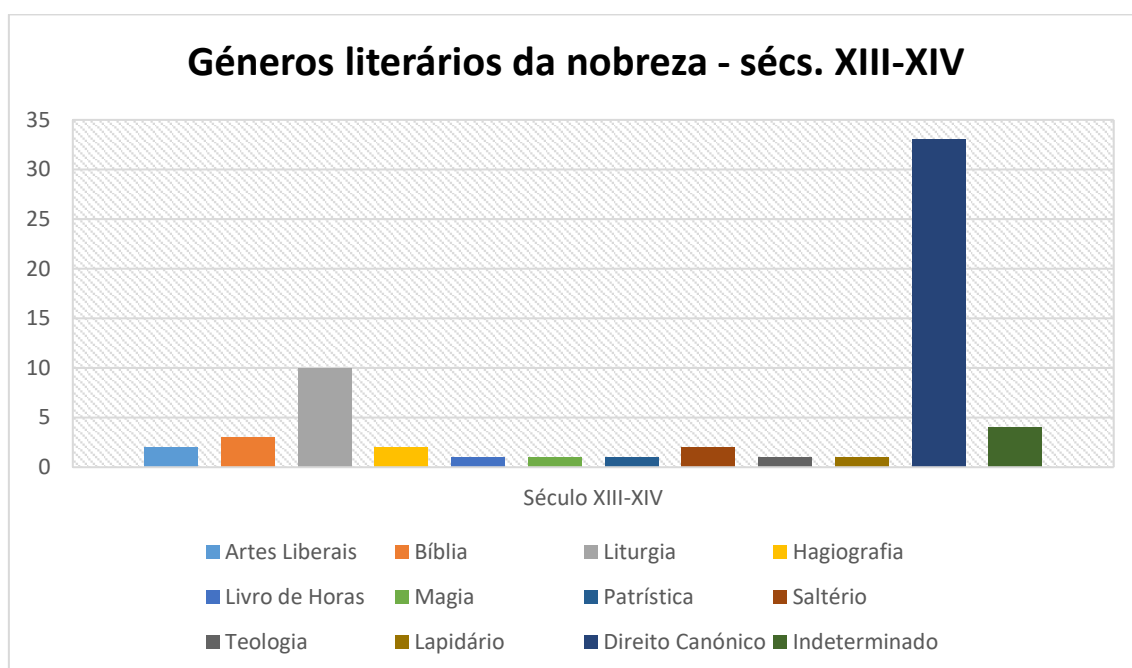


Gráfico 9 – Gêneros literários da nobreza entre os sécs. XIII–XIV

Como pudemos já observar no gráfico 9, para os séculos XIII e XIV, entre os clérigos com ascendência nobre, começa a registrar-se uma alteração de interesses havendo uma gradual passagem da cultura monástica para a cultura escolástica. Os livros de direito canônicos passam a ter, então, maior expressividade numérica, superando todos os outros gêneros literários. Isto vai de acordo com o esperado, uma vez que os eclesiásticos eram letrados e era importante para a sua profissão terem este conhecimento. Não deixa, também, de ser normal que ainda se “consumissem” muitos

livros litúrgicos ou relacionados com a religião católica (hagiografias, livros de horas, bíblias, etc.).

Apresentamos seguidamente o gráfico dos clérigos sem qualquer relação familiar com a nobreza, para melhor evidenciar as diferenças entre os grupos:

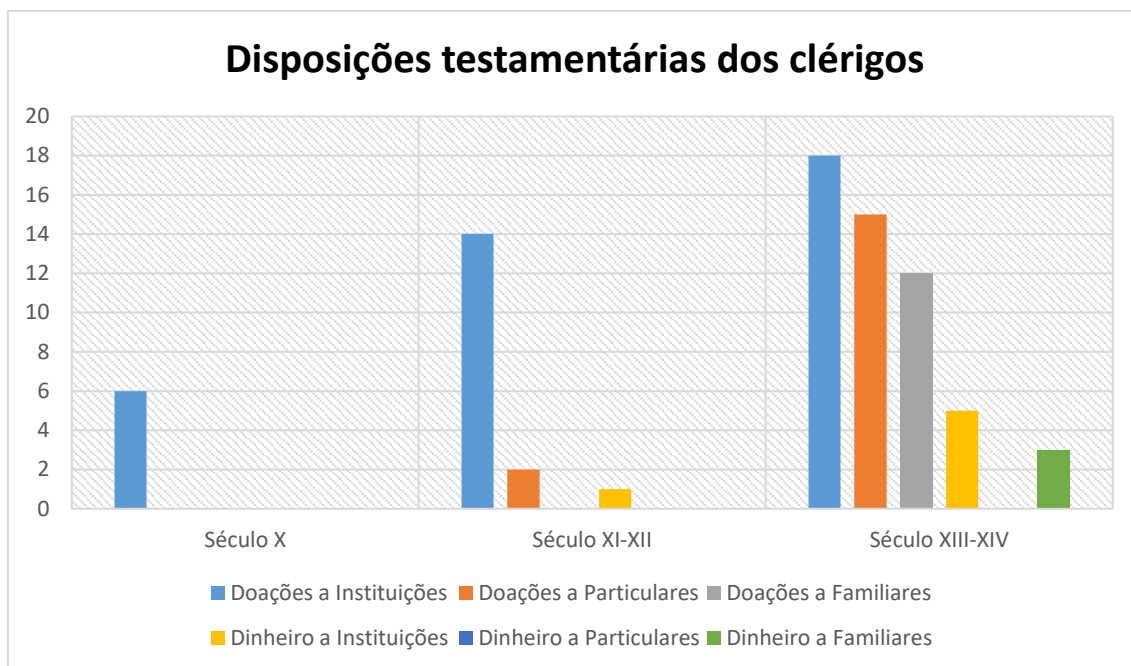


Gráfico 10 - Disposições testamentárias dos clérigos

Nos registos referentes ao século X, o único tipo de doações realizadas pelos clérigos tem como destinatários as instituições (regulares ou seculares) e dizem respeito ao objeto físico, panorama que, ao contrário do que acontece com os clérigos com ascendência nobre (Gráfico 8), muda residualmente durante os séculos XI e XII e radicalmente durante os séculos XIII e XIV. Quem são, portanto, os beneficiários das suas doações? Além das instituições, aumentam significativamente as doações a particulares (como antigos mestres¹⁹³, cónegos conhecidos, amigos próximos, confessores,

¹⁹³ Como é o caso de Gonçalo, mestre, cónego de Coimbra e prior de São Martinho de Montemor-o-Velho, que deixa um Breviário ao mestre Bartolomeu e lhe devolve todos os livros que lhe tinha pedido emprestados (TEP, doc. 2.46).

clientes¹⁹⁴ ou criados¹⁹⁵), que ultrapassam residualmente as ofertas às instituições. Vemos também um novo interesse da sua parte: a vontade de doar livros (ou dinheiro para eles) aos seus familiares¹⁹⁶. Geralmente, estes livros eram oferecidos a parentes que: a) desejassem seguir uma carreira eclesiástica ou fossem já clérigos¹⁹⁷; b) fossem estudantes de medicina ou de direito¹⁹⁸, tal como acontece com o grupo de clérigos com ascendência nobre.

Vemos, portanto, que o grupo da nobreza acaba por ter mais coisas em comum, não com o grupo de “híbridos”, mas com o grupo “oposto” (ou, pelo menos, aquele que inicialmente pensámos que o seria), sobretudo desde o século X ao XII. A diferença mais surpreendente é talvez o facto de os nobres fazerem mais doações de livros às instituições do que o próprio clero, que tende a beneficiar mais as relações familiares ou a rede clientelar. Esta constante passagem dos livros de mão em mão (ou, neste caso, de proprietário a proprietário) é bastante característica da sociedade da época, uma vez que se trata de um objeto muito dispendioso e, como tal, muito apreciado. Assim, os particulares que desejavam seguir estudos universitários em Direito ou Medicina, podiam ter a sorte de receber um livro de algum dos seus parentes. As instituições menos abastadas podiam ser afortunadas o suficiente para receberem livros litúrgicos que lhes permitissem substituir aqueles que já estavam velhos, ou ganhar algum dinheiro através da venda dos mesmos. Outras instituições mais ricas e prestigiadas, encontravam aqui a oportunidade de expandir as suas bibliotecas gratuitamente. Este

¹⁹⁴ Domingos Eanes, arcediogo de Coimbra, doa a Miguel, seu cliente, um livro para que ele celebrasse missas (*TEP*, doc. 2.19). João Martins de Soalhães, cónego de Coimbra e posterior bispo de Lisboa, doa a Martinho João, seu cliente, as suas melhores *Decretais*, um *Códice*, um *Digesto com Aparato* e umas *Sumas*. (*TEP*, 2.35).

¹⁹⁵ Francisco Peres, cónego de Coimbra, doa ao seu criado, frei Vicente, os livros das *Sentenças* e outros que tinha em penhor dos frades Menores (*TEP*, doc. 2.47).

¹⁹⁶ São vários os casos presentes dos *Testamenta Ecclesiae Portugaliae*, mas deixamos aqui o exemplo de João Fernandes, cónego de Braga, que deixa a Martinho Martins as suas *Decretais* (doc. 1.30); ou Domingos, arcediogo de Braga, que deixa ao seu sobrinho Estevão os seus *Digesto* e *Instituta* (doc. 1.9); ou ainda Guilherme de Saint-Géry, que deixa aos seus sobrinhos Pedro e Guiscardo alguns livros que tinha em São Jório, entre os quais estavam códices de direito, duas raras *Decretais* e o *Sexto Livro*, para que eles pudessem estudar as letras. (doc. 2.50).

¹⁹⁷ Conhecem-se casos de doações como a de Pedro Martins, chantre de Coimbra, que pede que se arranjem livros ao filho de Maria Domingues, caso o rapaz alguma vez deseje aprender a ler e queira professar. Maria Domingues era sua consobrinha. *TEP*, doc. 2.53.

¹⁹⁸ *TEP*, doc. 2.50.

ciclo de vida não era apenas inerente aos livros, mas também a outros objetos como roupas, colchões, joias, louça, etc. Tudo era “reutilizável”, ao contrário do que experienciamos hoje em dia, em que tudo é rapidamente substituível e em que os próprios objetos já não apresentam a qualidade que tinham outrora, que lhes permitia perdurar no tempo. Assim, era comum que os proprietários dos livros, ao doarem-nos, referissem, pelo menos, dois futuros proprietários dos seus volumes – D. Egas Fafes afirma que, se ninguém da sua família desejar seguir os estudos, os livros deveriam permanecer nas referidas sés, facilitando a quem o desejasse a respetiva consulta¹⁹⁹; D. João Gonçalves Chancinho que doa uns livros a Pedro Fernandes, determina que à morte deste, os livros devam passar para Estêvão Silves, depois de cujo falecimento, deveriam finalmente seguir para o Cabido de Coimbra²⁰⁰; D. Vicente Mendes doa uma Bíblia a João Alano que, à morte deste, deveria seguir para a Catedral do Porto²⁰¹.

Este cuidado quase carinhoso que alguns proprietários sentiam pelos seus volumes, indicando o percurso que o livro devia seguir muito além das suas vidas, também podia ser espelhado pela proibição imposta aos novos proprietários (fossem eles instituições, familiares ou particulares) de vender ou alienar os volumes – como faz Fernão Anes de Portocarreiro, que proíbe o seu sobrinho de vender, penhorar ou alienar os livros de direito que ele lhe deixara²⁰².

É também claro o aumento da preocupação com a educação, sobretudo por parte do clero (e incluímos aqui os membros do grupo dos clérigos com ascendência nobre). Já fomos dando acima alguns exemplos, mas podemos apresentar mais: D. Pedro Mendes, Arcebispo de Braga, pede para o bispo de Lamego reservar os seus *Decretos* caso o seu sobrinho Domingos deseje ir para a escola (se ele não quiser, os *Decretos* deveriam ficar em Lamego)²⁰³; D. Estêvão Soares da Silva doa a Nuno Gomes Barreto,

¹⁹⁹ *TEP*, doc. 2.28.

²⁰⁰ *TEP*, doc.2.32.

²⁰¹ *TEP*, doc. 7.8.

²⁰² Temos ainda o exemplo do deão de Coimbra, D. Aimerico Crégol, que doa os livros aos sobrinhos e os proíbe de vender ou alienar os seus volumes (*TEP*, doc. 2.52).

²⁰³ *TEP*, doc. 1.4.

de quem tinha cuidado, os seus *Decretos* para que ele os possa estudar (e, à morte deste, estes volumes deveriam ser restituídos à Sé de Braga)²⁰⁴.

Foquemo-nos agora noutro aspeto importante que começa a ser mais mencionado nos testamentos de todos estes grupos: os empréstimos de livros. Não era anormal, como já vimos acima, que as instituições emprestassem livros a pessoas pertencentes à Igreja ou a leigos. Contudo, até século XIII, não existem referências acerca deste processo. Quando nos deparámos com este tipo de designação, esperávamos ver apenas empréstimos entre instituições e particulares²⁰⁵, por isso ficámos surpreendidos quando constatámos que os livros eram emprestados também entre particulares. D. Vataça tinha um livro de lendas de santos, em castelhano, que lhe emprestara D. Maria, mulher de D. Pedro de Castela, e que pede para ser devolvido à proprietária após a sua morte; D. João Gonçalves Chancinho tinha emprestado alguns dos seus livros (não nos revela a quem), e enumera detalhadamente quanto é que estes valiam (talvez para que, à sua morte, as pessoas que desejassem ficar com eles pagassem a justa quantia aos seus herdeiros).

A propósito dos valores dos livros, deixámos no Anexo IV (Tabela 6), uma listagem dos preços que fomos recolhendo entre os documentos por nós consultados. Queremos desde já deixar claro que este não era um assunto que pensávamos abordar inicialmente, uma vez que não calculávamos encontrar este tipo de informação. A segunda advertência que fazemos é para a complexidade da análise deste tipo de parâmetro, uma vez que ao longo da Idade Média existiram diferentes moedas e que o seu valor real e facial não coincidia, estando constantemente a ser modificado²⁰⁶. É também mais complicado comparar valores quanto mais distantes no tempo eles estiverem de nós. Assim, por não desejarmos ofender aqueles que se dedicam a estudar esta matéria, e por nos faltar a nós o conhecimento suficiente acerca do assunto, apresentaremos apenas uma tabela dos preços²⁰⁷ com o mesmo objetivo que Iria

²⁰⁴ *TEP*, doc. 1.10.

²⁰⁵ Como acontece com D. Mafalda, por exemplo, que tinha na sua posse uma Bíblia que Alcobaça lhe tinha emprestado.

²⁰⁶ Recomendamos a leitura do trabalho de Sérgio Carlos Ferreira acerca dos Preços e Salários em Portugal na Baixa idade Média (2007).

²⁰⁷ Anexo IV.

Gonçalves teve, em 1987, ao publicar as tabelas de preços referentes aos livros municipais de receitas e despesas do Porto²⁰⁸: o de divulgar os valores, para que aqueles que desejarem estudar esta vertente mais económica, encontrem o seu trabalho um pouco mais facilitado com esta compilação.

A tabela que deixamos em anexo (IV) foi compilada com informações pertencentes à totalidade dos testamentos, sem qualquer divisão entre clérigos e nobres. Não possuímos qualquer referência monetária para os séculos X e XI, sendo, portanto, toda a informação recolhida referente aos séculos XII, XIII e XIV. É também curioso observar que nenhum nobre vendeu os seus livros, sendo esta uma prática exclusiva do clero (incluindo aqueles que tinham ascendência nobre), havendo 12 documentos que mencionam a vontade do testamentário em vender os seus volumes.

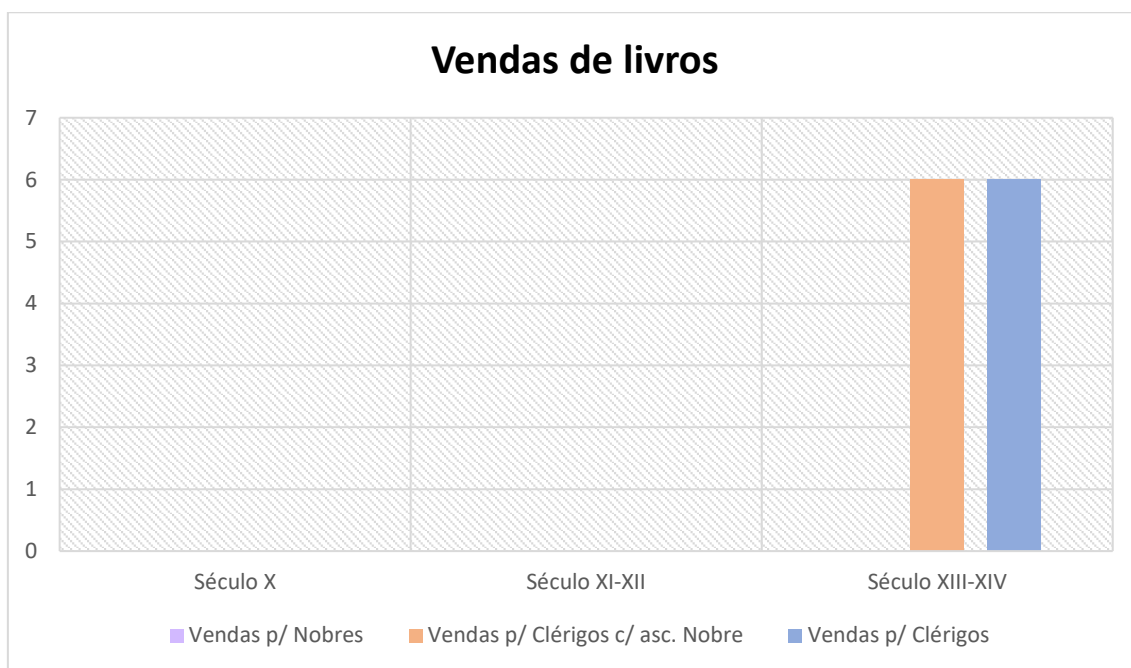


Gráfico 11 – Vendas de livros

²⁰⁸ Cf. GONÇALVES, Iria – As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV. Porto: Câmara Municipal do Porto. Coleção “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. XLV, 1987.

Começemos por falar de valores que não constam dessa tabela por não mencionarem os livros (nos documentos aparece apenas a designação generalizada “*libros*”), somente o valor deixado pelo testamentário.

A primeira conclusão, e talvez aquela mais simples de tirar, é que se podia conseguir um livro por praticamente qualquer preço, desde que abertos à ideia de obter um exemplar de fraca qualidade, ou se dispostos a mandar copiar o livro (algo que para o clero, como já vimos, é bastante comum e até mesmo natural).

Devemos confessar que a princípio, a doação de Nuno Forjaz, datada de 1191, nos deixou-nos de pé atrás, uma vez que este indivíduo doa à Igreja de São Jacob dois morabitanos para que esta instituição fizesse um livro.

Esta quantia pareceu-nos demasiado baixa, sobretudo se a compararmos aos outros valores apresentados na tabela para outros títulos. Contudo, a nossa surpresa aplacou-se depois de lermos o testamento de Estêvão Eanes de Vasconcelos, que doa, em 1267, várias quantias diferentes a diversas instituições, dando-lhes a opção de gastar o valor por ele doado em livros ou em cálices²⁰⁹. O montante vai desde dois a dez morabitanos. Ficamos também a saber, graças a tê-lo mencionado no seu testamento, que era possível fazer um Saltério por dois morabitanos e meio; ou comprar um por quinze morabitanos. Assim, foi-nos mais fácil perceber que as quantias dos testamentos de Pedro Peres²¹⁰ (1215) e de Gonçalo Gonçalves²¹¹ (1232) estavam dentro do normal para a época, até porque havia vários livros que se podiam fazer ou comprar por um preço relativamente semelhante: como podemos ver na tabela, Mateus Domingues, em 1239, dá seis morabitanos a uma igreja para que façam um Livro *Lectionarum*. D. Afonso Henriques doa 1dez morabitanos à Sé de Coimbra para um *Novo Testamento*. Châmoa Gomes dá a duas mulheres, em compensação pelos serviços que lhe fizeram, 12

²⁰⁹ Lega à igreja de São João de Concieiro dez morabitanos para que comprem um livro ou um cálice; lega à igreja de São Jacob de Caldelas cinco morabitanos para que façam um livro ou um cálice; lega à igreja de Lias cinco morabitanos para que comprem um livro ou um cálice; Lega à igreja de São João de Brito seis morabitanos para que comprem ou façam um cálice ou um livro; lega à igreja de Santa Maria da Pousada dois morabitanos e meio para um livro ou para um ornamento para o altar; lega à igreja de São Clemente de Sande dois morabitanos e meio para um livro ou ornamentos.

²¹⁰ Doa a duas igrejas dez morabitanos a cada uma para que possam fazer livros.

²¹¹ Doa cinco morabitanos à igreja de São Miguel de Castelo para que fizessem um livro.

morabitanos a cada uma, para que ambas comprassem um *Breviário* (que, de acordo com o que vimos anteriormente, pode indicar um aumento da literacia feminina).

Outro dado que nos chamou a atenção foi a enorme disparidade de preços entre os livros litúrgicos e alguns livros de direito (canónico e civil), que eram, regra geral, bastante mais dispendiosos. Enquanto um *Saltério* em ótimo estado, em 1322, vale 15 libras²¹², um Decreto pode rondar entre as 100 e as 200 libras; e um *Digesto Novo* entre as 60 e as 150 libras. Claro que estes valores dependem do estado do livro, do material utilizado e talvez mesmo da lei da oferta e da procura. Foi sobretudo através do testamento de João Gomes (1322) que nos apercebemos destes pormenores, uma vez que o documento apresenta uma lista muitíssimo longa de livros que ele deseja vender, assim como os preços e os intervalos dos mesmos, justificando-os muitas vezes pelo estado dos livros. Ainda assim, houve preços que nos surpreenderam, como aquele que apresenta para um Decreto (no singular), usado e emendado, cujo preço estimado é entre 150 e 160 libras, acrescentando ainda que, caso fosse novo, poderia pedir por ele 300²¹³. No testamento de D. Egas Fafes, anterior a este cerca de 50 anos, o bispo dá 100 libras ao seu sobrinho para que ele mande fazer um volume dos *Decretos*. O que poderemos concluir desta diferença, sobretudo se desconhecemos se houve alteração no valor da moeda e, havendo, como é que ela se manifesta?

Por isso mesmo, não nos é lícito retirar desta tabela mais conclusões, restando-nos apenas aguardar que indivíduos mais capacitados consigam fazer aquilo que nós não conseguimos: analisar as variações dos preços, as “conversões” entre os vários tipos de moeda e perceber se o preço dos livros se manteve estável ou oscilou no tempo.

Em geral, os livros são vendidos com o intuito de doar o dinheiro conseguido a outras instituições (para que comprassem livros que lhes fossem mais necessários, por exemplo²¹⁴); para pagar dívidas acumuladas em vida; ou ainda para ajudarem os pobres. D. Estêvão Soares da Silva, que mandou vender um *Códice*, os *Instituta* e umas *Decretais*,

²¹² No seu testamento, João Gomes reitera que este livro está em perfeito estado e que foi escrito numa letra muito boa.

²¹³ *TEP*, doc. 2.54.

²¹⁴ Pedro Moniz, clérigo, doa em 1262 umas *Digesto Velhas* à igreja de Sacavém para que as vendam e invistam o dinheiro nessa mesma instituição.

estipula que o dinheiro conseguido por elas deveria ser usado para fazer livros eclesiásticos mais necessários ao coro de Braga. D. Martinho Pires de Oliveira, chantre do Porto, manda vender os livros necessários para que se cumprisse o seu testamento. D. Egas Lourenço Barroso manda vender vários livros para que o dinheiro revertesse para os pobres²¹⁵.

Para terminarmos esta nossa exposição, resta-nos apenas abordar dois assuntos: o primeiro respeita às instituições beneficiadas pelo património bibliográfico dos nobres. Compilámos uma lista de todas aquelas instituições que nos foram aparecendo nos seus testamentos, e outra com as instituições favorecidas pelos clérigos com ascendência eclesiástica (Anexo III, tabela 4).

O segundo é relativo à documentação que não tinha data e aquela que não referia a profissão ou o estatuto social do testamentário.

Os documentos sem data só foram considerados nos Gráficos 1 e 2. O primeiro que desejamos apresentar é o de D. Mónio. Este é o nosso único documento de um nobre que não possui data. Sabemos quem é a sua avó (Adosinda) e o seu pai (Odrozia). A princípio pensámos que pudesse ter sido Monio Osorez, mas no trabalho de Calderón Medina e Ferreira²¹⁶ não aparecia qualquer referência quer ao seu testamento, quer à sua avó. O seu testamento é, contudo, bastante completo no que toca a livros: doa à igreja de Santa Maria de Ribeiros um *missal misto com um oficial*, outro *missal*, uma *homilia*, um *Saltério* com um *Coletâneo*, um *Diálogo*, um *Martirologio*, um *Breviário* e outro *Saltério “godego”*.

O segundo é o de Mestre M., que doa à Sé de Coimbra uma arca com os seus livros. Como vimos anteriormente, as arcas eram objetos muito valiosos, mesmo que doados sem recheio (o que era frequente). Eram um local onde se podiam guardar uma miríade de artigos importantes, fossem eles roupas, joias, livros ou documentos particulares.

²¹⁵ ADB, Livro 1 de Testamentos, n.º 59; (1519 – Arquivo Distrital de Braga, Gaveta dos Testamentos, n.º 20). Também o Mestre João (TEP, doc. 2.20), manda que os seus livros sejam vendidos e que o dinheiro conseguido fosse dado aos pobres. O mesmo acontece com Pedro Martins, chantre de Coimbra, que pede que Vasco Pedro, seu cliente, venda alguns dos livros com o mesmo fim (TEP, 2.53).

²¹⁶ Calderón Medina, Inés; Ferreira, João Paulo Martins – Os senhores de Cabreira e Ribeira: um estudo sobre a sua origem e transcendência peninsular (séculos XII-XIV). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013. Revista Portuguesa de História, n. 44.

Relativamente à documentação sobre a qual não conseguimos averiguar quaisquer dados, deixámos em Anexo (I, Tabela 3) uma listagem com os seus nomes, em que podemos observar também a tipologia das suas doações.

Conclusão

Há ainda um longo caminho a percorrer para conseguirmos apurar a profundidade da influência da nobreza na constituição do património bibliográfico das várias instituições eclesiásticas portuguesas, uma vez que permanece ainda muita documentação por trabalhar nos arquivos portugueses (como afirmámos acima, para esta dissertação, usámos apenas fontes publicadas), que merecendo a nossa atenção e de todos os historiadores que se dedicam à investigação. Contudo, esperamos que este trabalho tenha contribuído para novas percepções acerca dos percursos do livro, dos seus proprietários e do seu valor (emocional, real e nominal). A verdade é que este trabalho permitiu-nos conhecer parte dos livros que integravam as bibliotecas da nobreza portuguesa medieval, o que colmata parcialmente a inexistência de inventários durante este período – ainda que só conheçamos estes livros no seu momento de saída das respetivas bibliotecas, é graças ao relato destas transações que ficamos a conhecer de onde vêm e para onde ou para quem vão os livros.

O facto de, aproximando-se a morte, as bibliotecas privadas serem doadas, não significa que o livro não fosse um objeto querido da nobreza. Sendo um objeto de luxo, o livro acabava por ter, além do valor económico, um valor sentimental, que justifica a sua doação tanto às instâncias eclesiásticas (que, além destas serem repositórios de cultura, eram também locais que asseguravam o bom tratamento e cuidado com este objeto)²¹⁷, como a outros particulares próximos (à partida, as doações são feitas a pessoas com quem existia uma relação, fosse ela familiar ou social).

Apesar de termos encontrado documentação que regista as contribuições da nobreza para a formação do património bibliográfico das instituições eclesiásticas regulares e seculares medievais, temos a certeza de que permanecem muitos aspetos que não são referidos nos documentos. Por exemplo, tal como acontece ainda hoje, muitos particulares doam bens em vida que não chegam nunca a integrar os seus testamentos. Pensamos que os livros passam ter sido um desses objetos que são

²¹⁷ Nascimento, 2012, p. 297

oferecidos e movimentados à sombra da produção documental. Há vários motivos que nos permitem tirar esta conclusão.

O primeiro, e talvez o mais simples de apresentar, são as arcas. Em vários testamentos são mencionadas arcas, que, como vimos, eram um dos lugares favoritos para guardar livros. Ainda assim, raras foram as vezes em que se descreveu o conteúdo dessas arcas, e podia dar-se o caso de haver livros aí guardados que não foram discriminados – ainda assim, nas arcas guardavam-se vários tipos de bens, sendo que a arca podia ser doada pelo seu valor intrínseco – o de ser um espaço de arrumação.

O segundo fator é a possibilidade de o livro ser um daqueles objetos que apenas é mencionado quando o percurso “natural” da sua herança não iria ser seguido. Vamos tentar explicar melhor esta ideia: como já vimos, durante a nossa cronologia o património era dividido por todos os herdeiros, daí que fosse tão importante descrever pormenorizadamente a sua divisão, sublinhando bem quem receberia o quê. Contudo, os livros são mencionados sobretudo quando são transmitidos a destinatários que não estão na linha de sucessão direta (sobrinhos, irmãos bastardos, pessoas amigas, funcionários, instituições). Depois de lermos alguns testamentos que mencionavam a proibição dos livros abandonarem a casa dos seus proprietários, esta ideia ganhou raízes²¹⁸. Poderia acontecer que os livros, fazendo parte do recheio da casa, passassem “automaticamente” para o herdeiro da habitação? Se assim fosse, isto justificaria a respetiva ausência em muitos dos testamentos, porque era algo inerente à ordem da vida.

Outro fator que pode explicar o silêncio documental, é também o facto de os livros de um mesmo proprietário serem guardados em diferentes pontos geográficos: um bispo que mudasse de diocese não levava necessariamente todos os seus pertences consigo; tal como um nobre não levava consigo todos os objetos que tinha em casa quando partia para acompanhar a corte. Se pensarmos bem, é a mesma lógica que se aplica hoje em dia: quando vamos passar férias para qualquer lado não levamos todos

²¹⁸ Como o faz João Vicente, Arcediago da Sé de Braga e Cónego de Évora, afirmando que as suas Decretais devem ficar para sempre em sua casa e caso houvesse alguém da sua família as desejasse consultar, que os deixassem, mas que passados quatro anos o livro deveria ser devolvido (*TEP*, doc. 1.48).

os livros das nossas estantes connosco; se nos mudarmos para outro país, há muitas coisas que não conseguimos levar e que deixamos em casa dos nossos pais ou de outros familiares. Se transportar os livros connosco não é prático hoje em dia, imaginemos durante a Idade Média. Além de que seria provavelmente bastante dispendioso, se considerarmos que as deslocações eram mais demoradas e menos confortáveis. Por essa razão, o património acabava por ficar distribuído um pouco por toda a parte, até porque os livros não eram um bem de primeira necessidade. Foi-nos possível tirar estas conclusões sobretudo depois de consultarmos os documentos pertencentes a clérigos, que, por vezes, enumeravam os locais em que tinham guardados livros seus²¹⁹. Esta dispersão dos locais em que se guardavam os livros acaba por se agravar também no momento de doar esses objetos. Assim, em vez de um proprietário ter apenas uma “biblioteca”, tinha várias; e ao fazer a disposição dos seus bens, estas fragmentavam-se mais ainda, porque raras eram as vezes em que era apenas uma instituição ou um particular recebiam os livros, havendo sim vários destinatários.

Mais complexo que ter os livros conscientemente guardados em vários locais, era tê-los emprestados²²⁰ ou pedidos em empréstimo²²¹. Sobretudo porque era possível nunca mais voltar a ver os livros cedidos – e isto era tanto um problema para as instituições como para os particulares, que perdiam património. Podemos assumir que muitas pessoas se esqueciam que tinham pedido livros ou que os tinham emprestado²²², em lugar de assumir o pior (que seria o desvio propositado desse património). Ainda assim, pode ter acontecido que, à falta de registos de empréstimos, muitos livros tenham circulado sem que nós algum dia o venhamos a saber.

²¹⁹ Guilherme Saint-Géry (*TEP*, doc. 2.50) menciona no seu testamento que tinha livros guardados na casa do seu pai em São Jório (Sancti Jorri) e que esses deveriam aí permanecer.

²²⁰ Domingos Peres Vinagre doa a Miguel Domingues umas *Decretais* que estavam nesse momento na posse do Mestre Domingos (*TEP*, doc. 1.38).

²²¹ Estêvão Soares avisa no seu testamento que se um livro que ele está a doar pertencer à Sé, então que seja afinal devolvido a essa instituição (*TEP*, 1.29). D. Martinho Pires de Oliveira pede que sejam devolvidos á igreja de Braga os livros que tinha em sua posse. (*TEP*, 1.42); e Fernando Martins, deão da Guarda, menciona que há um livro em sua posse que deveria ter pertencido ao bispo de Évora e que deveria voltar para essa Sé, para que outros pudessem fazer uso dele (*TEP*, doc. 4.2).

²²² D. Aires Vasques, Bispo de Lisboa, pede que se encontrem as suas *Juri Raciones*, que se encontravam em sua posse, as devolvam ao seu consobrinho. (*TEP*, doc. 6.1).

Ainda sobre o assunto das movimentações de livros, devemos referir que encontrámos vários testemunhos de passagem de livros (ou dinheiro para livros) entre membros do clero secular para o regular²²³, e uma constante preocupação em doar às Igrejas livros ou dinheiro para os mesmos, de forma a que conseguissem praticar os seus rituais litúrgicos. Curiosamente, observámos que, quando os livros passam de um indivíduo para a posse de outro, por vezes é-nos possível seguir o seu rasto e conhecer um pouco mais acerca do seu passado ou do seu futuro²²⁴. Contudo, quando o livro passa de um particular para uma instituição, torna-se complicado acompanhar o seu percurso daí em diante²²⁵. Chegar a estas diferenças só nos foi possível porque decidimos utilizar os documentos referentes ao clero como um elemento comparativo – os três grupos (clero, nobreza e clérigos com ascendência nobre) eram tão diferentes que achámos por bem contrastá-los sempre que possível, até porque não há nada melhor para perceber as características de um elemento do que o descrever e comparar com outro(s), sempre que tal for possível.

Assim, damos por concluído o nosso trabalho, ainda que com a perfeita consciência de que há ainda um longo caminho a percorrer. Esperamos prosseguir nesta via, seja com a ajuda de investigadores mais experientes; ou inspirando novos investigadores a juntarem-se a nós.

A quantidade de informação que conseguimos retirar da documentação por nós consultada voltou a reacender um desejo que temos desde o início do nosso percurso académico – preparar uma História do Livro em Portugal²²⁶ (ou contribuir para a preparação). Muitos dos nossos vizinhos europeus dedicam-se há décadas ao estudo

²²³ Do inverso já não encontrámos nenhum documento.

²²⁴ Lembramos o caso de Estêvão Soares (*TEP*, doc. 1.28), que tinha umas *Decreta* que tinham sido de Pedro Julião; ou o caso de D. Aimerico de Crégol, deão de Coimbra, que doas alguns livros a Guilherme de Saint-Géry, seu sucessor, e este, por sua vez, doa-os à linhagem masculina da sua família. (*TEP*, doc. 2.50 e 2.52); e ainda Geraldo Pais, que tinha umas *Decretais* que lhe tinham sido oferecidas pelo bispo Domingos e antes deste tinham sido do bispo Bartolomeu (*TEP*, 8.2)

²²⁵ Isto pode dever-se ao facto de termos perdido inúmeros inventários que nos permitiriam conhecer o património das instituições.

²²⁶ Anselmo de Oliveira Soares escreveu vários livros e artigos que se focam na história dos incunábulo e do livro impresso, que se focam em cronologias posteriores à nossa, mas que não deixam de ser extremamente relevantes e importantes para a História do Livro. Este Professor lecionou ainda uma unidade curricular acerca desta temática (focada no livro impresso) na Universidade de Coimbra.

deste objeto, organizando encontros, publicando artigos e escrevendo obras, unindo esforços para compilar a informação em volumes de história geral, que acabam por nos conduzir a trabalhos mais focalizados em determinada temática ou período. Estas obras gerais são elementos preciosíssimos que servem de fio condutor a futuros investigadores e que ao mesmo tempo saciam a sede dos mais curiosos.

Existem em Portugal trabalhos gerais, coletâneas e inventários (como a *Clavis Bibliothecarum*, os *Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra*, ou o *Inventário dos Códices Alcobacenses*, para mencionar apenas alguns), mas continua a faltar uma obra geral, que permita dar a conhecer o panorama abrangente da evolução do livro em Portugal ao longo dos nossos vários séculos de história – entra aqui o desejo apresentado no nosso capítulo das Fontes, de criar uma equipa interdisciplinar que se dedique a esta investigação e estudo. Esperamos ter aliciado alguns bibliófilos e inspirado investigadores apaixonados por esta temática a unirem-se e a tentarem criar uma plataforma de informação unificada que facilite o estudo e investigação do livro em Portugal.

Encerramos, assim, este capítulo sem saber quão longe estamos do fim, mas esperando continuar a contribuir para a escrita da história de tão precioso objeto.

Referências Bibliográficas

Fontes Impressas

AMARAL, Luís Carlos, coord. – *Diplomata et Chartæ – Chartularia*. Livro de Mumadona – Cartulário do Mosteiro de Guimarães – Edição crítica. In PORTVGALIAE MONVMENTA HISTORICA. A Sæcvlo Octavo Post Christum Vsque Ad Qvintvmdecimvm Ivssv Academiæ Scientarvm Olisiponensis Edita. 1.ª ed. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2016. ISBN 978-989-8647-77-1., n.s., vol. VII.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Mosteiro de Arouca: do século X ao século XIII*. 2ª ed. Arouca: Câmara Municipal, 1988. Apêndice.

COSTA, Avelino Jesus – *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI*. Coimbra: 1983.

DOCUMENTOS MEDIEVAIS PORTUGUESES. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1945-1980. v. III e IV.

DURAND, Robert – *Le cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI-XIII siècles)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1971.

FERNANDES, A, de Almeida – *Taroucae Monumenta Histórica, Livro das doações de Tarouca*. Tarouca: Câmara Municipal, 1991-1993, vol. I e II.

GÓIS, Damião de – *Livro de linhagens de Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 2014.

LOPES, Filipa da Silva – *Diplomata et Chartæ – Chartularia*. Livro dos Testamentos do Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa: edição crítica. Nova série. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2015.

MARQUES, José – *O cartulário do Mosteiro de Fiães*. Melgaço: Câmara Municipal de Melgaço, 2016. Vol.1.

MATTOSO, José – *Livros de linhagens do Conde D. Pedro*. Nova série. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa, coord. – *Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2010.

NASCIMENTO, Aires A.; FERNÁNDEZ CATÓN, José M. (eds.) – *Liber testamentorum coenobii laurbanensis* (estúdios). León: Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», 2008, 792.

PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – “*Pela morte se conhece um pouco da vida*”. *A propósito do testamento de Dona Châmoa Gomes de Tougues, fundadora do mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios*. p. 219-233

RAMOS, Claudia Maria Novais Toriz da Silva – *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães: ca. 950-1250*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1991.

RÊPAS, Luís Miguel – *Quando a nobreza traja de branco: a comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*. Leiria: Magno, 2003. Apêndice.

RODRIGUES – Manuel Augusto, coord. – *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.

SILVA, Filomeno Amaro Soares da – *Cartulário de D. Maior Martins: século XIII*. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; PINA, Isabel Castro [et al.] – *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

TAROUCA, Carlos da Silva – *Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*. Vila do Conde: Associação Comercial e Industrial, 1986. sep. de *Arqueologia e História*, 8ª Série, vol. IV, 1947.

VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha – *O Testamento de D. Pedro Martins, bispo de Coimbra, e as suas relações de parentesco com a aristocracia medieval coimbrã*. *Lusitania Sacra*, 39 (2019).

Fichas do arquivo do Professor Doutor José Augusto de Sottomayor-Pizarro

Bibliografia

AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV: estudo de gestão agrária*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

AVENOZA, Gemma – Codicología: estudio material del libro medieval. In DOMÍNGUEZ HERNANZ, Ramiro (Ed.) – *La producción del libro en la Edad Media. Una visión interdisciplinar*. Madrid: Cimapress, 2019.

BARREIRA, Catarina Fernandes – Manuscritos universitários para o estudo da Teologia na livraria do Mosteiro de Alcobaça. *Lusitania Sacra*, nº. 33 (2016).

BECEIRO PITA, Isabel – *Libros, lectores y bibliotecas en la España medieval*. Murcia: Nausícaä Edición, 2007.

_____ El contacto con el libro de la nobleza peninsular bajomedieval In Discurso, memoria y representación: La nobleza peninsular en la Baja Edad Media. XLII Semana de Estudios Medievales. 21-24 Julio 2015.

BELL, Susan Groag – Medieval Women Book Owners: Arbiters of Lay Piety and Ambassadors of Culture. *Signs*, nº 7: 4, (1982).

BELL, David N. – Monastic Libraries 1400-1557. In HELLINGA, L.; TRAPP, J. B. (Eds.) – *The Cambridge History of the Book in Britain*. Cambridge: University Press, 1999. Vol. III, p. 229–254.

BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I: o filho do fundador*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.

BURINGH, Eltjo; ZANDEN, Jan Luiten van – Charting the “rise of the west”: Manuscripts and printed books in Europe, a long-term perspective from the sixth through eighteenth centuries. *Journal of Economic History*, nº 69: 2, (2009).

CARVAJAL GONZÁLEZ, Helena – Bibliofilia y poder: el mecenazgo librario femenino en las cortes hispanas medievales. In GARCÍA-FERNÁNDEZ, Miguel; CERNADAS MARÍNEZ, Sílvia (Eds.) – *Reginae Iberiae: El poder regio femenino en los reinos medievales peninsulares*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2015, p. 301–323.

CÁTEDRA, Pedro M. – Lectura femenina en el claustro (España, siglos XIV-XVI). In COURCELLES, Dominique de; VAL JULIÁN, Carmen (Eds.) – *Des femmes et des livres: France et Espagne, XIV^e-XVII^e siècle*. Paris: Publications de l'École nationale des chartes, 1999, p. 7–53.

CLANCHY, Michael – *From memory to written record: England (1066-1307)*. 3rd ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *O mosteiro de Arouca. Do século XI ao XIII*. Arouca: Câmara Municipal de Arouca, 1988.

_____ VENTURA, Leontina – Os bens de Vataça: visibilidade de uma existência. *Revista de História Das Ideias*, 9, p. 33–77 (1987).

COSTA, Avelino Jesus – *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI*. Coimbra: 1983.

COSTA, Marta Sofia – A construção da memória como instrumento de legitimação do presente: em torno da Crónica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó de D. Marcos da Cruz (século XVII). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016. Dissertação de mestrado em História e Património (Mediação Patrimonial).

DAHL, Svend – *La historia del libro*. Madrid, 1972

DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte*. Mem Rodrigues: Círculo de Leitores, 2006

ESCOLAR, Hipólito – El libro en el reino visigodo. In ESCOLAR, H. (Ed.) – *Historia ilustrada del libro español: los manuscritos*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1993.

_____ El libro alto-medieval en los reinos cristianos. In ESCOLAR, H. (Ed.) – *Historia ilustrada del libro español: los manuscritos*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1993.

FAULHABER, Charles B. – *Libros y bibliotecas en la España medieval. Una bibliografía de fuentes impresas*. Grant & Cutler Ltd. 1987

FERNANDES, Hermenegildo – *D. Sancho II: tragédia*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.

FUENTES, M. J. S. – Tiempo de leer y escribir: el “scriptorium”. *Codex Aquilarensis: Cuadernos de Investigación Del Monasterio de Santa María La Real*, 6 (1992).

GIER, Albert – Reflexiones preliminares sobre unos centros de la literatura hispánica en la Edad Media. *Actas Del I Congreso de La Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, 1988.

GIURGEVICH, Luana; LEITÃO, Henrique – *Clavis bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*. Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016.

GOMES, Saul António – *In limine conscriptionis: documentos, chancelaria e cultura em Santa Cruz de Coimbra - séculos XII a XIV*. Viseu: Palimage, 2007.

GUIJARRO, Susana – Libraries and Books used by cathedral clergy in Castille during the thirteenth century. *Hispanic Research Journal*, 2:3 (2001) 191–210.

GUTIÉRREZ GARCÍA, Santiago; LORENZO GRADÍN, Pilar – *A literatura artúrica en Galicia e Portugal na Idade Media*. Santiago de Compostela: Universidade, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 2001.

KERSEY, Shirley – Medieval education of girls and women. *Educational Horizons*, 58:4 (1980) 188–192.

MARQUES, José – Livrarias de mão no Portugal medievo. In SOTO RÁBANOS, J. M. (Ed.) – *Pensamiento Medieval Hispano*. Madrid: 1998. Vol. 1.

_____ Desconhecidas instituições culturais portuguesas: alguns scriptoria cistercienses. Separata de *Bracara Augusta*, 39:87-88 (1985).

MARTIN, Henri-Jean – L’histoire du livre. De la tentation d’une histoire globale à une reflexion sur les systèmes de communication. *Cultura*, 21 (2005) 15–26.

MATTOSO, José – Religião e cultura na Idade Média portuguesa. In *Col. Temas Portugueses*. Lisboa: IN-CM, 1982.

_____ A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.

_____ *O monaquismo ibérico e Clunny*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.

_____ *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

_____ SOUSA, Armindo de – História de Portugal: a monarquia feudal (1096-1480). In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. Vol. II.

MEIRINHOS, José – Os beneditinos e a cultura do livro: leitura e artes liberais na Idade Média. Atas do III Seminário Internacional Ora et Labora Em Refojos de Basto: Especialidades, Materialidades, Espiritualidades, 2018.

MELLOT, Jean Dominique – Histoire du livre. Points de vue sur l'évolution d'une discipline. *Cultura*, 21 (2005) 27–42.

MILLARES CARLO, Agustín – Introducción a la historia del libro y de las bibliotecas. México, 1971.

MIRANDA, José Carlos Ribeiro – Os trovadores e a região do Porto: em torno do rapto de Elvira Anes da Maia. Porto: 1996.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas, séculos XIII a XV*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2001.

NASCIMENTO, Aires – Marginalidade e integração: o projecto codicológico como indício da recepção do texto. *Actas Del I Congreso de La Asociación Hispánica de Literatura Medieval*. Santiago de Compostela: Promociones y Publicaciones Universitarias, S.A, 1988.

_____ Meirinhos, José – Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1997.

_____ Novos fragmentos de textos portugueses medievais descobertos na torre do Tombo: horizontes de uma cultura integrada. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

_____ Ler Contra o Tempo: condições dos textos na cultura portuguesa (recolha de estudos em Hora de Vésperas). Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2012. Vol. I.

_____ O scriptorium de Alcobaça: o longo percurso do livro manuscrito português. Alcobaça: 2018.

OLIVEIRA, António Resende de – A Mulher e as origens da cultura trovadoresca. In *A Mulher Na Sociedade Portuguesa. Actas Do Colóquio de Coimbra*, 1986.

_____ A cultura da nobreza (sécs. XII-XIV). Balanço sem perspectivas. *Medievalista*, 3:3 (2007).

PAREDES NÚÑEZ, Juan – Los nobiliarios portugueses medievales (importancia histórica y literaria). In *Actas del I Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura*

Medieval, Santiago de Compostela. Santiago de Compostela: Promociones y Publicaciones Universitarias, S.A, 1988.

PIANTA, Lucas Tubino – Scriptoria: prática, espaços e disciplina de (re)produção do saber na Idade Média. *Rizoma*, 4:1 (2019).

RÊPAS, Luís Miguel – O mosteiro de Arouca no contexto da expansão de Cister feminino em Portugal no século XIII. *Cistercium*, LI:217 (1999).

_____ Quando a nobreza traja de branco: a comunidade cisterciense de Arouca durante o abadesado de D. Luca Rodrigues (1286-1299). Leiria: Magno, 2003.

_____ As Abadessas cistercienses na Idade Média: Identificação, caracterização e estudo de trajectórias individuais ou familiares. *Lusitania Sacra*, 2:17 (2005).

RUSSELL, Peter – *Henrique o Navegador*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004

SÁNCHEZ MARIANA, Manuel – El libro en la Baja Edad Media. Reino de Castilla. In ESCOLAR, H. (Ed.) – *Historia ilustrada del libro español: los manuscritos*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1993.

SANTOS, Maria José Azevedo dos – As condições técnicas e materiais da cópia de manuscritos na Idade Média. In *Santa Cruz de Coimbra: A cultura portuguesa aberta à Europa na Idade Média*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 2001.

SILVA, Maria João de Oliveira e – SCRIPTORES ET NOTATORES: A Produção Documental da Sé do Porto (1113-1247). Porto: Universidade do Porto, 2006. Tese de Mestrado em História Medieval e do Renascimento.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – Os patronos do Mosteiro de Grijó: evolução e estrutura da família nobre - séculos XI e XIV. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1995.

_____ – *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Porto: 1997. 2 vols.

_____ Linhagem e estruturas de parentesco . *E-Spania* [Online], 11 | juin 2011, posto online no dia 06 junho 2011. [Consult. 20 mar. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://journals.openedition.org/e-spania/20366>>

_____ A Chefia da Linhagem Aristocrática (sécs. XII-XIV). Reflexões em torno de uma prática idealizada. *Studia Zamorensia*, XII (2013).

_____ *D. Dinis*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.

_____ Monjas e Filhas d'Algo – a aristocratização do monacato feminino (Sécs. XIII-XIV). In Livro do X Encontro Cultural S. Cristóvão de Lafões – Ao encontro de Histórias e Patrimónios Monásticos (Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 16-17 Maio de 2014), São Cristóvão de Lafões, Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2015, pp. 27-38.

VENTURA, Leontina – A Nobreza de Corte de Afonso III. Faculdade de Letras de Coimbra, 1992. 2 v.

_____ COELHO, Maria Helena da Cruz – Os bens de Vataça. Visibilidade de uma existência. *Revista de História e das Ideias*, 9 (1987).

_____ *D. Afonso III*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.

_____ OLIVEIRA, António Resende de – Os livros do rei: administração e cultura no tempo de D. Afonso III. *Boletim Do Arquivo Da Universidade de Coimbra*, XXV (2012).

VILAR, Hermínia Vasconcelos – *D. Afonso II: um rei sem tempo*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.

_____ O Testamento de D. Pedro Martins, bispo de Coimbra, e as suas relações de parentesco com a aristocracia medieval coimbrã. *Lusitania Sacra*, 39.

Anexos

Anexo I – Lista dos indivíduos estudados e das suas disposições testamentárias (legenda na p. 118)

Tabela 1 – Nobres e clérigos com ascendência nobre

DATA	NOME	SEX O	NOBR E	NOBRE CLERO	E	1	2	3	4	5	6	7	8	9	FONTE:
11/02/873-910	Fromarico e Gundila; Scelemondo e Astragundia	Casal	X			X									<i>LM</i> , doc. 65, p. 121
7/9/0951	Ansur e Eileuva	Casal	X			X									<i>CDMM</i> , doc. 2, p. 24-25
955-957	Mónia	M	X			X									<i>LP</i> doc. 56, p. 93-94
26/01/0959	Mumadona Dias	F	X			X									<i>LM</i> , doc. 1a, pp. 3-10
13/07/0960	Châmoa Rodrigues	F	X			X									<i>LM</i> , doc. 3, p. 18
06/07/0983	Gonçalo Mendes	M	X			X									<i>LM</i> , doc. 68, p. 130
20/11/1021	D. Unisco Mendes e D. Osoredo Trutesendes	F/M	X			X									<i>LP</i> , doc. 142, p. 220-221
1/12/1036	Châmoa Ansures	F	X			X									<i>LM</i> , doc. 27, p. 53

3/12/1083	David, Madredona, Cid, Ximena e Godinho	M/F	X			X												<i>LP</i> , p. 476-477
30/08/1087	D. Paterno	M		X		X												Costa, 1983
3/10/1093	Soeiro Fromarigues	M	X			X												<i>LCBF</i> , doc. 143, pp. 136-137
21/06/1098	D. Crescónio	M		X		X												Costa, 1983
21/02/1155	Johannis Anaye (João Anaia)	M		X												X		Costa, 1983
14/06/1157-67	Toda Viegas	F	X			X												<i>CDMM</i> , doc. 134, p.141-142
25/10/1184	Petrus Venegas	M	X													X		Costa, 1983
8/11/1185	D. Fernando Martins	M		X		X												<i>TEP</i> , doc. 7.1
6/12/1185	D. Afonso Henriques	M	X							X								Costa, 1983
27/10/1209	Rodrigo Ourigues da Nóbrega (II)	M	X			X												Costa, 1983
30/10/1212	D. Pedro Mendes	M		X			X	X										<i>TEP</i> , doc. 1.4
05/08/1228	D. Estêvão Soares da Silva	M		X		X	X									X		<i>TEP</i> , doc. 1.10
05/07/1249	Pedro Gonçalves de Barbudo	M		X			X											<i>TEP</i> , doc. 1.23
1256	Rainha D. Mafalda	F	X			X		X										<i>CDMM</i> , doc. 160, p. 163

17/11/1267	Estêvão Eanes de Vasconcelos	M		X	X	X		X							<i>TEP, doc. 1.29</i>
03/02/1268	Chamoia Gomes Facha	F	X		X	X			X						Ficha 1140
08/03/1268	D. Egas Fafes	M		X	X	X	X	X		X					<i>TEP, doc. 2.28</i>
10/11/1272	Fernão Eanes de Portocarreiro	M		X			X								<i>TEP, doc. 1.33</i>
16/02/1279	D. Afonso III	M	X		X										Costa, 1983
1285	Vataça	F	X		X	X									Ficha 13247
27/11/1285	João Gonçalves Chancinho	M		X	X	X				X					<i>TEP, doc. 2.32</i>
29/11/1287	Teresa Godins de Coimbra	F	X		X										Ficha 12442
27/01/1289	Martim Pires do Casal	M	X		X										Ficha 8793
15/02/1293	João Martins de Soalhães	M		X		X	X		X	X					<i>TEP, doc. 2.35</i>
20/11/1294	Sancho Pires de Froiã	M		X		X	X								<i>TEP, doc. 7.9</i>
16/04/1296	D. Vicente Mendes	M		X	X	X									<i>TEP, doc. 7.8</i>
27/03/1301	Joana de Atougua	F	X		X										Costa, 1983
20/06/1301	D. Pedro Martins ²²⁷	M		X	X		X		X	X					<i>TEP, doc. 2.42</i>
3/8/1306	D. Martinho Pires de Oliveira	M		X						X					<i>TEP, doc. 1.42</i>
23/10/1311	D. Vasco Martins de Alvelos I	M		X										X	<i>TEP, doc. 4.4</i>

²²⁷ Pensamos que este possa ser o Pedro II apresentado em Costa, 1983, doc. 58; e ainda que o doc. 2.38 dos TEP seja também deste indivíduo, uma vez que é de um homónimo.

06/07/1318	Lourenço Esteves (Formoselha)	M		X		X						X		<i>TEP</i> , doc. 9.15
22/04/1320	Martim Anes de Briteiros (I)	M	X			X								Ficha 7649
15/07/1324	D. Raimundo (Ebrardo)	M		X		X								Costa, 1983
01/06/1330	Egas Lourenço Barroso	M		X		X					X			Ficha 1517
s. d.	D. Mónio	M	X			X								<i>MCG</i> , doc. 191, p. 154

Tabela 2 – Clérigos

DATA	NOME	SEXO	POSIÇÃO	1	2	3	4	6	7	8	9	FONTE:
13/04/0907	Fradilão	M	Presbítero	X								<i>LTCL</i> , doc. 19, p. 624
18.12.922	Gutierre e Ausindo	M	Gutierre (abade)	X								<i>LCBF</i> , doc. 130, p. 125
05/04/0924	Donnani e Letula	M	Abade	X								<i>LP</i> , doc. 514, pp. 689-690
28/07/0924	Belisário	M	Presbítero	X								<i>LM</i> , doc. 16, p. 37
30/04/0972	Vicente, Martinho e Adeizão	M	Presbítero	X								<i>LTCL</i> , doc. 16, p. 618
12/05/0974	Romário e sua irmã	M e F	Presbítero	X								<i>LP</i> , doc. 187, pp. 296-297
30/11/1002	Sandino	M	Diácono	X								<i>LP</i> , doc. 126, pp. 191-193
25/07/1008	Trasmiro	M	Frei	X	X							<i>LM</i> , doc. 66, p. 123
13/01/1018	Zalama	M	Presbítero	X								<i>LP</i> , doc. 123, pp. 187-188
05/1061	Pedro Eriz	M	Diácono	X								<i>LM</i> , doc. 28, p. 55
22/02/1058	Pedro Alvites	M	Abade	X								<i>LM</i> , doc. 2, p. 15

10/1089	D. Julião	M	Bispo	X																<i>LP</i> , doc. 447, pp. 109-110
01/06/1101	Ermígio	M	Presbítero	X																<i>LTCL</i> , doc. 64, p. 690
18/01/1104	João	M	Cónego de Coimbra	X																<i>LP</i> , doc. 69, pp. 116-117
11/12/1106	Zacarias e Mónio	M	Presbíteros	X																<i>LP</i> , doc. 254, pp. 386-387
14/07/1110	Mendo	M	Presbítero	X																<i>LP</i> , doc. 171, pp. 403-404
19/05/1116	D. Gonçalo	M	Bispo de Coimbra		X															<i>TEP</i> , doc. 2.3
01/06/1127	Martini	M	Presbítero	X																Costa, 1983
17/04/1128	Gunsalvi	M	Pontifício												X					Costa, 1983
13/11/1129	Laurencius	M	Arcediago (archidiaconus)	X																Costa, 1983
12/01/1140	Pedro Peladino	M	Presbítero de Santa Maria de Avanca	X																<i>LCBF</i> , 1971, doc. 67, p. 74
7/11/1141	Menendus Arie	M	Presbítero	X																Costa, 1983
27/01/1146	Bernardi	M	Bispo												X					Costa, 1983
25/10/1165	Christoforus	M	Presbítero												X					Costa, 1983
3/12/1168	Petrus Almante	M	Presbítero												X					Costa, 1983

23/02/1178	Johannis	M	Diácono		X							Costa, 1983
1176	Cipriano Clemente	M	Presbítero da Sé de Coimbra							X		<i>TEP</i> , doc. 2.7
09/03/1179	Martini Facamino ²²⁸	M	Presbítero							X		Costa, 1983
05/08/1180	Miguel Pais Salomão	M	Bispo							X		Costa, 1983
18/02/1190	Martinus Juliani	M	Presbítero							X		Costa, 1983
1188-1191	Nuno Forjaz	M	Mestre-escola de Braga		X	X						<i>TEP</i> , doc. 1.3
28/02/1203	Petrus Salvati ²²⁹	M	Presbítero							X		Costa, 1983
1215	Pedro Peres	M	Chantre de Braga							X		<i>TEP</i> , doc. 1.6
03/1222	Martim Martins	M	Cónego de Coimbra				X	X				<i>TEP</i> , doc. 2.11
13/04/1226	D. Martinho Pais	M	Bispo da Guarda		X							<i>TEP</i> , doc. 4.1
1227	Domingos	M	Arce-diago de Braga	X	X							<i>TEP</i> , doc. 1.9
08/1228	Mestre Nicolau	M	Cónego de Braga						X			<i>TEP</i> , doc. 1.12
1230	João de Oliveira	M	Clérigo	X								<i>MCG</i> , doc. 326, p. 300
1232	Gonçalo Gonçalves ²³⁰	M	Cónego	X								<i>MCG</i> , doc. 335, p. 309
27/08/1236	João Eanes	M	Chantre de Coimbra		X							<i>TEP</i> , doc. 1.16
8.1239	Mateus Domingues	M	Cónego de Braga				X					<i>TEP</i> , doc. 1.18

²²⁸ Pensamos que esta possa ter um homónimo em Costa, 1983, doc. 20.

²²⁹ Pensamos que em Costa, 1983, doc. 1 (apêndice) seja o mesmo.

²³⁰ Pensamos que o doc. 386 do *MCG* seja o seu homónimo.

Tabela 3 – Desconhecidos

DATA	NOME	SEXO	SOCIAL	1	2	4	FONTE
12/10/1047	Recemundo Maureliz	M	DESC.	X			<i>LP</i> , doc. 130, p. 198-200
1103	Pedro Sesnandes	M	DESC.	X			<i>LP</i> , doc. 151, p. 242-243
14/11/1124	Alvitus Recamondi e sua mulher, Frandina	Casal	DESC.	X			Costa, 1983
28/08/1156	Pedro Cortido	M	DESC.			X	<i>LP</i> , doc. 276, p. 409-410
14/02/1158	Guterre Guilhefonses	M	DESC.	X			<i>MCG</i> , doc. 75, p. 58
1170	Pedro Soares	M	DESC.		X		<i>LP</i> , doc. 644, p. 867-868
1180	Domingos Lourenço	M	DESC.			X	<i>LP</i> , doc. 10, p. 19
1099-1108	Telo Odores	M	DESC.		X		<i>LP</i> , doc. 338, p. 485
s.d	Rodrigo e sua mulher, Uliana	Casal	DESC.	X			<i>LP</i> , doc. 9, p. 18

LEGENDA DO ANEXO I (TABELAS 1, 2 E 3):

- 1 - Doação de livros a instituições
- 2 - Doação de livros a particulares
- 3 - Doação de livros a familiares
- 4 - Doação de dinheiro a instituições para que fizessem livros
- 5 - Doação de dinheiro a particulares para que fizessem livros
- 6 - Doação de dinheiro a familiares para que fizessem livros
- 7 - Vende os seus livros
- 8 - Manda fazer livros
- 9 - Outro

Anexo II – Excertos dos testamentos

- **(D.) AFONSO HENRIQUES**

Nasceu por volta de 1106/09, filho de D. Henrique da Borgonha e Teresa, infanta de Leão. Foi o primeiro monarca do Reino de Portugal, e faleceu a 1185.

TESTAMENTO (Publ.: A. J. Costa – A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI, Coimbra, 1983):

Doa à Sé de Coimbra “(...) in deauracione XXI. morabitanos et decem morabitanos in libro de Testamento Novo (...)”.

- **(D.) AFONSO III**

Filho de D. Afonso II de Portugal e de Urraca de Castela, nasce a 5 de Maio de 1210. Ainda jovem, vai para França para ser educado pela sua tia, Branca. Aí, casou com Matilde II, Condessa da Borgonha (passando a ser jure uxoris desse condado) e chegou mesmo a lutar pelo seu primo, Luís IX de França. Depois do papa depor o seu irmão, regressa a Portugal para assumir o trono, mas D. Sancho II não desistiu tão facilmente e os dois irmãos acabaram por se envolver em lutas, que representam um dos períodos mais atribulados da dinastia Bolonhesa.

TESTAMENTO (Publ.: A. J. Costa – A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI, Coimbra, 1983):

Legou à Sé de Coimbra “tabulas arteas missalis et Evangeliorum et Epistolarum”.

- **ANSUR E EILEUVA GODESTEIS**

TESTAMENTO (Publ: Silva, Filomeno Amaro Soares da - Cartulário de D. Maior Martins: século XIII. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001, doc. 2, p. 24-25):

Como patronos e fundadores do mosteiro de Arouca, legaram-lhe livros “(...) vel sororum signos libros calices atque et ornamentis ecclesie...”.

- **CHÂMOA ANSURES**

TESTAMENTO (Publ.: Diplomata et chartae: chartularia - livro de Mumadona: cartulário do Mosteiro de Guimarães: edição crítica. Nova série. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2016. Doc. 27, p. 52-54):

Doa à igreja de S. Salvador alguns livros (“libros manual orationum et antiphonal”) e alfaias litúrgicas.

- **CHÂMOA GOMES DE TOUGUES (Facha)**

Filha de Dom Gomes Soares de Tougues (Facha) e Teresa Rodrigues de Barbosa, foi a última representante dos de Tougues, uma vez que os seus irmãos, Vasco Gomes (primogénito) e Soeiro Gomes (rico-homem da corte de D. Sancho II) morrem sem descendência. Casada com Dom Rodrigo Forjaz de Leão, fundou o mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios entre 1255-56, no local do antigo reguengo da sua avó materna, Dona Toda Palazim.

Pode ser curioso referir também que D. Urraca Viegas, ama da Rainha D. Mafalda, era bisavó paterna de Châmoa, fundadora do mosteiro de Tuias. É neste local que é lavrado o testamento de Châmoa, a 3 de Fevereiro de 1268.

TESTAMENTO (Publ.: PIZARRO, José Augusto - “Pela morte se conhece um pouco da vida”. A propósito do testamento de Dona Châmoa Gomes de Tougues, fundadora do mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios. p. 219-233):

À abadessa e ao convento de Santa Clara de Entre-os-Rios manda os seus livros da ordem de São Francisco (“Mando abadesa e ao convento d’Antr’Ambolos Rios as mas contas e os meus cristaes e CCos morabitanos pera a egleja acima e mando-lis CCCos moyos de pan en Sousa e mas vestimentas e os meus calezes e os meus livros que son da ordin de San Francisco”). A este mosteiro doa ainda a sua Bíblia boa e outra pequena (“Item mando a mha Bribia bona e a outra menuda ao moesteiro d’Antr’Anbos Rios”). Os livros que tinha da Ordem de São Bento doa ao Mosteiro de Tuias (“... e los outros que son da ordin de San Bento mandolos ao moesteiro de Tuyas”). Doa a sua Bíblia velha ao Bispo de Cidade, bem como 20 morabitanos para a restaurar (“...e mando que enviem a Brebia vella ao bispo de Cidade e XXti morabitanos pera perfaze-la do que ende minguar”). A Ouroana, como compensação do serviço que lhe fez, dá 12 morabitanos

para um Breviário (“Mando a Ouroana XII morabitanos pera unum breviario por muito serviço que mi fez”) e a Sancha Peres, pelas mesmas razões, a mesma quantia para outro (“Mando a Sancha Periz XII morabitanos pera unum breviario por serviço que mi fez”).

- **CHÂMOA RODRIGUES**

TESTAMENTO (Publ.: Diplomata et chartae: chartularia - Livro de Mumadona: cartulário do Mosteiro de Guimarães: edição crítica. Nova série. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2016, doc. 3, p. 18)

Pede que os livros de determinadas propriedades sejam enviados a Lalim: “Ad Salizeta Barrantes Mastudo ad Pessegario Molledo ad Azer Bretandus ad Orreo Villa Mediana ad Palatiolo padule et palatio illa ministeria de cogia libros et signos tornent ea illuc ad orra amarella que est in Lalim dent illa pro uacas et illa alia de domno Nuno dent pro ea Xviii boues pro meas missas et unde dent ad Lalilii (sic) illas agnoscas”.

- **(D.) CRESCÓNIO**

Foi monge e abade do mosteiro beneditino de S. Bartolomeu de Tui e eleito Bispo de Coimbra no concílio de Hussillos (1092).

TESTAMENTO (Publ.: A. J. Costa – A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI, Coimbra, 1983):

Deixa à Sé de Coimbra um Moraliu e um Canonum.

- **DAVID, MADREDONA, CID, XIMENA E GODINHO**

TESTAMENTO (Publ.: RODRIGUES – Manuel Augusto, coord. – Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999, doc. 331, p. 476-477).

Doam ao presbítero Garcia várias propriedades situadas naquele concelho, incluindo uma propriedade dotada de livros “et Sancta Maria de Arcuzelo, cognomento Palacio, cum suis passalibus intus et foris, ab integro; et ministeria de ecclesia, uno signo de metallo et uno calice de argento et una casula tiraz et una dalmadiga tiraz et uno mapulo et uno velo espaven et uno antiphonal et uno psalterio”.

- **(D.) EGAS FAFES**

Filho de Dom Fáfila Godins de Lanhoso, 6.º Senhor de Lanhoso, e de sua mulher Sancha Giraldes Cabrom. Foi cónego (1227) e arcediogo de Braga (1229-1242), bispo de Coimbra (1248-1267) e arcebispo de Compostela (1267-1268), cargo em que terá falecido. Esteve presente na corte de D. Afonso III, o Bolonhês. Apesar de ter seguido a vida eclesiástica, é-lhe atribuída uma barregã, Maria Viegas de Regalados, união da qual nasceu Mor Viegas de Lanhoso. Sabe-se também que teve outro filho (ainda que não se tenha a certeza de quem terá sido a sua progenitora), Pero Viegas de Lanhoso, que viria também ele a ser cónego de Braga²³¹.

TESTAMENTO (Publ.: A. J. Costa – A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI, Coimbra, 1983; Morujão – Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325, doc. 2.28) :

Na informação retirada do Livro da Sé de Coimbra, datado de 09 de Março de 1268 , deixa livros ao tesouro da Sé de Coimbra: “(...)item de libris nostris quos habemus de jure canonico et civile haec statuimus et mandamus, videlicet quod Decretum cum apparatu Johannis et Decretales cum apparatu Bernaldi et Rationes Juris Canonici et Summa Hugucionis super Decreto remaneant in thesauro Colimbriensi”.

Contudo, nos TEP, temos acesso ao documento integral, ainda que esteja datado de 1 dia antes:

Primeiro, lega ao seu sobrinho Pedro Joanes 100 libras para que ele faça uma Decretis (“Item legamus Petro Johannis nepoti nostro centum libras ad opus unius Decreti”) . Em seguida doa ao frade Miguel, da Ordem Menor, que havia sido um dos seus confessores, 10 libras para ajudas com livros (“Item legamus confessoribus nostris scilicet fratri Benedicto de Ordine Minorum decem libras, fratri Martino Ribeiro XX libras, fratri Michaeli Suerii de Ordine Predicatorum XX libras, fratri Johanni Suerii ejusdem Ordinis X libras, fratri Michaeli de Ordine Minorum X libras pro ad ajudas librorum aliquorum et rogamus eos quod rogent Dominum pro nobis quod ipse

²³¹ Pizarro, 1997, v. II, p. 728-29.

propicietur anime nostre amen”). Pede que os seus livros, que estão com Miguel Vicente, sejam vendidos e que o valor seja usado para comprar um olival que manteria a sua lâmpada do mosteiro de Arouca acesa (“Item mandamus quod libri nostri quos emimus jam est diu scilicet Digestum Novum cum tribus partibus, Digestum Vetus et Codex cum Institutionibus in uno volumine quos tenet a nobis Michael Vincentii vendantur et de pecunia pro eis habita ematur unum olivetum de quo illuminetur lampada nostra quam habemus in monasterio de Arauca”). Procede a doar muitos mais livros, afirmando mesmo que alguns devem permanecer no tesouro da Sé (“De libris autem aliis nostris quos habemus in jure canonico et civili hec statuimus, ordinamus et mandamus videlicet quod Decretum cum Aparatu Johannis et Decretales cum Aparatu Bernaldi et Raciones Juris Canonici et Suma Huguitionis super Decreto remaneant in thesauro Colimbriensi et detur inde per mandatum episcopi et capituli secundum conditiones in isto testamento inferius annotatas”); outros, que estão no tesouro de Braga, deviam ser divididos da seguinte forma, pelo seu sobrinho e pelo arcediogo: (“Item mandamus quod libri nostri quos habemus in jure civili scilicet Digestum Vetus, Codex et Institutiones cum Aparatu domni Acursii, Digestum Novum et Outenticum sine Aparatu remaneant in ecclesia Bracharensi in thesauro et fiat de eis secundum modos et condiciones hic inferius comprehensas: cum ergo voluntatis nostre sit quod predicti libri sint ad utilitatem in mandamus quod libri juris civilis qui reponutur in thesauro Bracharensi dentur Petro Johannis nepoti nostro canonico ejusdem et F. Suerii nepoti nostro thesaurario et Martino Egee archidiacono Colimbriensi hoc modo quod si in simul concurrerint et voluerint ire ad studium et audire jus civile et addicere per eosdem predicti libri dividantur inter eos secundum quod dominus archiepiscopus et capitulum Bracharensis viderint expedire”).

Apesar de mandar que nenhum livro seja alienado, diz que, caso devam ser penhorados, os livros devem ser vendidos por um valor específico, enunciando-o: “Verum cum intentionis nostre sit quod predicti libri nullo modo nec aliquo titulo alienationis alienentur mandamus quod ille qui debuerit eis recipere det bonam pignoratitiam captionem vel bonos et idoneos fidejussores quod pro Digesto Veteri persolvit octuaginta libras et pro Codice tantumdem et pro Institutionibus viginti et pro

Digesto Novo sexaginta et pro Octe[n]tico XXX libras persolvat. Si enim aliquo modo alienare contigerit librum aliquem de premissis et nichilominus prestabit corporaliter juramentum ante quam dictos libros vel aliquem de ipsis accipiat quod nullo modo eos vel aliquem seu aliquos de ipsis alienabit."

Se nenhum destes homens mencionados desejar receber os livros, ele indica que estes devem ser dados a outra pessoa da sua família (da parte do pai ou da mãe), que desejem estudar os ditos códices ("Et mandamus quod post mortem ipsorum seu si forte isti ad studium cum dictis <libris> ire noluerint si aliquis fuerit de genere nostro tam ex parte patris quam ex parte matris actus ad adiscendum cum supradictis conditionibus recipiat dictos libros et hoc mandamus fieri computata genealogia usque ad decimam generationem itaquod propinquiores semper antecedant.")

Se os livros forem alienados e vendidos, com esse dinheiro devem ser comprados outros livros para permanecerem no tesouro das ditas sés e que se não houver ninguém da sua família a seguir o caminho eclesiástico, que os livros permaneçam nas referidas sés, para ajudar aqueles que, de futuro, os quiserem estudar ("Item mandamus quod si forte aliquis de dictis libris aliquo modo fuerint alienatus de pecunia que pro eo recipietur ematur liber alius consimilis qui semper remaneat in dicto thesauro cum condicionibus supradictis. Mandamus etiam quod si non fuerit aliquis de genere nostro usque ad predictam generationem quod ex tunc dicti libri <libere> remaneant in dicto thesauro ad profectum illorum de ecclesia qui studere voluerint per eosdem. Et si forte capitulum Bracarense viderit expedire quod predicti libri vendantur vel (?) vendatur post prefinitum tempus <sive genealogiam et hoc in arbitrio dicti capituli remaneat").

Se o M. Egee desejar usar estes livros para estudar, pode fazê-lo e segue a enumerar o seu valor ("Itaquod si dictus M. Egee vel aliquis de predictis per aliquem de dictis libris studere voluerit prestet captionem predictam hoc modo videlicet pro Decreto in centum libras, pro Decretalibus in centum et pro Rationibus in viginti et pro Suma in quadraginta et nichilominus prestet corporaliter juramento quod aliquo modo non <alienabit> aliquem de ipsis libris").

Doa ainda um Psalterio a um outro sobrinho, o padre Lupo, mas após a sua morte o livro deve permanecer no mosteiro dos Predicatorium Colimbriensi ("Item Psalterium

nostrum glosatum legamus nepoti nostro fratri Lupo itaquod in vita sua studeat si sibi placuerit per eumdem. Post mortem vero ipsius ipsum Psalterium libere remaneat monasterio Predicatorum Colimbriensi. Itaquod nullo modo inde alienetur sed ibidem semper remaneat ad profectum illorum qui ibidem studere voluerint per eumdem.)”.

Por fim, doa um Breviário a outro sobrinho, o Fernando Soeiro (“Breviarium vetus nostrum legamus nepoti nostro Fernando Suerii.”).

- **EGAS LOURENÇO BARROSO**

Filho de Gonçalo Viegas Barroso e de Maria Fernandes de Lima, o primeiro documento conhecido que menciona este nobre é de 1298, onde o encontramos na posição de clérigo de Lagoa. Em 1307 é referido como contador do rei D. Dinis, acabando por se tornar seu clérigo e mordomo. Em 1311 aparece como membro do capítulo portuense e em 1324 acrescenta o cargo de cónego de Braga. No seu testamento (que data de 1/06/1330) é referido como Chantre de Braga, e sabemos que faleceu em Dezembro de 1331. Sabemos ainda que teve um filho (Vasco Lourenço Barroso II) e duas filhas (Margarida Viegas Barroso e Maria Viegas Barroso - a primeira monja de Vairão e a segunda freira de Sta. Clara de Vila do Conde)²³².

TESTAMENTO:

Não temos, sabemos apenas que vendeu muitos dos seus livros e esse dinheiro deveria reverter para os pobres. Também doa muitos livros ao Cabido de Braga.

- **(D.) ESTÊVÃO EANES DE VASCONCELOS (TOJAL)**

Bisneto de Martim Moniz, o aio de D. Afonso Henriques que perdeu a vida no cerco de Lisboa, e sobrinho-neto, por via materna, do arcebispo Estêvão Soares da Silva. Não temos a certeza quando é que se torna arceidiago de Braga²³³.

TESTAMENTO (Publ.: Morujão – Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325, doc. 1.29):

²³² Pizarro, 1997, v. II, p. 637-640.

²³³ Norte, 2013, p. 89.

Dá à Igreja de Vila Nova o seu grande Missal (“Item lego ecclesie de Villa Nova totam hereditatem quam comparavi et habui de patrimonio meo in Belsar et in Sancto Michaele juxta turrem Fernandi Johannis de Sandi et librum meum Missale magnum et sarracenam meam nigram”).

Lega à igreja de São João de Concieiro X morabitanos para que comprem um livro ou um cálice; lega à igreja de São Jacob de Caldelas V morabitanos para que façam um livro ou um cálice; lega à igreja de Laias V morabitanos para que comprem um livro ou um cálice; lega à igreja de Santa Eulália de Regalados II morabitanos e meio para que façam um Saltério; lega à igreja de São Martinho de Carrazedo XV morabitanos para um Saltério; Lega à igreja de São João de Brito VI morabitanos para que comprem ou façam um cálice ou um livro; lega à igreja de São Salvador de Belsar um dos seus Saltérios; lega à igreja de Santa Maria da Pousada dois morabitanos e meio para um livro ou para um ornamento para o altar e lega à igreja de São Clemente de Sande II morabitanos e meio para um livro ou ornamentos (“Item lego ecclesie Sancti Johannis de Concieiro (?) ad emendum librum vel calicem seu possessiones aliquod X morabitanos. Item lego ecclesie Sancti Jacobi de Caldelas V morabitanos ad faciendum librum vel calicem. Item lego ecclesie de Laias Ve morabitanos ad emendum librum vel calicem. Item lego ecclesie Sancte Eolalie de Regalados II morabitanos et dimidium ad faciendum Psalterium. Item lego ecclesie Sancti Martini de Carrazedo quinque morabitanos pro ad unum Psalterium. Item lego ecclesie Sancti Johannis de Brito VI morabitanos ad emendum unum calicem vel librum faciendum. Item lego ecclesie Sancti Salvatoris de Belsar unum de Psalteriis meis. Item lego ecclesie Sancte Marie de Pousada duos morabitanos et dimidium pro ad librum vel aliquod ornamentum altaris. Item lego ecclesie Sancti Clementis de Sandi IIus morabitanos et dimidium similiter pro aliquo libro vel ornamento”).

Manda a Lourenço Gonçalves, cónego de Braga, o seu Breviário (“Item mando domno Laurencio Gunsalvi canonico Bracarensi Breviarium meum in vita sua et in morte sua

ordinet de ipso secundum quod anime mee viderit expedire”).

- **(D.) ESTÊVÃO SOARES DA SILVA**

Irmão de D. Teresa Soares da Silva, casada com Pero Martins, foi arcebispo de Braga entre 1212-1228. É tio de João Pires de Vasconcelos e cuidou de Nuno Gomes de Barreto, que se torna jurista e mestre-escola da Sé de Lisboa.

TESTAMENTO (Publ.: Morujão – Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325, doc. 1.10):

Manda aos seus sucessores os seus livros eclesiásticos, todos os itinerários e todos os outros menores (“...item libros meos ecclesiasticos omnes itinerarios et omnes alios minores...”).

Manda os seus Decretorum (tem três pares: duas estão com ele e a outra tem Nuno Gomes Barreto, de quem ele cuidou, para que ele estude e à sua morte, seria restituído à Sé de Braga, ao tesouro de Santa Maria): “Item mando libros meos scilicet tria paria Decretorum quorum duo sunt in ecclesia apud me tertium par tenet de me Nunus Gomecii Barretus quem ego nutrivi aliquanto tempore ut per ea studeret et restitueret ea postmodum ecclesie Bracarensis thesauro Sancte Marie”.

Manda o Codicem, o Institutam e as Decretales (“primas et medias”) para serem vendidos e cujo valor serviria para fazer livros eclesiásticos que considerem mais necessários, para o coro de Braga, como o fazem os livros legados pelo bispo Obsoniensis (“...et mando ei Codicem meum et Institutam et Decretales primas et medias ut isti libri distrahantur fideliter et de precio eorum fiant libri ecclesiastici quos intellexerint magis necessarios qui semper serviant in coro Bracarensi ad instar librorum quos episcopus Obsoniensis bone memorie reliquit ecclesie Bracarensi”).

- **D. FERNANDO MARTINS**

De acordo com Maria João Oliveira Silva (2006), ele era parente de João Peculiar, que por sua vez era filho de Cristóvão Eanes e Maria Rebeldes, membros da nobreza coimbrã.

TESTAMENTO (Publ.: Morujão – Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325, doc. 7.1):

Doa vários livros: “Mando portugalensi ecclesiae Decreta mea et institutiones et autenticam et nouellam sicut sunt in uno uolumine et summam decretorum et

institutionum et codicis siti in alio uolumine. (...) Mando Bracharensi ecclesie Codicem meum et Digestum Vetus et Novum in tres partes cum Isforciato et Psalterium Glosulatum”.

- **FERNÃO ANES DE PORTOCARREIRO I:**

Filho João Henriques de Portocarreiro e de Mor Viegas Coronel de Sequeira, acumula diversos cargos eclesiásticos ao longo da sua vida - cónego (1240-45) e deão de Braga (1250-57), Capelão do Papa (1257) e Prior de Guimarães (1263-1274/76). Foi ainda Conselheiro de D. Afonso III (1250) e Notário de Afonso X de Castela (1263). Fez o seu testamento em Burgos em 1272 e morreu entre 1274/76²³⁴.

TESTAMENTO (Publ.: Morujão – Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325, doc. 1.33):

Deixou os seus livros de direito canónico e civil a Martim Pires de Portocarreiro, seu sobrinho e clérigo (cónego de Braga) - “Item mando dicto Martino Petri libros meos omnes jures canonici et civilis”. Estes livros deveriam ficar após a sua morte, para os seus sucessores, devendo aquele que os receber apresentar caução de 150 morabitanos velhos pelo Decreto e 100 morabitanos velhos por cada livro de direito canónico ou civil, não os podendo vender, penhorar ou trocar²³⁵: “Post mortem vero ejus remaneant cum dicta successione ita tamen quod qui successerit post eum prestet caucionem de non vendendis, pignorandis vel alienandis ita videlicet pro Decreto prestet caucionem in CL morabitanos veteres et pro omnibus aliis juris canonici et civilis in C pro quolibet libro”.

- **FERNÃO RODRIGUES REDONDO**

Filho de Rodrigo Anes Redondo e de Mor Fernandes de Curutelo, é também sobrinho-neto do Bispo do Porto, D. Sancho Pires. A sua família, partidária de D. Sancho II, frequentava os círculos cortesãos e por isso, tal como seu pai, Fernão Rodrigues foi

²³⁴ Pizarro, 1997, v. II, p. 923.

²³⁵ Cf. Ventura, 1992, v. II, p. 760.

também trovador. O seu casamento com Maria Afonso de Arganil II fez com que se tornasse um dos senhores mais poderosos da Beira. Morreu entre 1319/20

Recebe do seu tio-avô, D. Sancho Pires, as suas Digestum.

- **FROMARICO E GUNDILA; SCELEMONDO E ASTRAGUNDIA**

TESTAMENTO (Publ.: Diplomata et chartae: chartularia - Livro de Mumadona: cartulário do Mosteiro de Guimarães: edição crítica. Nova série. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2016, doc. 65, p. 121):

Estes 2 casais fundam a Igreja de S. Miguel e doam-na com todos os seus bens ao bispo Gomado, incluindo os livros (“libros ordinum comitus et passio Sancti Christoforis”).

- **GONÇALO MENDES**

Filho de Mumadona Dias.

TESTAMENTO (Publ.: Diplomata et chartae: chartularia - Livro de Mumadona: cartulário do Mosteiro de Guimarães: edição crítica. Nova série. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2016, doc. 68, p. 130):

Doa ao mosteiro de Guimarães a igreja de Sta. Tecla com os seus bens móveis e imóveis (“libros”).

- **JOANA DE ATOUGUIA**

OBITUÁRIO (Publ.: A. J. Costa – A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI, Coimbra, 1983):

Doa à capela de Santa Maria Madalena “vestmentis, calice, libris, ornamentis et aliis in cartis nominatis”.

- **D. JOÃO ANAIA**

Filho de D. Anaia Vestrariz da Estrada, 1.º Senhor de Góis, e de sua mulher Ermesenda, foi bispo de Coimbra entre 1148-1155.

OBITUÁRIO (Publ.: A. J. Costa – A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI, Coimbra, 1983):

Mandou fazer alguns livros para a Sé de Coimbra (capela de Santa Maria Madalena): “Fecit libros Ivonis, Lucidarium, librum sermonum, antiphonale, leccionarium, officialem et epistolarium”.

- **JOÃO GONÇALVES CHANCINHO**

TESTAMENTO (Publ.: Morujão – Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325, doc. 2.32):

Legou à capela de S. Miguel do Claustro da Sé “unum missale misticum ad officium missarum totius anni; et unum breviarium misticum ad horas canonicas cantandum”.

Legou ao Cabido: "omnes libros suos sub tali conditione quod Petrus Fernandi clericus suus et porcionarius ecclesie Colimbriensis haberet eos in vita sua, et, post mortem Petri Fernandi, Stephanus Martini dictus Silvares haberet eos in vita sua, et post mortem emborum capitulum haberet predictos libros libere et in pace". Os livros mencionados são: “librum Decretalium, Codicem domin Justiani. Item librum Institutorum. Item librum Sententiarum in Theologia. Item quendam librum missalem misticum (in capella est). Item III.es libros de fisica et de lapidario. Item tria psalteria de quibus duo sunt in capella Sancti Michaelis. Item quendam librum de VII.em partibus glosatum per linguagium. Item librum passionis Sancte Margarite. Item librum de imaginibus. Item librum de gesta Salvatoris. Item alium librum de VII.em partibus glosatum per latinum. Item partem unius psalterii veteris. Item de predictis psalteriis Stephanus Martini habet unum. Item Digestum vetus. Item Inffortiatum. Item librum Autenticorum. Item Summa Açonis. Item librum in quo sunt plures summe et borcadica. Item librum parvi voluminis in quibus sunt psalmi penitentiales et plures orationes”.

Alguns destes livros estavam emprestados e tinham sido avaliados: “librum Decretorum qui fuit extimatus ad quadraginta libras, librum Institutorum qui fuit extimatus ad V.e libras, Summa Açonis que fuit extimata ad XXV.e libras. Librum Sententiarum in Theologia qui fuit extimatus ad XL.a libras. Librum Codicis dmoni Justiniani cum tribus libris Codicis extraordinariis qui fuit extimatus ad LX.a libras”.

Diz ainda que determinadas pessoas compraram os seus livros: “Item Francus Petri emit Decretales pro XXXV.e libras quas recepit capitulum. Item Johannes Petri emit Algarismum pro V”.

Curiosamente, o testamento acima aparece em Costa (1983), datado de 27/11/1285 e nos TEP de 24/11/1284; e enquanto o primeiro é latim, o dos TEP está em Português Medieval. Doa à capela de São Miguel livros (“Item mando huum calex pera a capella de San Miguel e livros e vestimentas com que as servam”) e a Pedro Fernandes outros livros, que à sua morte devem passar para Estevão Silves e depois deste também morrer, para o Cabido de Coimbra (“Item mando a Pedro Fernandiz os meus livros que os aja en sa vida, depos sa morte mando que os aja Stevam Silves, depos morte d’ambos mando que os aja o cabidoo de Coymbra”).

- **JOÃO MARTINS DE SOALHÃES**

Em Pizarro (1997), é-nos dada a seguinte informação, numa nota relativa a Fernão Anes de Portocarreiro: “Cabe aqui fazer referência a uma outra linhagem que alguns autores pretendem entroncar nos Portocarreiros (entre outros, cfr. J.A.FERREIRA, 1928-35, vol.n, pp. 115-116). Trata-se dos Soalhães, pretendendo-se que a ligação seria feita através do próprio D.João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa e Arcéb° de Braga, referido no testamento acima cit. como "familiar" de Fernão Anes, o que, associado à origem de Soalhães, próximo de Portocarreiro, foi alimentando aquela ideia. Contudo, e salvo melhor opinião, estamos convencidos que seria muito mais um tratamento que indicaria um "parentesco funcional" - João Martins era clérigo de Fernão Anes, logo membro da sua casa - do que um parentesco biológico, como é indicado em relação aos seus sobrinhos "de facto". Por outro lado, caso existisse alguma consanguinidade, o deão de Braga não deixaria de a explicitar de uma forma mais objetiva. Assim, e tal como o fizemos em relação aos Peixotas, não considerámos os Soalhães como ramo secundário dos de Portocarreiro”.

TESTAMENTO (Publ.: Morujão – Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325, doc. 2.35):

Doa a Martinho João, seu cliente, as suas melhores Decretais, um Códice, uma Digestum Aparatus e uma Suma (“Item mando Martino Johannis clientulo meo Decretales meas meliores, Codicem meum et Digestum Apparatos et unam Summam continentem multas alias Summas scilicet Questiones (?) Dominicales, Libellum magistr[i ...] et aliquas alias Summas”).

Pede que João de Deus e que o mestre Vicente vendam alguns livros que foram de D. Fernando, diácono de Braga, e que o seu sobrinho, reitor da igreja de Macineta, fique com as suas Decretais, sem o Apparatus (“Item mando quod Decretum et Decretales antique Apparate et Summe Apparatus magistri Johannis de Deo et magistri Vincencii vendantur omnes isti libri qui fuerunt domni Fernandi decani Bracarenensis et detur [...] alias Decretales meas sine Apparatu mando Stephano Dominici nepoti meo rectori ecclesie de Macineta”). Depois pede a Domingos que venda algum dos seus livros de medicina (“Item lego Dominico [...] mei vendantur pro meis necessariis scilicet Apparatus Hostiensis et Speculum Judiciale et Sumam Hostiensem que dicitur Copiosa et libri medicine quos dimisit Stephanus Dominici apud Monte Persulanum venales”).

Pede ao seu "irmão" Pedro, da ordem dos Pregadores, que compre livros para si, dando-lhe 200 libras para esse fim e por fim, que se vendam alguns livros cujo dinheiro (juntamente com o dinheiro de outros livros mencionados acima) seria doado pela alma de D. Fernando, decano de Braga (“Item mando fratri Petro de Ordine Predicatorum nutrito meo ducentas libras pro libris sibi emendis. Item mando quod Summa Aconis et alie due Summe super Decreto vendentur et detur inde peccunia pro anima domni Fernandi quondam decani Bracarenensis cum peccunia aliorum librorum ut superius est expressum”).

- **LOURENÇO ESTEVES FORMOSSELHA**²³⁶

TESTAMENTO (Publ.: Morujão – Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325, doc. 9.15):

²³⁶ Ventura, 2019, p. 191, nota 67.

Doa a João um livro chamado Pedro Bonete (“Item lego supradicto Johanni librum meum qui vocatur Petrus Bonete”) e manda aos herdeiros e executores do seu testamento que façam umas Decretais para darem a João, a quem deve dinheiro (“Item mando heredibus et executoribus mei testamenti quod emant unas Decretales de bonis meis et dent eas predicto Johanni et si contigerit ipsum debere (?) remaneant predictae Decretales Egee fratri suo”).

- **(RAINHA D.) MAFALDA**

TESTAMENTO (Publ: Silva, Filomeno Amaro Soares da - Cartulário de D. Maior Martins: século XIII. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001, doc. 160, p. 163-166):

Deixa livros ao mosteiro de Arouca (“Item meum psalterium bonum...”), doa 200 moedas ao cuidador dos livros do mosteiro do Porto (“Item mando monasterio fratrum predicatorum de Portu cruce[m] de ligno Domini et auro que fuit de Sancta Helena et os Sancti Brasii quod dederunt mihi Hospitalarii et CC morabitos veteres de illis quos debet mihi domnos Silvester de Portu de Eiris et Pelagius Iohannis frater Dominici Iohannis capellani mei ad libros armarii...”), a Alcobaça retorna a Bíblia que lhe haviam emprestado (“Item monasterio Alcobatie quito CC aureos quos mihi debebant et bibliam quam mihi dederunt dimitto eis”), e a Urraca Sanches, sua meia-irmã, um Livro de Horas da Virgem Maria coberto de prata (“Item mando O(race) Santii sorori mee crucifixum meum de tabula et III taucas et unas contas de crystallo et coralis quot ducat me ad memoriam et unum librum horarum Beate Marie coopertum de argento”).

- **MARTIM ANES DE BRITEIROS I (de Sousa)**

Filho de João Rodrigues de Briteiros e Guiomar Gil de Soverosa, foi alferes-mor do Infante D. Afonso e mordomo-mor da Rainha Dona Beatriz. Casou com Branca Lourenço de Valadares (entre 1306-1313).

TESTAMENTO:

Não temos, sabemos apenas pelas fichas do Professor Pizarro que deixou a sua Sagrada Escritura a Alcobaça.

- **MARTIM PIRES DE PORTOCARREIRO**

Filho de Pero Anes de Portocarreiro e Maria Pires Bravo, foi cónego de Braga, clérigo e privado de D. Afonso III entre 1249-1276, voltando-se depois novamente para a vida leiga. O seu tio, D. Fernão Anes de Portocarreiro deixa-lhe muitos bens em testamento, inclusive livros. Casado com Maria Gonçalves Coronel, acaba por partir para Castela, onde morre numa das batalhas entre D. Sancho IV, seu suserano, e Afonso III de Aragão, em 1289.

Recebeu um livro do seu tio, D. Fernão Anes de Portocarreiro.

- **MARTIM PIRES DO CASAL**

TESTAMENTO:

Não o temos, mas sabemos que deixa ao seu filho (Garcia Martins) e ao abade de Santa Marinha de Ferreiró 40 libras para comprarem um cálice, livros e vestimentas para pôr numa capela que ele fez no Mosteiro de Junqueira.

- **MARTIM PIRES DO MONTE (II)**

Filho de Pero Anes do Monte e de D. Beatriz Pires Pereira. É tio de Gonçalo Martins e de Pero Martins de Vides. Foi abade de Arões e Chantre do Porto.

Recebe do Bispo do Porto (D. Sancho) as suas Decretais em testamento.

- **MARTINHO PIRES DE OLIVEIRA**

TESTAMENTO (Publ.: Morujão – Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325, doc. 1.42):

Pede aos seus testamenteiros que dêem à igreja de Braga os livros que forem dela e que com os dele façam o que for necessário para cumprir com o seu testamento (incluindo, como diz mais acima, vendê-los para pagar dívidas): “E mando que meus testamenteyros dem aa egreja de Bragaa os livros que forem seus e dos livros meus façam o que entenderem por bem pera se cumprir meu testamento”.

- **MÓNIA**²³⁷

TESTAMENTO (Publ.: RODRIGUES – Manuel Augusto, coord. – Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999, doc. 56, p. 93-94)

Doa ao Mosteiro de Lorvão a vila de Flamianes, com o mosteiro e tudo o que está nele incluído, até a sua biblioteca (“... et adicio adhuc vobis alia mea villa que vocitant Flamianes integra que jacet in ripa de Alvia, per suis locis et terminis antiquis, cum suo monasterio et cum suo ornamento et cum una biblioteca”).

- **(D.) MÓNIO**

Nobre, filho de D. Odrozia e neto de Adosinda.

TESTAMENTO (Publ.: Ramos, Claudia Maria Novais Toriz da Silva - O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães: ca. 950-1250. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1991, doc. 191, p. 154):

Doa à igreja de Santa Maria de Ribeiros “unum missale mixtum cum officiale”, e “uno missale, [u]nam homelia, uno officialis, uno psalterio cum collactaneum, uno diol[ego], uno martirolegium et uno breviario et uno correptor duos calices de argento una vestimenta optima alio psalterio godego dua stolas IIII cingulos duas facergenes bonas et unos savanos”.

- **MUMADONA DIAS**

TESTAMENTO (Publ.: Diplomata et chartae: chartularia - Livro de Mumadona: cartulário do Mosteiro de Guimarães: edição crítica. Nova série. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2016, doc. 1a, pp. 3-10):

Doa ao mosteiro de Guimarães 20 livros eclesiásticos: “antiphonarios III, organum, comitum et manuale, ordinum, psalterios duos, passio-num et precum, biblioteca, moralium, regulas II, canonem, uitas patrum cum gerenticon, apocalipsin, etimologiarum, istoriaecclesiastes, dedeca psalmorum, uirorum illustriorum, et sub una

²³⁷ C.f – Mattoso, José – A Nobreza Medieval Portuguesa: A família e o poder. Lisboa: Estampa, 1981, p. 108-109.

cortex regula beati pacomii, passionarii ambrosii, benedicti, isidori et fructuosi et regula puellarum, et alium libellum quod continet, id est regulas benedicti, isidori et fructuosi; liberdialogorum institutionum, beati effrem, libello quod continet uita beati martini episcopi et uirginitate marie uirginis; tray(a)no”.

- **(D.) PATERNO**

Antes de ser bispo de Coimbra, havia sido bispo da Tortosa (Espanha). Quando Sisenando, governador do distrito de Coimbra, e, D. Fernando, rei de Leão, o convidam para vir para Coimbra, D. Paterno deixa Tortosa. D. Reorganizou o Clero da Catedral em forma de Corporação a que deu um "Proposto" e fundou a Escola da Catedral. Faleceu em Maio de 1087.

TESTAMENTO (Publ.: A. J. Costa – A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI, Coimbra, 1983):

Deixa livros à Sé de Coimbra: De Civitate Dei (de St^o. Agostinho); Librum Chronicarum com as Etimologias de St^a. Isidoro; e Livro canónico escrito em árabe; outros livros Spalenses.

- **(D.) PEDRO GONÇALVES DE BARBUDO**

TESTAMENTO (Publ.: Morujão – Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325, doc. 1.23):

Doa aos cónegos de Braga as suas Decretais (“Item do et lego canonicis Bracarensibus Decretales meas...”).

- **(D.) PEDRO MARTINS**

Natural da cidade de Coimbra, foi um dos quatro filhos de uma família pertencente à oligarquia urbana. D. Pedro Martins terá estudado Medicina em França, e pouco depois de regressar, acaba por integrar a corte de D. Afonso III como físico (Ventura crê que ele tenha sido o Mestre Pedro) e a corte de D. Dinis como chanceler do Rei e da

Rainha (p. 181-182). Em 1290 torna-se bispo de Évora e em 1297 passa a ocupar o cargo de bispo de Coimbra, até à sua morte, em 1301238.

TESTAMENTO (Publ.: Morujão – Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325, doc. 2.41):

Doa à capela de São Geraldo de Coimbra um Missal e um Livro de Epístolas (“Item mando pro ad ipsam capellam meum calicem deauratum cum quo mihi celebratur et unam vestimentam cum manto candido et Missale et Librum Epistolarum”). A Pedro Soares dá todos os seus livros de medicina, um livro de natureza e os seus livros minutos (“Item Petro Suerii omnes libros meos medicinales et Librum de Naturis Animalium et omnes libros meos minutos et mulum quod modo equitabat Anrricus Stephani et quingentas libras”). Cobra a Laurenço Estevão as 150 libras por ele ter usado as suas decretais (“Item mando Anrriquo Stephani quingentas libras et alias centum et quinquaginta libras pro quibus Laurentius Stephani archidiaconus Visensis obligavit mihi suas Decretales et mando eidem mulam ruçam mei corporis”).

- **(D.) PEDRO MENDES**

TESTAMENTO (Publ.: Morujão – Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325, doc. 1.4):

Envia ao bispo de Lamego “libellos parvos quo commiseram apud Matheus”; ao seu sobrinho Dominico Pelagii, XXXa morabitinos e as suas “Decreta” que tem o bispo de Lamego reservadas, e que se ele fosse para a escola, as usar, mas que à sua morte, elas sejam devolvidas a Lamego (“Et Dominico Pelagii sobrino meo XXX^a morabitinos et Decreta mea que tenet episcopus Lamecensis ad reservandum ita in quod si fuerit in scolis legat in eis et utatur eis in vita sua in morte vero relinquat ea sine impedimento ecclesie Lamecensis”).

- **PETRUS VENEGAS**

²³⁸ Ventura, 2019, p. 177-213.

TESTAMENTO (Publ.: A. J. Costa – A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI, Coimbra, 198):

Doa dinheiro à Sé para “fecit librum sacramentorum”.

- **(D.) RAIMUNDO DE EBRARDO:**

A sua família é oriunda de áreas gaulesas, e criou raízes em Coimbra, com grande envolvimento de muitos dos seus familiares no serviço da diocese, sendo neto de Guilherme de Ebrardo. Foi vigário, tesoureiro, deão, cónego e bispo da sé de Coimbra²³⁹

TESTAMENTO (Publ.: A. J. Costa – A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI, Coimbra, 198):

Doa à Sé “item quoddam psalterium bonum, item quendam librum cum perfaciis puntatum, item alium librum cum officio Corporis Christi et Conceptionis Beate Virginis Marie”.

- **RODRIGO OURIGUES DA NÓBREGA (II)²⁴⁰**

TESTAMENTO (Publ.: A. J. Costa – A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI, Coimbra, 198):

Dá à Sé de Coimbra: “unum bonum psalterium quod constitit X.cem morabitos”

- **(D.) SANCHO PIRES DE FROIÃO**

Filho de Dom Pero Pires Homem e Teresa Anes Redondo, foi chantre (1285), deão (1286-96) e bispo do Porto (1296-1300).

TESTAMENTO (Publ.: Morujão – Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325, doc. 7.9):

Dá a Martinho Monte as suas Decretais; a Martinho Velasci, cónego portucalense, os seus Decretum; e a Fernando Rodrigo, filho de Rodrigo Anes Redondo, as suas Digestum. (“Item Martino de Monte nostras Decretales cum earum Casibus. Item

²³⁹ Norte, 2013, p. 289-290.

²⁴⁰ Pizarro, 1997, p. 243.

Martino Valasci canonico Portugalensi nostrum Decretum quod a nobis ipse tenet acomodatam. Item Fernando Roderici filio Roderici Johannis Redondo consoprino nostro nostrum Digestum”). A João Redondo, filho de Nicolau Pelágio, manda os seus Decretum pelos serviços nobres que o seu pai lhe fez. A Stefano Dominici, o seu breviário (“Item mandamus Johanni Redondo filio Nicholai Pelagii nostrum Decretum pro multo servicio quod nobis fecit pater suus. Item mandamus Stephano Dominici nostrum Breviarium”).

- **SOEIRO FROMARIGUES**

Cavaleiro nobre do Condado portugalense, senhor do mosteiro de Grijó. Morreu em 1130 na Batalha de Vatalandi.

TESTAMENTO (Publ.: Le cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI-XIII siècles). Paris : Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1971, doc. 143, p. 136-137):

Como patrono da do mosteiro de Grijó lega livros: “Et concedo ibi ministeria que in usu ecclesie sunt scilicet: signum, calicem argenteum, et ex libris et vestimentis secundum nostram possibilitatem...”.

- **TERESA GODINS DE COIMBRA**

Casada com Lourenço Gonçalves Magro.

TESTAMENTO:

Como herdeira e executora testamentária de Dom Pascácio Godins, deão de Viseu e cónego de Coimbra, fez com o seu marido (Lourenço Gonçalves Magro), uma capela no claustro da Sé de Coimbra em honra da Virgem Maria. Para a manter doa, vários casais, alminhas e casas, alfaias, vestimentas e livros.

- **TODA VIEGAS**

TESTAMENTO (Publ: Silva, Filomeno Amaro Soares da - Cartulário de D. Maior Martins: século XIII. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001, doc. 134, p. 141-142):

Deixa livros ao mosteiro de Arouca: “et ornamentorum ecclesie vestimentas, cruce argentea et calices tabulas, libros, sinos et cappas”.

- **D. UNISCO MENDES E D. OSOREDO TRUTESENDES**

TESTAMENTO (Publ.: RODRIGUES – Manuel Augusto, coord. – Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999, doc. 142, p. 220-221):

Doam ao mosteiro da Vacariça, o mosteiro de Leça com os seus bens incluídos, nomeadamente livros (“Damos vobis ad ipsum locum monasterium et ornamenta ecclesie, id est, librum antiphonarium, librum comitum, libro ordino, sermonum, regula, passionum, de Sancti Asciscli usque Sancto Sebastiano, psalterium, crucem, capsam, casula, deolari, amictum et alva et dalmatica et II orales, calicem argenteum cum sua patena, signum de metallo et quantum adhuc cum Dei adjutorio augmentare potuerimus in vita nostra...”).

- **VASCO MARTINS DE ALVELOS (I)**

Filho de Martim Anes de Alvelos e Elvira Mendes da Fonseca. Foi deão da Sé de Lamego e seu bispo em 1297-98. Em 1302 foi designado para bispo da Guarda. Fez o seu testamento em 1311, e faleceu dois anos depois.

TESTAMENTO (Publ.: Morujão – Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325, doc. 4.4):

Manda ao seu sobrinho Pedro Estevão, que tinha uns livros seus como penhor, 100 libras para os devolver (“Item Petro Stephani nepoti nostro 100 libras pro quibus a nobis tenet in pignore Decretalis nostras, Speculum Juris et Sextum Librum”).

- **D. VATAÇA LÁSCARIS**

Foi uma senhora de origem bizantina da família real do Império de Niceia, que acompanhou a rainha D. Isabel de Aragão aquando o seu casamento com o rei D. Dinis.

Em 1285 casa-se com Martim Anes de Soverosa, nobre português, que morre após 10 anos. Foi tutora da filha de ambos, D. Constança de Portugal (futura rainha de

Castela) e também a acompanhou no seu casamento com D. Fernando IV de Leão e Castela (em 1297), permanecendo em Castela até 1317/1323, aproximadamente, onde se casa, em segundas núpcias, com Pedro Jordán de Urríes. Morre perto de 1336²⁴¹.

INVENTÁRIO DOS SEUS BENS (25/04/1336)²⁴²

“Item huum caderno que se comesa d Adam ata a vida de Jhesu Christo. Item cinco cadernos de leter a redonda começo de Briaviario. Item pulgamio em cadernos por screver. (...). Item outra arca de madeyro encoyrada e pregada de pregos miúdos em que jazem dous livros de letra grega. Item huum livro da leenda dos Apostolos. Item huum livro leones. Item huum livro de leenda per latim. Item huum livro de papel da Terceyra Partida. Item huum livro de papel roto. Item um livro pequeno que se comesa senhor rey dom Fernando. Item huum livro de papel de pertinopes. Item otro livro de papel escrito per castelhão. Item outro livro cuberto de tavoas scrito em pulgamio pela castelhão que manda dar aa infanta dona Maria molher que foy do inffante dom Pero (...) Item huum livro de papel da leenda das Confições e outro que fala do Çide (?)”.

No seu testamento, são ainda mencionados “1 missal, 2 breviários (de 2 volumes cada um) e 3 saltérios, o que perfazeria 21 obras”. D. Vataça deixa no seu testamento livros religiosos à rainha D. Isabel, a Leonor de Aragão e à freira de Celas, Constança Afonso.

Por sua vez, sabemos que trazia emprestado da parte de D. Maria, mulher de D. Pedro de Castela, um livro de lenda de santos, escrito em castelhano, que manda devolver à sua dona. De facto, no seu testamento ao instituir uma capela e ao dotá-la, refere-se a 1 missal e 2 breviários em 4 volumes (enquanto no inventário apenas alude a 5 cadernos, de letra redonda, que eram começo de Breviário). Também no testamento deixa à rainha D. Isabel um saltério francês de letra grande, a D. Leonor de Aragão um saltério com muitas figuras e à freirá de Celas, Constança Afonso, um saltério pequeno. O inventário da Biblioteca e Tesouro da Sé de Coimbra, de 1393, refere um «Briviayro grego (e não galego) de Dona Bataça».

²⁴¹ Ventura; Coelho, 1987.

²⁴² Ventura; Coelho, 1987.

- **VICENTE MENDES**

Filho de Mendo e Teresa, com ligações senhoriais à zona do Porto, onde será bispo da Sé²⁴³.

TESTAMENTO (Publ.: Morujão – Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325, doc. 7.8):

Ao mestre escola as suas Decretais; a Dominco Martim, cónego, as suas Digestum, Sental e Dominical; a Dominico Estefano, camarário, as Sfortiatum e Uguicinum; a Lourenço o Librum de Vita Santorum; a João Suares Alano uma biblia, que após a sua morte deveria ficar para a Igreja; a Lupo da Ordem dos Pregadores o seu Civitate Dei; ao abade de Ferraria um códice; e ao Fred Pregador do Porto, umas Concordancias ("Item magistrorum Decretales nostras. Item Dominico Martini canonico nostro [Digestum nostrum Vetus. Item ei]dem Dominico Martini Sental et Dominical. Item Dominico Stephani camerario Sfortiatum et Uguicium sive Guichum. Item Librum de Vita Santorum fratri Laurencio. Item Johanni Suarii Alano Bibliam [manualem sub tali condicione quod habeat] ipsam in vita sua et post mortem suam remaneat ecclesie cathedrali. (...) regium. Item librum de Civita[te Dei] fratri [Luppo] de Ordine Predicatorum. (...) Item abbati de Ferraria codicem suum. Item Concordancias Fratibus Predicatoribus de Portu").

²⁴³ Norte, 2013, p. 330-333 (anexos).

Anexo III – Lista das Instituições beneficiadas

Tabela 4 – Instituições beneficiadas por nobres e clérigos com ascendência nobre

DOADOR	INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS
(D.) Afonso Henriques	Sé de Coimbra
(D.) Afonso III	Sé de Coimbra
Ansur e Eileuva	Mosteiro de Arouca
Châmoa Ansures	Igreja de São Salvador (Guimarães?)
Châmoa Gomes de Tougues (<i>Facha</i>)	Mosteiro de Entre-os-Rios
	Mosteiro de Tuias
Châmoa Rodrigues	Lalim
(D.) Crescónio	Sé de Coimbra
(D.) Egas Fafes	Cabido da Sé de Coimbra
	Tesouro da Sé de Coimbra
	Mosteiro dos Pregadores de Coimbra
	Ordem Menor
	Mosteiro de Arouca
Egas Lourenço Barroso	Cabido da Sé de Braga
Estêvão Eanes de Vasconcelos (<i>Tojal</i>)	Igreja de Vila Nova (localidade?)
	Igreja de São João de Conceiro
	Igreja de São Jacob de Caldelas
	Igreja de Lias
	Igreja de Santa Eulália de Regalados
	Igreja de S. Martinho de Carrazedo
	Igreja de São João de Brito (localidade?)
	Igreja de S. Salvador de Belzar
	Igreja de Sta. Maria da Pousada
Igreja de S. Clemente de Sande	
Estêvão Soares da Silva	Sé de Braga (Tesouro de Sta. Maria)
	Coro da Sé de Braga

D. Fernando Martins	Sé de Braga
	Sé do Porto
Gonçalo Mendes	Mosteiro de Guimarães
Joana de Atougua	Sé de Coimbra (Capela de Sta. Maria Madalena)
João Anaia	Sé de Coimbra
João Gonçalves Chancinho	Capela de S. Miguel
	Cabido de Coimbra
(Rainha D.) Mafalda	Mosteiro de Arouca
	Pregadores do Porto
	Mosteiro de Alcobaça
Martim Anes de Briteiros (I)	Mosteiro de Alcobaça
Martim Pires do Casal	Mosteiro de Junqueira
(D.) Martinho Pires de Oliveira	Sé de Braga
Mónia	Mosteiro de Lorvão
(D.) Mónio	Igreja de Sta. Maria de Ribeiros
Mumadona Dias	Mosteiro de Guimarães
(D.) Paterno	Sé de Coimbra
(D.) Pedro Gonçalves de Barbudo	Cónegos de Braga (Cabido?)
(D.) Pedro Martins	Capela de S. Geraldo de Coimbra
Petrus Venegas	Sé de Coimbra
(D.) Raimundo (Ebrardo)	Sé de Coimbra
Rodrigo Ourigues Nóbrega (II)	Sé de Coimbra
Soeiro Fromarigues	Mosteiro de Grijó
Teresa Godins de Coimbra	Capela da Sé de Coimbra
Toda Viegas	Mosteiro de Arouca
(D.) Unisco Mendes e (D.) Osoredo Trutesendes	Mosteiro da Vacariça
Vataça Láscaris	Capela (?)

Vicente Mendes	Igreja da catedral do Porto
----------------	-----------------------------

Anexo IV – Lista dos preços recolhidos na documentação

Tabela 5 – Preço dos livros

ANO	LIVRO	RESTAUR O	VEND A	EMPRESTAD O	PENHORAD O	NOV O	PREÇO	DOCUMENTO:
1285	Algarismum			X			5 libras	JOÃO CHANCINHO
1268	Bíblia (velha)	X					20 morabitino s	CHÂMOA GOMES
1240	Bibliotecam						5 mil soldos	FERNANDO MARTINS
1268	Breviário					X	12 morabitino s	CHÂMOA GOMES
1268	Codex + Institutionibus		X				20 libras	EGAS FAFES
1322	Codice		X				140-120 libras	JOÃO GOMES
1260	Codice Legal						50 morabitino s	D. JULIÃO FERNANDES
1285	Codice de Justiniano + 3 livros de Códices extraordinários			X			60 libras	JOÃO CHANCINHO
1285	Decretais			X			35 libras	JOÃO CHANCINHO
1301	Decretais				X		150 libras	D. PEDRO MARTINS

1311	Decretais + Sextum Librum + Specula Juris						100 libras	PERO ESTEVES DE ALVELOS
1268	Decretais		X				100 libras	EGAS FAFES
1260	Decretais (1 volume)						50 morabitinos	D. JULIÃO FERNANDES
1268	Decreto					X	100 libras	EGAS FAFES
1272	Decreto						150 morabitinos velhos	FERNÃO ANES DE PORTOCARREIRO
1322	Decreto		X				160-150 libras	JOÃO GOMES
1285	Decreto			X			40 libras	JOÃO CHANCINHO
1322	Decreto		X				200-150 libras	JOÃO GOMES
1322	Digesto Novo		X				150-120 libras	JOÃO GOMES
1268	Digesto Novo		X				60 libras	EGAS FAFES
1268	Digesto Velho		X				80 libras	EGAS FAFES
1322	Digesto Velho		X				180-140 libras	JOÃO GOMES
1322	Infortiato		X				150-120 libras	JOÃO GOMES
1285	Institutorum			X			5 libras	JOÃO CHANCINHO

1239	Librum Lectionarum					X	6 morabitinos	MATEUS DOMINGUES
1240	Librum Mysticum					X	25 morabitinos	JOÃO DOMINGUES
1285	Librum Sententiarum in Theologia			X			15 libras	JOÃO CHANCINHO
1272	Livros de Direito Canónico e Civil						100 morabitinos (cada)	FERNÃO ANES DE PORTOCARREIRO
1185	Novo Testamento						10 morabitinos	D. AFONSO HENRIQUES
1268	Octenentico		X				30 libras	EGAS FAFES
1281	Raciones (1 volume)						20 libras	DOMINGOS PERES VINAGRE
1268	Raciones		X				20 libras	EGAS FAFES
1267	Saltério					X	2.5 morabitinos	ESTÊVÃO EANES DE VASCONCELOS
1267	Saltério						15 morabitinos	ESTÊVÃO EANES DE VASCONCELOS
1322	Saltério		X				15 libras	JOÃO GOMES
1268	Suma		X				20 libras	EGAS FAFES

1285	Summa Açonis			X			25 libras	JOÃO CHANCINHO
1322	Ugucione		X				100-60 libras	JOÃO GOMES

Anexo V – Livros mencionados na documentação e seu género²⁴⁴

Tabela 6 – Géneros dos livros

TÍTULO	GÉNERO	OBSERVAÇÕES	MENCIONADO NO DOCUMENTO DE...
(Libros de) Lapidario	Lapidário		Chancinho
Algarismum	Artes liberais		Chancinho
Antiphonale	Liturgia	Antifonário	João Anaia; Unisco; Châmoa Anures
Apocalisin	Bíblia	Novo Testamento	Mumadona
Apparatus Hostiensis	Direito canónico	Henrique de Segúcio, Summa super titulis Decretalium (?)	Soalhães
Autenticorum	Direito canónico		Chancinho
Authenticum sine Apparatu	Direito canónico	Liber Authenticum	Fafes; Fernando Martins; Chancinho
Bíblia	Bíblia		Châmoa Gomes; Briteiros
Biblioteca	Bíblia		Mónia
Breviário	Liturgia	Breviário	Vataça; Froiã; D. Mónio; Chancinho; Tojal; Fafes.
Canonem (Canonum)	Indeterminado		D. Crescónio
Codex cum Institutionibus	Direito canónico		Fafes
Codicem domni Justiniani	Direito canónico	Codex Justiniani	Chancinho
Codicis domni Justiniani cum tribus libris Codicis extraordinariis	Direito canónico	Codex Justiniani	Chancinho
Comitum	Indeterminado		Mumadona; Unisco; Fromarico

²⁴⁴ Esta tabela foi feita com a ajuda do Professor Dr. José Meirinhos. Houve muitos livros que não conseguimos identificar, e também os deixamos aqui na esperança de um dia, o conseguirmos fazer.

Concordancias	Indeterminado		Vicente Mendes
De civitate Dei	Patrística	Agostinho de Hipona (S.)	D. Paterno; Vicente Mendes
De gesta Salvatoris	Bíblia	Novo Testamento (comentário: Gesta Salvatoris domini nostri Jesu Christi seu commentaria super IV Evangelia?)	Chancinho
De imaginibus	Magia	¿ De imaginibus de Thabit ibn Qurra ?	Chancinho
De Vita Sanctorum	Hagiografia		Vicente Mendes
Decretais	Direito canónico		Alvelos; Froiã.
Decretales (cum apparatu Bernaldi)	Direito Canónico		Fafes
Decretum	Direito canónico		Froiã
Decretum (cum apparatu Johannis)	Direito Canónico		Fafes
Dedeca Psalmorum	Saltério		Mumadona Dias
Digesto ²⁴⁵	Direito canónico		Froiã; Fafes; D. Fernando Martins; Chancinho; Soalhães; Vicente Mendes
Dominical	Indeterminado		Soalhães; Vicente Mendes
Epistolarium	Liturgia	Epistolário	D. Afonso III; D. Pedro Martins; D. João de Anaia
Etimologiarum libri	Patrística	Autor: S. Isidoro de Sevilha	Mumadona, D. Paterno
Homelia	Sermonística		D. Mónio
Infortiatum	Direito canónico	Parte II do Digesto de Justiniano I	Vicente Mendes; Fernando Martins

²⁴⁵ Aqui incluímos todos os Digesto mencionados, mesmo os que tinham aparatos.

Institutiones cum Apparatu domni Accursi	Direito canónico	Accursius, Apparatus ad Institutiones	Fafes
institutionum Beati Effrem	Hagiografia		Mumadona Dias
Istoria Ecclesiastes	Bíblia	Antigo Testamento (Parte)	Mumadona Dias
Leccionarum	Liturgia	Leccionário	D. João Anaia
Libellum quod continet uita Beati Martini episcopi et uirginitate Beate Marie uirginis	Hagiografia		Mumadona Dias
Libellum quod continet, id est regulas benedicti, isidori et fructuosi	Regra	Parece conter 3 regras: Bento, Isidoro, Frutuoso	Mumadona Dias
Liber Chronicarum	Historiografia	(com as Etimologias de S. Isidoro, aquele que D. Paterno doa)	D. Paterno
Liber dialogorum	Patrística	Gregório Magno, Diálogos?	Mumadona Dias; D. Mónio
Liber Iwonis	Nigromância		D. João Anaia
Liber ordinis	Ordinário	Ordinário monástico?; ou ordinário da missa?	Fromarico; Mumadona Dias; Unisco,
Liber Precum	Livro de Orações		Mumadona Dias
Liber Sententiarum in Theologia	Teologia		Chancinho
Libros de fisica	Artes liberais		Chancinho
Libros Spalenses	Indeterminado	"Livros de Sevilha" poderá indicar livros em árabe.	D. Paterno
Librum de VII.em partibus glosatum per latinum	Direito canónico	Abaixo está a mesma obra glosada em português	Chancinho

Librum de VII.em partibus glosatum per linguagium	Direito canónico	Acima está a mesma obra glosada em latim	Chancinho
Librum in quo sunt plures summe et borcadica	Direito canónico	Burchardus de Worms, Decretum vel Decretorum libri viginti	Chancinho
Livro de Horas da Virgem Maria	Livro de Horas		Rainha D. Mafalda
Lucidarium	Nigromância		D. João Anaia
Martirolegium -- Matirologium	Hagiografia		D. Mónio
Missale Misticum / Mixtum (cum Officiale)	Liturgia	Missal	Chancinho; D. Mónio
Moralium	Patrística	Gregório Magno, Moralia in Job?	D. Crescónio; Mumadona
Officiale	Liturgia	Ofício divino	D. João Anaia; Mónia
Organum	Psaltério		Mumadona Dias
Passio Sancte Margarite	Hagiografia		Chancinho
Passio Sancti Christoforis	Hagiografia		Fromarico
Passionarii Ambrosii Benedicti Isidori et Fructuos	Passionário	Parece mencionar 4 passionários	Mumadona Dias
Passionum de Sancti Asciscli usque Sancto Sebastiano	Hagiografia		Unisco
Psalmi poenitentiales et plures orationes	Saltério		Chancinho
Psalterio cum collectaneum	Saltério		D. Mónio
Psalterium	Saltério		Ebrardo; Honorici; Unisco; David (et al.); Chancinho, D. Mafalda.
Psalterium Glosulatum	Saltério		Fafes; D. Fernando Martins

Psalterium Godego	Saltério		D. Mónio
Rationes Juris Canonici	Direito canónico		Fafes
Regula	Regra		Unisco
Regula Beati Pacomii	Regra		Mumadona Dias
Regula puellarum	Regra		Mumadona Dias
Sental	Indeterminado	Sentenças?	Vicente Mendes
Sermonum	Sermonística		D. Unisco; D. João Anaia
Sextum Librum	Direito canónico		Vasco Martins de Alvelos
Specula Juris	Direito canónico		Vasco Martins de Alvelos
Speculum Judiciale	Direito canónico		Soalhães
Summa Açonis / Summa Aconis	Direito canónico		Chancinho; Soalhães
Summa Hostiensem que dicitur Copiosa	Direito canónico	Henrique de Susa ou Hostiense, Summa Hostiensis ou Summa Copiosa	Soalhães
Summa Huguicionis super Decreto	Direito canónico		Fafes
Summam continentem multas alias summas scilicet Questiones (?) Dominicales, Libellum magistr[i ...] et aliquas alias Summas	Direito canónico		Soalhães
Testamentum Novum	Bíblia	Novo Testamento	D. Afonso Henriques
Trayano	Indeterminado		Mumadona Dias
Uguicium sive Guichum	Direito canónico	Ugoccione Pisanus, Summa Decretorum	Vicente Mendes

Uirorum illustrorum	Patrística	S. Jerónimo, De viris illustribus	Mumadona Dias
Vitas patrum cum gerenticom	Hagiografia		Mumadona Dias